



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Mariana Lívio Cavalcante Cabrita

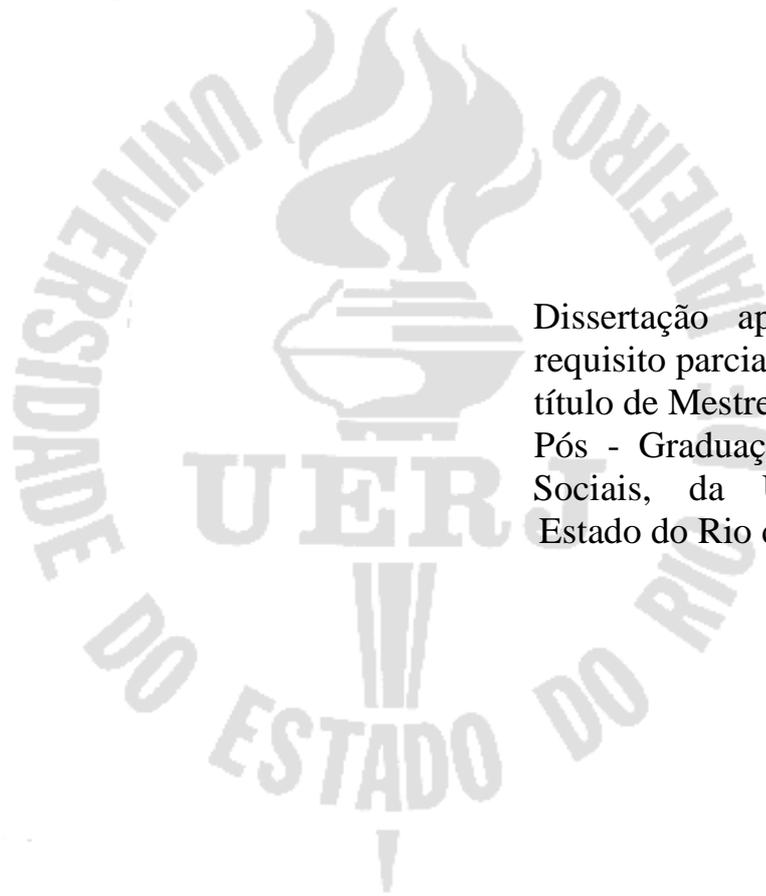
A Imprensa no Brasil e a Visão de Nelson Werneck Sodré

Rio de Janeiro

2010

Mariana Lívio Cavalcante Cabrita

A Imprensa no Brasil e a Visão de Nelson Werneck Sodré



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós - Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros

Rio de Janeiro

2010

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/ BIBLIOTECA CCS/A

S679 Cabrita, Mariana Cavalcante Livio
A imprensa no Brasil e a visão de Nelson Werneck Sodré/
Mariana Cavalcante Livio Cabrita. – 2010.
116 f.

Orientadora: Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros
Dissertação (mestrado) - Universidade do Estado do Rio de
Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
Bibliografia.

1. Sodré, Nelson Werneck, 1911–1999. 2. Imprensa Nacional
- Teses. 3. Democracia - Teses. I. Barros, Luitgarde Oliveira
Cavalcanti. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDU 070 (81)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação.

Assinatura

Data

Mariana Lívio Cavalcante Cabrita

A Imprensa no Brasil e a Visão de Nelson Werneck Sodré

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós - Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 30 de março de 2010.

Banca Examinadora:

Prof^ª. Dr^ª. Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros (Orientadora)
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UERJ

Prof. Dr. Valter Sinder
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UERJ

Prof^ª. Dr^ª. Marly de Almeida Gomes Vianna
Faculdade de História da UNIVERSO

Rio de Janeiro

2010

DEDICATÓRIA

À minha amada mãe, pelo amor e pelo apoio
que me dedica a cada minuto de sua vida.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus pelo privilégio de poder concluir o curso de mestrado em uma universidade com a excelência e o renome que tem a UERJ. Agradeço também a toda minha família, que sempre me apoiou e torceu pelo meu sucesso. Sou muito grata a todos os meus professores, que dividiram comigo todos os seus ensinamentos nestes dois anos, fazendo-me tornar uma pessoa muito melhor. Principalmente aos professores que carinhosamente aceitaram o convite para participar da banca.

Um agradecimento especial para minha querida mãe, que vai muito além deste papel, sendo amiga, irmã e companheira, cuja lealdade, solidariedade, bondade e carisma tornam-se cada vez mais evidentes dia após dia.

Agradecimentos também especiais à minha tia Nicole e à minha amiga Cátia, pelo apoio que me deram ao longo do curso.

Agradeço, também, à minha orientadora Luitgarde, minha companheira de aventuras intelectuais e guia de viagem pelo fantástico mundo de Nelson Werneck Sodré.

RESUMO

CABRITA, Mariana Lívio Cavalcante. *A Imprensa no Brasil e a Visão de Nelson Werneck Sodré*. 2010. 116 f. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2010.

Nelson Werneck Sodré (1911-1999) teve uma participação expressiva na imprensa brasileira, através da publicação de artigos em diversos jornais de diferentes estados do país no período de 1924 a 1999. Segundo ele, o que define a imprensa, nos dias de hoje, é o distanciamento da realidade das camadas menos favorecidas, e seu caráter de grande empresa capitalista, tornando-se um importante instrumento de dominação e de convencimento das massas pela classe dominante. Partindo do livro *História da Imprensa no Brasil*, pode-se afirmar que Nelson Werneck Sodré foca dois temas ao longo da obra: cultura nacional e democracia. O objetivo do presente projeto de dissertação de mestrado é verificar a posição assumida por Nelson Werneck Sodré em relação a estes dois pontos centrais, através da análise de livros e de artigos selecionados escritos para a imprensa.

Palavras-chave: Imprensa brasileira. Cultura nacional. Democracia.

ABSTRACT

Nelson Werneck Sodr  (1911-1999) has an important participation at the Brazilian press, through the publication of articles at several newspapers in different states from Brazil between 1924 and 1999. According to the author, what defines the Brazilian press, at present, is the distance from the poor class reality, and the quality of a big capitalist company, becoming an important domination object. The Brazilian Press History book focused two subjects: national culture and democracy. The purpose of this master dissertation project is to check the Nelson Werneck Sodr 's position to these two subjects, through the analysis from books and articles written for the press.

Keywords: Brazilian press. National culture. Democracy.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	09
1	PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	19
2	NELSON WERNECK SODRÉ E A LUTA POR UMA IMPRENSA NACIONALISTA E DEMOCRÁTICA	28
3	MEIOS DE MASSA A SERVIÇO DA DESCARACTERIZAÇÃO NACIONAL	57
4	CONCLUSÃO	79
5	REFERÊNCIAS	81
	ANEXO A - Descaracterização nacional	87
	ANEXO B - Nacionalismo é luta contra os inimigos do progresso	93
	ANEXO C - Brasil, 1967 situação e perspectivas	98

INTRODUÇÃO

Nelson Werneck Sodré introduz a pesquisa sobre a história da imprensa no Brasil, tendo nesta uma participação expressiva, através da publicação de artigos em diversos jornais e revistas de diferentes estados do país no período de 1924 a 1999.

O referido autor nasceu no Rio de Janeiro, em 27 de abril de 1911, e faleceu em Itu (São Paulo), em 13 de janeiro de 1999. Em 1924, ingressou no Colégio Militar do Rio de Janeiro, no qual dirigiu a revista *A Aspiração*, passando, posteriormente, à Escola Militar de Realengo, na qual ingressou em 9 de abril de 1931, e onde dirigiu a *Revista da Escola Militar. Oficial da Artilharia*, serviu em guarnições paulistas no período compreendido entre 1934 e 1937. No final de 1937, Sodré retornou ao Rio de Janeiro como ajudante-de-ordem do general José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. Em 1937, passou a freqüentar a Livraria José Olympio, integrando os meios intelectuais da cidade.

No ano de 1944, Nelson Werneck ingressou na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, vindo a se formar em 1946. Em 1948, foi nomeado instrutor do curso de História Militar da referida escola. Na década de 50, assumiu o cargo de diretor do Departamento Cultural da revista do Clube Militar, onde apoiou, em 1952, a chapa nacionalista de Estillac Leal e Horta Barbosa para a presidência do referido Clube, opondo-se à chapa entreguista. Em 1956, tendo já servido na Inspeção-Geral do Exército, apoiou novamente a chapa nacionalista de Segadas Viana para a presidência do Clube Militar.

Em 1954, Sodré iniciou seu contato com o Grupo de Itatiaia, movimento intelectual criado em 1952, liderado por Hélio Jaguaribe, do qual se originou o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), sendo este substituído, em 1955, pelo ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), no qual Nelson Werneck participou e colaborou lecionando História do Brasil. No interior do ISEB, Sodré elaborou a corrente que defendia a autonomia de nosso capitalismo frente ao poderio norte-americano, processo este que deveria ser gradual e pacífico, opondo-se à corrente conservadora de Hélio Jaguaribe, partidário da abertura de nossa economia ao capital estrangeiro, e também se contrapondo à corrente de Wanderley Guilherme dos Santos, que postulava a independência econômica brasileira, mas sem o caráter gradual e pacífico da primeira corrente.

Nelson Werneck Sodré publicou seu primeiro artigo na grande imprensa em 1929, na revista *O Cruzeiro*, intitulado *Satânia*. No período compreendido entre 1934 e 1959, realizou o trabalho de crítica literária no *Jornal Correio Paulistano*. A publicação de seu primeiro livro,

História da Literatura Brasileira, foi no ano de 1938. Na década de 50, iniciou sua participação nos jornais O Semanário e Última Hora.

Em 1961, após a crise pela renúncia de Jânio Quadros, passou à reserva, no posto de general-de-brigada. A partir de 1962, Sodré passou a se dedicar ainda mais ao trabalho intelectual, sendo este interrompido no golpe de 64. Viveu na clandestinidade, foi preso em Fernandópolis, encarcerado no Forte de Copacabana e na Fortaleza de São João. A cassação de seus direitos políticos e seu impedimento de atuar no magistério possibilitaram a Nelson Werneck escrever grande parte de sua obra.

Nos anos 50, o Brasil já atravessava uma fase turbulenta. Um traço importante da etapa histórica brasileira vivida por Nelson Werneck Sodré na década de 50, é a luta ideológica. Conceitos e idéias aparentemente inovadoras e revolucionárias (como, por exemplo, os projetos políticos da época) envolvem teorias que são movidas por engrenagens de propaganda, assumindo notoriedade e conquistando adeptos, estes, em sua maioria, pertencentes à periferia (isto é, a massa subjugada, o povo). O conhecimento e o saber tornam-se mercadorias e sofrem o condicionamento da fase histórica que atravessam. A classe dominante, no entanto, não se utiliza apenas do poder que possui no nível das mercadorias e do mercado. Utiliza-se também da repressão, da censura, da manipulação da imprensa e dos meios de massa, e dos financiamentos.

As revisões de conjunto, que alteram a escala de valores, ocorrem somente na década de 50, dado que neste período também havia a preocupação com a reversão do quadro de subdesenvolvimento do Brasil. A matriz desse pensamento é a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina). O ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) também era partidário da teoria do desenvolvimento nacional. O Brasil conhece, na visão de Sodré, uma alteração estrutural profunda, denominada de revolução brasileira.

As discussões relacionadas à questão nacional e colonial da III Internacional conduziram à formulação, por parte do PCB (Partido Comunista Brasileiro), da teoria da revolução brasileira, que seria democrático-burguesa, anti-feudal e anti-imperialista. Essa revolução se caracteriza pela união entre uma burguesia nacional, o proletariado e o campesinato, em luta contra o capital internacional. Segundo o PCB, esta seria a trajetória para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Esta seria condição indispensável para o esgotamento de uma das etapas necessárias para se alcançar o socialismo e para que a referida revolução chegasse ao seu termo.

Nelson Werneck Sodré, um dos principais líderes isebianos, foi influenciado pelo marxismo e desenvolveu análises próximas às do PCB, embora não se tenha confirmação de

seu ingresso no Partido. Sodré realizou uma ponte entre Marx e o ISEB, instituição na qual participou no decênio de 1950, e que tinha como principais objetivos a luta contra a colonização, a luta contra a transplantação e a luta pela revolução brasileira. Na etapa em que se encontrava a revolução brasileira, o conflito capital trabalho deveria ser adiado, isto é, havia necessidade de união entre burguesia e proletariado. Esta revolução nacional-democrática é central para o ISEB, já que corresponde à ruptura da estrutura colonial e à afirmação do desenvolvimento capitalista. Segundo Sodré e outras correntes isebianas, a herança colonial ainda estava presente na década de 50 e havia a necessidade de superá-la, dado que o colonialismo gerou nosso caráter dependente. A independência política é vista como um projeto da classe dominante.

A idéia de novo versus velho (como, por exemplo, o nacionalismo, que, para Sodré, é o que se apresenta como novo no Brasil, em oposição às velhas estruturas coloniais), que integra o pensamento de Nelson Werneck Sodré, foi por ele divulgada através do ISEB. Baseado nas idéias de Marx, Sodré também trabalha com as idéias de classe social, alienação e dominação ideológica. Apoiava uma frente popular visando a democracia, havendo necessidade de unir forças progressistas para preservá-la, fazendo a defesa do nacionalismo, e denunciando o conflito nação versus antinação. Sodré, como foi dito, representa os isebianos partidários da corrente anti-americana (mas sem a necessidade de se estabelecer uma guerra para eliminar este domínio dos EUA), diferentemente do que postulava a corrente de Wanderley Guilherme, segundo a qual a supremacia norte-americana seria eliminada somente através de uma guerra. Opunha-se à corrente de Hélio Jaguaribe, que defendia a abertura de nosso país aos capitais provenientes do exterior, defendendo que havia uma capitalização nacional, uma indústria nacional e uma burguesia nacional. Para Nelson Werneck, o capitalismo abre caminho ao socialismo. A nacionalidade brasileira, conforme afirma o autor em seu livro *Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro*, se formou durante a Independência, a República e a década de 50, período que abrange o que os membros do ISEB denominam de revolução brasileira. A divisão em fases, estabelecida por Sodré, também é difundida por ele através do ISEB.

A industrialização, segundo o autor, muda o perfil das classes sociais e abre caminho para a revolução brasileira (a revolução ocorreria através da conjugação entre industrialização e os pilares de um Estado-nação moderno, isto é, o desenvolvimento ocorreria em um mercado capitalista definido e regulado pelo Estado). Novas classes devem se opor ao imperialismo, dado que o capital estrangeiro provoca a evasão de recursos, vetando a acumulação interna de capital, e constituindo um entrave para o modo de produção capitalista

brasileiro, inclusive no que se refere ao nosso padrão industrial. Por um lado, há a estrutura colonial associada ao imperialismo, e, por outro lado, a sociedade assiste à formação da burguesia nacional e do proletariado, ambas as classes defendendo o mercado interno. O nacionalismo popular também deve abrir caminho para a revolução anticolonialista. Nacional e popular são termos sinônimos, para Nelson Werneck Sodré. A união entre burguesia, classe média (pequena burguesia) e classe trabalhadora, que é a base do nacionalismo, daria impulso à revolução democrático-burguesa.

O nacionalismo, em suma, é o fundamento da revolução brasileira (década de 50) e deve abranger, segundo Sodré, os seguintes objetivos: integrar o latifúndio na economia de mercado; ampliar as relações capitalistas; manter as liberdades democráticas; nacionalizar empresas estrangeiras; e fazer reforma agrária. A revolução deve alterar estruturas, combatendo o imperialismo e o latifúndio (que são elementos de atraso), mas deve também ser pacífica, e fruto de uma tarefa gradual e contínua. A história, entretanto, mostra a previsão equivocada de Nelson Werneck Sodré. O nacionalismo não pode ser fruto de uma atividade pacífica, dado que o imperialismo e seus mandatários internos (domínio este que não chegou ao seu término, ao contrário do que afirmava o autor) reprimem violentamente quaisquer resistências ou manifestações de cunho nacionalista. O próprio Sodré pôde atestar o fato (que será mais bem detalhado adiante) de que o golpe civil-militar foi estabelecido no Brasil como forma de erradicar a alternativa socialista que surgia no mundo e de combater a oposição, através da utilização da força, silenciando-a.

Os intelectuais conservadores do ISEB defendem a abertura da nossa economia ao capital estrangeiro. Em contrapartida, os intelectuais cuja tendência é de esquerda, defendem a autonomia do nosso capitalismo, bem como a superação da estrutura capitalista. Tais divergências provocaram disputas internas pelo controle do ISEB, disputas que, segundo Sodré, impulsionaram a decadência do Instituto. Para o autor, no início de 1964, o ISEB, ainda como uma agência do Estado, já sofre desmantelamento. As dissensões no interior do Instituto e o predomínio das forças progressistas (cuja tendência é de esquerda) conduziram ao fechamento do ISEB após o golpe de 64. As idéias elaboradas nessa fase se caracterizam pelo nacionalismo com ausência de xenofobia e de dependência colonial.

Para Hélio Jaguaribe, o ISEB, neste período, se identificou com as posições do Partido Comunista Brasileiro, o que ocasionou o seu declínio quando da ditadura de 64. O ISEB funcionava como um espaço de articulação dos movimentos sociais. O golpe militar, buscando eliminar tais movimentos, liquidou o Instituto.

O fechamento do ISEB, em suma, demonstra que o Instituto, na visão das classes

dominantes, produzia e discutia, durante a década de 50, projetos sociais alternativos, refletindo as disputas políticas que ocorriam na sociedade brasileira, particularmente no que se refere ao nosso desenvolvimento econômico. Apesar das divergências internas, o ISEB dava primazia à discussão de tudo o que estivesse em correspondência com os interesses nacionais e com os interesses populares. Este traço do Instituto foi a causa de seu fechamento.

O golpe civil-militar de 1964 é analisado por Nelson Werneck Sodré como a estagnação do processo democrático e do desenvolvimento do Brasil. Por isso mesmo, em meados da década de 60, Sodré coloca, em seus artigos para a imprensa (como, por exemplo, no artigo Brasil, 1967: Situa o e Perspectivas), como tema de fundo e como questão central, a redemocratiza o do país, a única forma de abalar o regime autoritário, cujos alicerces repousam na burguesia, na velha estrutura latifundiária e no imperialismo. A redemocratiza o também se constitui como a base comum que estabelece a união e a organiza o das forças de oposi o; e, em suma, a redemocratiza o, na década de 60,   o único caminho para a cultura nacional e para o desenvolvimento que se almejava na época.

  importante ressaltar também que além do ISEB e do PCB, Sodré participou do Conselho Brasileiro de Defesa da Paz (CONDEPAZ), da Associa o Democrática e Nacionalista pela Anistia dos Militares (ADNAM), do Movimento de Defesa da Economia Nacional (MODECON), entre outros movimentos nacionalistas.

Tomei contato com Nelson Werneck Sodré através da pesquisa de Inicia o Científica (da qual participei no período compreendido entre agosto de 2005 e dezembro de 2007), intitulada Um Projeto de Brasil na Obra de Nelson Werneck Sodré, pesquisa coordenada pela minha orientadora, a profa. Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros. Primeiramente, trabalhei com os temas da globaliza o e das rela es raciais na visão do autor, assuntos que utilizei para redigir minha monografia de conclusão de bacharelado, intitulada Problema Racial no Brasil: Perspectivas de Nelson Werneck Sodré e Oliveira Viana. As obras A Ideologia do Colonialismo e A Farsa do Neoliberalismo foram centrais para o referido trabalho. Posteriormente, trabalhei com a questão da crítica literária de Nelson Werneck nos artigos escritos para a imprensa paulistana das décadas de 30 e 40, onde se destaca a se o Livros Novos escrita para o jornal Correio Paulistano a partir de outubro de 1936. Na referida se o, o autor fazia uma análise das principais obras lançadas na época. Na ocasião da pesquisa, foram lidos e discutidos diversos livros, entre os quais pode-se citar as obras Ofício de Escritor e História da Literatura Brasileira.

A partir da leitura de seus artigos para a imprensa, pude verificar a importância deste autor para o campo da comunica o, bem como a constante defesa dos ideais de nacionalismo

e de democracia como forma de construir um novo Brasil.

Partindo dos livros *História da Imprensa no Brasil* e *Ofício de Escritor*, pode-se afirmar que as técnicas de transmissão do saber se desenvolveram com a imprensa, o jornal e o livro, que se tornaram posteriormente mercadorias e demandaram mercado consumidor. A atividade literária emerge como área de especialização no campo da atividade intelectual. Em relação ao trabalho de escritores e jornalistas, Sodré afirma haver uma contradição que merece ser destacada. Se por um lado, devem refletir e interpretar os quadros que a realidade apresenta, por outro, devem submeter-se aos proprietários das empresas que produzem e distribuem o livro e o jornal, e que têm como objetivo o condicionamento ideológico, a importação e a imitação cultural, contrastando com a autenticidade da cultura popular, que, segundo o autor, é a cultura nacional. Em seu livro *História da Imprensa no Brasil*, Nelson Werneck Sodré foca dois temas: cultura nacional e democracia. Deste modo, a seguinte questão pode ser colocada: em que medida o autor defende, em seus artigos escritos para a imprensa, os ideais de cultura nacional e de democracia, dada a exclusão do proletariado da imprensa e o maior distanciamento desta em relação às camadas menos favorecidas, quando da passagem da imprensa artesanal para a imprensa industrial (século XIX)? Como tratar sua tese sobre o nacionalismo diante da homogeneidade e da padronização defendida pela indústria cultural?

Com base na leitura do livro *História da Imprensa no Brasil*, pode-se afirmar que Sodré estabelece uma linha demarcatória entre imprensa, que se constitui da revista e do jornal, e os meios de massa que, utilizando o som e a imagem, em um país no qual grande parcela da população é constituída por pobres e analfabetos, alcançaram uma amplitude que a imprensa não acompanhou.

A imprensa, segundo o autor, nasceu com o capitalismo e acompanhou seu desenvolvimento, processo este que apresentou aspectos particulares no Brasil. A dimensão de grande empresa jornalística é o que define a imprensa nos dias atuais, diferentemente do caráter de pequena e média empresa da fase inicial da imprensa industrial no Brasil. Esta mesma empresa jornalística contribuiu para o surgimento e a difusão dos meios de massa, observando-se a formação de conglomerados empresariais que englobam o jornal, o rádio e a televisão. Embora o caráter concentrador do capitalismo brasileiro possa ter impedido, em determinados casos, a formação de tais agrupamentos empresariais, nos casos em que estes ocorreram, houve um forte aumento da concentração de poder, o que marca uma nova fase na imprensa brasileira.

O processo de concentração das áreas produtoras em um pequeno número de grandes empresas, ocorrido na imprensa, que acompanhou a tendência à oligopolização da economia, explica a acentuada queda no número de grandes jornais em nosso país, bem como o não aparecimento de novos jornais. Regida pelas regras gerais da sociedade capitalista, a imprensa relaciona-se com esta através de uma ligação dialética, que se manifesta através da influência que a imprensa exerce na unidade, na uniformidade e na padronização de comportamentos.

Nelson Werneck, em seu *História da Imprensa no Brasil*, também aponta para a transformação no papel da imprensa nos últimos anos. Anteriormente, nosso capitalismo dependente lançava mão de intervenções armadas e de golpes militares para inviabilizar mudanças que ameaçassem a ordem dominante. Nos dias atuais, o que se mostra, primordialmente em áreas dominadas, é uma clara aversão aos pronunciamentos militares. A principal mudança reside no fato de que a dominação não se exerce mais pela coação ou pelo uso da força física, mas através da propaganda e do convencimento. E a imprensa, coadjuvando os meios de massa, assume, portanto, um papel fundamental. As potências colonizadoras, já nos séculos XVIII e XIX, convenceram os povos dominados de que estes eram colonizados por uma espécie de destino inevitável, através da difusão de “conceitos” como a inferioridade de raça e de clima, estes embutidos no que Sodré denominou de ideologia do colonialismo, que se apoiava nos meios de comunicação então disponíveis na época. Hoje em dia, segundo Sodré, as sociedades são forçadas a se curvarem ao neoliberalismo como uma espécie de fatalidade.

Um dos motivos para a afirmação feita acima por Nelson Werneck (ausência de golpes militares) se deve ao fato de que o autor não acreditava que ocorreria o golpe de 64. Ivan Cavalcanti Proença, professor e coronel anistiado, que conviveu com Sodré no ISEB, na *Revista Civilização Brasileira* e, principalmente, no período que antecedeu o golpe, atestou a posição de Nelson Werneck em relação ao regime autoritário em entrevista realizada pela profa. Luitgarde em 22 de agosto de 2005 na ABI (Associação Brasileira de Imprensa):

Ivan Proença: “[...] pouco antes do golpe [...] ele fez uma profecia que não aconteceu. Ele disse: “Não há condição para o golpe. Vocês estão vendo fantasmas, não se impressionem com nada disso que esse golpe não ocorrerá.” Depois nós nos encontramos na prisão, [...] ele reconheceu e disse: “Vocês tinham razão. Não eram fantasmas não.” O golpe estava em andamento.”

Luitgarde: “E ele justificava como essa descrença?”

Ivan Proença: “Descrença, porque [...] apesar de achar que as reformas de base eram audaciosas, ele achava também que havia o apoio popular. Havia o apoio das massas para as reformas de base, como de fato parecia haver. Mas, é a tal história, a massa não tem armas. E houve um erro muito grave do governo João Goulart, que nós... eu levantei essa questão, não tinha apoio das Forças Armadas, não tinha respaldo militar, o governo Jango não tinha um aparato militar para levar avante as reformas, e os comandos militares do Jango eram neutros, o que, no caso, esses neutros vão mesmo é para a direita.”

Vale destacar, também, que a obra *História da Imprensa no Brasil* foi escrita antes do golpe militar, e após o estabelecimento da ditadura de 1964, Nelson Werneck Sodré cessou, na referida obra, a atualização de sua experiência e de suas pesquisas em relação à imprensa. Desta forma, sua posição em relação a este veículo de comunicação e aos meios de massa, bem como suas observações sobre os acontecimentos que abalaram a época após o golpe de 64, pode ser estudada em seus artigos publicados na imprensa.

Uma ideologia vive de sua assimilação e de sua repetição ao longo do tempo. Nas palavras de Nelson Werneck Sodré:

“Toda ideologia é justificatória por definição e, gerando-se de condições concretas e, portanto, sendo constituída a posteriori, pretende sempre apresentar-se como apriorística”.¹

Antonio Gramsci define ideologia como uma visão de mundo de uma classe fundamental. A ideologia assume diferentes conteúdos e graus qualitativos para se difundir e para se ajustar às diversas classes sociais. A filosofia, vinculada à classe dirigente, constitui seu grau mais elaborado, difundindo-se entre as classes populares através do senso comum, grau intermediário da ideologia, assim como a religião. O folclore, por sua vez, encontra-se no nível inferior do bloco ideológico.

Segundo esse autor, a articulação interna da classe dominante, sua organização, através da qual essa camada social dissemina a sua ideologia, é a estrutura ideológica, que abarca, em sua extensão, os meios de comunicação, através dos quais se pode influir e mobilizar opiniões. A imprensa, uma das organizações da sociedade civil, também possui, para o autor, um papel ideológico, sendo formada por editoras que seguem uma dada corrente de pensamento. A imprensa engloba toda a extensão da ideologia, bem como seus diferentes graus. Nelson Werneck Sodré, assim como Gramsci, afirma que os meios de comunicação que se utilizam do som e da imagem possuem uma amplitude e um poder de difusão muito maiores do que o livro e o jornal, embora aqueles sejam mais superficiais em comparação com estes últimos. Juarez Bahia, em sua obra *Jornal, História e Técnica*, também é partidário da idéia de que o jornal possui mais consistência em comparação com os demais meios de comunicação. Persistentes e mais credíveis, o jornal e a revista têm, por isso mesmo, um confronto limitado com a televisão e com o rádio.

Nelson Werneck demonstra, ao longo de sua obra, como a elite ocultou a realidade de dominação desde a colonização até os dias atuais. Conceitos aparentemente científicos, como os de globalização, neoliberalismo e fim da história, são herdeiros diretos da ideologia

1 Sodré, Nelson Werneck - *A Ideologia do Colonialismo e Seus Reflexos no Pensamento Brasileiro*. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.p.98.

colonialista do passado.

O fenômeno da globalização se apresenta como uma verdade científica incontestável e inquestionável, promovendo a unidade, a uniformidade e a igualdade de condições entre os países, tendo como principais efeitos a primazia no estabelecimento das atividades internacionais em detrimento das atividades nacionais, a diminuição do raio de ação do Estado (este deve atuar apenas em setores que não visam o lucro, como as áreas de educação, saúde e segurança pública), a privatização de empresas estatais, e a criação de um mercado único, sem barreiras e com baixas taxas alfandegárias.

Segundo Nelson Werneck Sodré, as raízes nacionais, locais e culturais, na perspectiva do neoliberalismo, deveriam ser extintas, pois significam atraso, subdesenvolvimento e degradação. Cada país possui suas particularidades e diversidades, devendo obedecer, no entanto, a valores e a fórmulas políticas e econômicas universais e externas aos seus próprios códigos.

A globalização, que se apresenta como o “ápice da história”, significa, na realidade, o fim da Guerra Fria, do antagonismo entre os EUA e a URSS e a decadência do império soviético. O mundo passa a ser dominado pelos EUA, que não possuem qualquer entrave ou contestação ao seu poder. Desta forma, este conceito, utilizado com grande frequência, principalmente pelos países ditos desenvolvidos, tem a função de ocultar a exploração e a usurpação de riquezas dos países subdesenvolvidos. Operando no nível das relações epidérmicas, pontuais, e não promovendo qualquer mudança estrutural significativa, a dominação externa transfere as crises e os problemas dos países de primeiro mundo para os países de terceiro mundo. A troca desigual, os investimentos externos com entrada privilegiada de capitais internacionais e os empréstimos são as principais formas através das quais a dominação se faz sentir.

Negando os conceitos utilizados pelos antigos dominadores, apresentando a sedutora aparência de “modernidade” e utilizando o discurso de “mundo globalizado e unificado, onde todos seriam iguais”, a globalização promove a segregação e a exclusão social, unindo e, ao mesmo tempo, dividindo o mundo. As altas concentrações de renda e de recursos, e o desenvolvimento tecnológico dos países desenvolvidos, foram fatores que aumentaram as diferenças entre os países de terceiro mundo e os de primeiro mundo, que permanecem ricos e desenvolvidos, em detrimento dos países subdesenvolvidos, que devem apenas aceitar a dominação como um destino eterno e irreversível.

A globalização, segundo Sodré, nada mais é do que um retorno à colonização. Seu principal objetivo é o restabelecimento do modelo agro-exportador colonial. Por trás do ideal

de modernidade, se pretende a retomada de uma estrutura antiga, arcaica e obsoleta. Para Nelson Werneck Sodré, ao contrário do que prega o “atual mundo globalizado”, o principal fator de desenvolvimento de um país é o mercado interno e local.

Um outro ponto merece ser destacado: a passagem da imprensa artesanal para a imprensa industrial, e o caráter de grande empresa que o jornal assume, marcam o distanciamento deste último em relação aos seus leitores (Juarez Bahia, na obra *Jornal História e Técnica*, afirma que a imprensa brasileira atravessou a fase artesanal, a fase industrial, e, após a Segunda Guerra Mundial, assiste à sua terceira fase, na qual se tornou uma empresa de comunicação, copiando o modelo norte-americano de jornalismo). É importante também destacar que tanto a imprensa quanto os meios de massa trabalham com a informação sob a forma de notícia, embora os artigos publicados em jornais e revistas apresentem maior profundidade em comparação com o rádio e a televisão. Ambos comercializam e controlam a informação, controlando também o poder.

Nelson Werneck também chama a atenção para a uniformidade de posições entre os grandes jornais brasileiros e para a distorção da realidade, no atual momento, em favor do neoliberalismo, o que marca a alienação da imprensa, o desprezo pela cultura nacional e o profundo abismo em relação ao público de leitores. O controle e a compatibilização da liberdade de imprensa com forças políticas dominantes limita seu teor democrático e sua capacidade de refletir a realidade nacional. Nesse sentido, os jornais de menor porte apresentam o objetivo de preencher estas lacunas deixadas pela grande imprensa, procurando espelhar a paisagem social e política de nosso país.

Vale destacar que Nelson Werneck Sodré, se declara sempre a favor das causas justas e democráticas, trata dos mais variados temas em seus artigos publicados na imprensa: desde poesia, romances, livros e autores que eram destaque em sua época, até o impeachment do presidente Fernando Collor.

1 PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

A perspectiva pessimista de Nelson Werneck Sodré em relação à imprensa nos dias atuais, e, principalmente, em relação aos meios de massa, encontra paralelos na visão de Theodor Adorno e Max Horkheimer sobre a indústria cultural. A cultura contemporânea, segundo estes dois autores, confere às coisas um aspecto de semelhança. Com o poder do monopólio, toda cultura de massas torna-se idêntica. A indústria cultural leva à padronização, à igualdade de necessidades, à manipulação e à dominação das consciências individuais. A indústria cultural realiza uma classificação de seus consumidores: cada um deve se comportar em correspondência com seu nível social, consumindo produtos previamente fabricados e estipulados para tal nível. Os produtos são marcados por uma hierarquia de qualidades (embora esta distinção não corresponda aos valores objetivos dos produtos), e os consumidores são reduzidos a uma simples estatística.

Os tipos reaparecem sucessivamente e o conteúdo dos produtos é apenas aparentemente diverso. A indústria cultural se desenvolveu com o domínio que o efeito, a performance e o detalhe (como também o todo, que possui os mesmos traços que os detalhes, já que não há qualquer relação entre ambos) estabeleceram sobre uma obra. A mecanização e a automatização, características do processo de trabalho na sociedade capitalista, são estendidas e reproduzidas (embora sob uma máscara diversa) na esfera do lazer e da diversão. A produção cinematográfica reproduz a vida cotidiana do espectador, de modo a não permitir que este realize qualquer divagação ou atividade intelectual, devendo somente acompanhar com atenção os fatos que ocorrem diante de seus olhos. Tal mecanismo encontra-se tão instilado que se realiza automaticamente. Os menores detalhes são condicionados, a tradição e os velhos jargões sempre retornam sob a capa de novos efeitos, restringindo o grau de liberdade. A diversão, segundo os autores, é sinônimo de alienação. É interessante observar, como também já havia destacado Nelson Werneck Sodré, que o controle não mais se exerce sobre o corpo, mas sobre a alma das massas dominadas, que se submetem à dominação sem qualquer tipo de resistência, defendendo, inclusive, a ideologia que as subjuga.

A noção de acaso é arquitetada pela indústria cultural, ou seja, os indivíduos devem acreditar na espontaneidade de suas relações. Esta suposta liberdade é representada pela difusão da idéia do homem como um ser genérico, substituível, como um simples exemplar, bem como na escolha aleatória de acontecimentos que ilustram a média. O caso particular, o homem em si, reduz-se ao nada. O indivíduo percebe tal fato somente quando perde seus

traços de semelhança. É importante lembrar que embora a noção de indivíduo tenha se originado na sociedade burguesa, esta noção já era falsa quando do apogeu da burguesia. A identidade entre o universal e o particular não foi realizada pela indústria cultural, dado que a individuação jamais veio a se concretizar. O simples fato de se pertencer a uma classe já coloca o homem como um ser genérico.

A arte como um campo autônomo foi possível somente como arte burguesa, assumindo um caráter mercantil, inclusive no que diz respeito à sua liberdade. A arte, no entanto, recusou sua autonomia, inserindo-se declaradamente no plano dos bens de consumo, expresso pela produção em série de produtos de baixo custo. Os fins determinados pelo mercado absorveram a falta de finalidade da arte burguesa para estes mesmos fins de mercado. Quando a finalidade de utilizar a arte se torna completa, iniciam-se as mudanças na estrutura econômica interna dos bens culturais. A obra de arte submete-se ao princípio da utilidade. O valor de troca assume primazia em detrimento do valor de uso, ou seja, a arte torna-se fonte de prestígio e possui valor somente diante da possibilidade de ser trocada. A venda de bens culturais por baixo custo não insere as massas em espaços antes inacessíveis, mas contribui para a degradação da cultura (algo próximo da noção de *kitsch* utilizada por Umberto Eco). A cultura dos prêmios e dos brindes encontra-se arraigada entre os consumidores. Ninguém deve ser excluído e todos devem aproveitar sua chance.

A publicidade é o fundamento da indústria cultural, já que esta, por si só, não pode evitar a inércia que produz em seus consumidores. Entretanto, ela acaba por assemelhar-se com a publicidade, dado que o prazer prometido limita-se a uma mera promessa. Na sociedade concorrencial, a publicidade guiava o comprador e abria espaço ao fornecedor. No auge do livre mercado, somente quem pode pagar as altas taxas cobradas pelas agências de publicidade, ou seja, quem detém o poder, pode participar como vendedor no que os autores chamam de pseudomercado. Vale destacar outras semelhanças entre a publicidade e a indústria cultural: ambas caracterizam-se pela repetição incessante sob a máscara de diversos efeitos ou discursos, e pelo controle das consciências individuais. A publicidade também se torna arte pela arte, publicidade da publicidade, representando o poder da sociedade.

A antiga correlação entre experiência e linguagem, palavra e conteúdo, perdeu seu sentido na medida em que esta correlação passa a ser vista como arbitrária. A palavra não deve mais possuir um significado, servindo somente a designações arbitrárias e manipuláveis. A linguagem deve assumir um caráter impessoal, assim como ocorre na área da publicidade, e as palavras devem despertar maior e mais rápida adesão quanto menos compreensível o seu sentido, dado que o incompreensível é considerado um elemento de uma experiência superior.

A publicidade da indústria cultural, de acordo com Adorno e Horkheimer, está arraigada nos comportamentos, na linguagem, nos gestos e nas mentalidades individuais de seus consumidores. Todos têm liberdade, ou seja, a liberdade de escolher dentro do que é oferecido pela indústria cultural, isto é, o que sempre se repete.

Umberto Eco se pergunta se o fato de um estilo romper um círculo mais restrito e se difundir entre as diversas camadas sociais, implica, necessariamente, que este estilo assuma uma nova função, e que esta função seja negativa, ou seja, tenha o papel de encobrir banalidades, apresentando a aparência do novo e do moderno.

A cultura de massa [na visão apocalíptica] é a anticultura. Mas, como nasce no momento em que a presença das massas, na vida associada, se torna o fenômeno mais evidente de um contexto histórico, a “cultura de massa” não indica uma aberração transitória e limitada: torna-se o sinal de uma queda irrecuperável, ante a qual o homem de cultura pode dar apenas um testemunho extremo, em termos de Apocalipse.

Em contraposição, a resposta otimista do integrado: já que a televisão, o jornal, o rádio, o cinema e a estória em quadrinhos, o romance popular e o Reader’s Digest agora colocam os bens culturais à disposição de todos, tornando leve e agradável a absorção das noções e a recepção das informações, estamos vivendo numa época de alargamento da área cultural, onde finalmente se realiza, a nível amplo, com o concurso dos melhores, a circulação de uma arte e de uma cultura “popular”. Para o integrado, não existe o problema de essa cultura sair de baixo ou vir confeccionada de cima para consumidores indefesos. [...] Mas até que ponto não nos encontramos ante duas faces de um mesmo problema, e não representarão esses textos apocalípticos o mais sofisticado produto oferecido ao consumo de massa? Então a fórmula “Apocalípticos e integrados” não sugeriria a oposição entre duas atitudes, mas a predicação de adjetivos complementares[...]²

Os apocalípticos apenas aparentemente criticam a cultura de massas, dado que sua crítica se dirige, na realidade, às massas. Isto porque, o que existe é o desejo de retorno a uma época em que a cultura era um traço de classe, não se estendendo, portanto, a todos. Outra crítica à cultura de massas provém dos radicais norte-americanos, que apontam para a submissão gregária dos homens, bem como para a vulnerabilidade destes ao poder dominante. Por outro lado, aqueles que defendem a cultura de massa apresentam um ponto de vista de dentro do sistema, denotando ausência de crítica e servindo aos interesses dos produtores.

A defesa dos mass media teria numerosos títulos de validade, não pecasse ela, quase sempre, em certo “livre-cambismo” cultural. Isto é, já se dá de barato a idéia de que a circulação livre e intensiva dos vários produtos culturais de massa, visto que são indubitáveis os seus aspectos positivos, seja, em si, naturalmente “boa”.[...] Raramente se leva em conta o fato de que, sendo a cultura de massa, o mais das vezes, produzida por grupos de poder econômico com fins lucrativos, fica submetida a todas as leis econômicas que regulam a fabricação, a saída e o consumo dos outros produtos industriais[...] Daí as características aculturais desses mesmos produtos, e a inevitável “relação de persuasor para persuadido”, que é, indiscutivelmente, uma relação paternalista, estabelecida entre produtor e consumidor. O erro dos apologistas é afirmar que a multiplicação dos produtos da indústria seja boa em si, segundo uma ideal homeostase do livre mercado, e não deva submeter-se a uma crítica e a novas orientações. O

² ECO, Umberto. *Apocalípticos e Integrados*. São Paulo: Perspectiva, 2001. p. 8-9

erro dos apocalípticos-aristocráticos é pensar que a cultura de massa seja radicalmente má, justamente por ser um fato industrial, e que hoje se possa ministrar uma cultura subtraída ao condicionamento industrial. A falha está em formular o problema nestes termos: “é bom ou mau que exista a cultura de massa?”[...] Quando, na verdade, o problema é: “do momento em que a presente situação de uma sociedade industrial torna ineliminável aquele tipo de relação comunicativa conhecido como conjunto dos meios de massa, qual a ação cultural possível a fim de permitir que esses meios de massa possam veicular valores culturais? Não é utópico pensar que uma intervenção cultural possa mudar a fisionomia de um fenômeno desse gênero.”³

Na indústria editorial, a produção de livros combina as regras da fabricação e do consumo e a difusão da cultura. A cultura de massa é dominada por finalidades lucrativas, sem a participação dos homens de cultura no processo produtivo, assumindo eles uma postura de reserva. É importante lembrar que em um sistema aparentemente fixo e sincrônico, existem relações concretas e dialéticas, e um conjunto de pequenos fatos pode conduzir a uma revolução. O reformismo, ou seja, as modificações parciais, são o fundamento das revoluções. No nível da base sócio-econômica, uma atitude reformista pode contribuir para manter o status quo; mas no nível das idéias, uma reforma pode desencadear mudanças que escapam ao controle daquele que as impulsionou. A crítica construtiva é essencial para o progresso da cultura de massas. Esta deve ser pensada como algo difundido entre todos os cidadãos. Isso não significa que não exista a ação de produtores da cultura e de intérpretes dotados de maior sensibilidade do que as massas, devendo ambos estabelecer uma relação dialética.

Umberto Eco apresenta a definição de mau gosto, em arte, como a prefabricação e a imposição do efeito. A cultura alemã, segundo ele, foi a que melhor definiu o fenômeno, utilizando o termo *Kitsch*. O *Kitsch*, modo de comunicação artística, caracteriza-se pelo estímulo sentimental, pela repetição deste estímulo, por não exigir esforço intelectual de seu público, por produzir efeitos e reações (embora o fato de provocar efeitos por uma cultura de consumo existe antes da invenção da imprensa e não exclui uma obra do terreno da arte), por difundir a idéia de que ao usufruir destes efeitos o fruidor tem uma experiência estética privilegiada, por se utilizar da mentira e da mistificação, e por ser o mais perfeito exemplo da cultura de massa e da cultura média, havendo uma relação dialética entre o *Kitsch* e a arte de vanguarda, que consiste no fato do *Kitsch* adaptar as descobertas e inovações da vanguarda, focando-se a vanguarda nas causas enquanto o *Kitsch* foca-se nos efeitos, e o público, por sua vez, consome o *Kitsch* julgando estar consumindo a arte de vanguarda. Eco faz a ressalva de que não há um critério preciso que defina consumo e não consumo. As singularidades e individualidades existentes tornam inúteis as discussões a respeito do gosto, esmaecendo as

³ *Idem.* p. 48, 49 e 50

fronteiras entre bom e mau gosto, já que uma mesma mensagem apresenta funções e fruições diversas no interior de uma mesma sociedade. Tanto Umberto Eco quanto Nelson Werneck Sodré apresentam críticas (que serão melhor detalhadas posteriormente) à cultura de massas. Ambos os autores procuram resgatar o conteúdo humano e preocupam-se com a questão das massas subjugadas diante da presença dos meios massivos de difusão do pensamento e da informação.

Umberto Eco faz alusão a Adorno, que afirma que o produto artístico se reduz à fetiche quando inserido entre os produtos de massa. Deste modo, não importa se o produto tem como finalidade provocar efeitos ou se ele adapta processos da vanguarda quando estes já estão consumidos e gastos (embora o fruidor seja induzido a aceitá-lo como uma experiência estética original), a relação entre o homem e este produto se reduz ao irrefletido consumo de um objeto fetiche. Objetando, Eco afirma que a realidade é mais complexa do que a crítica de Adorno.

À semelhança de Nelson Werneck Sodré, o conceito de típico é definido por Eco como uma fórmula que pretende abarcar a generalidade, e também como uma forma de representar o indivíduo. Lukács estabelece um paralelo entre tipicidade e realismo, frisando que o personagem típico não representa uma média aritmética, mas é um indivíduo concreto, determinado e delineado. A tipicidade advém da relação de fruição entre personagem e leitor, isto é, a personagem representa traços do objeto estético que incitam o leitor a reconhecer-se ou a identificar-se com ela. Embora a tipicidade possa estar presente no modo pelo qual uma obra representa uma emoção, uma idéia, uma situação, ou até mesmo uma determinada paisagem, nestes casos, lembra Eco (diferentemente de Sodré, que estende a noção de típico à paisagem ou às situações), é mais adequada à noção de exemplaridade da obra de arte, limitando a tipicidade no que se refere ao homem, e aos seus comportamentos. Eco também ressalta que cada personagem é típico à sua maneira, desde que expresse de forma eficiente as condições de sua sociedade, ampliando, desta forma, a noção de fisionomia intelectual de Lukács (que considera como típicas somente as personagens que revelam claramente seu caráter, sua personalidade, e sua concepção de mundo), dando-lhe uma nova formulação, segundo a qual, o personagem, ainda que de forma ambígua, possui um perfil que é compreensível aos leitores, sem perder a sua individualidade.

É importante lembrar que o recurso de um autor ao típico convencionalizado, preexistente e já fruído, é uma das formas pelas quais a cultura média se apresenta, onde determinados produtos, símbolos de status, passam a constituir o próprio status, possuindo o objeto uma imagem mítica na qual se projetam aspirações e desejos, aniquilando a

personalidade.

Umberto Eco indaga, no entanto, se o fruidor (de acordo com seu aparato psicológico, cultural, intelectual, e em vista da constante mudança dos padrões e dos códigos, bem como dos diferentes sentidos e funções que um objeto pode assumir, devido aos diversos valores coexistentes em uma sociedade e ao contexto histórico e cultural) não poderia estabelecer uma relação de fruição mais complexa com a obra, escapando, ainda que de forma limitada, ao consumo.

Jesús Martín-Barbero, em sua obra *Dos Meios às Mediações*, como os demais autores citados, vai de encontro ao fatalismo tecnológico, que tem sua origem no projeto que utiliza os meios de comunicação para legitimar a onipresença do mercado na sociedade. Longe de conceber a dessublimação da arte e a simulação desta pela indústria cultural, como pensavam os frankfurtianos, ou ainda, a existência da razão comunicativa liberada das ambiguidades introduzidas pelas mediações mercantis e tecnológicas, como afirmava Habermas, Martín-Barbero assinala a utilização da comunicação pelo mercado e pela tecnologia, com o objetivo de abarcar as mais diversas culturas.

O autor trabalha a relação entre matrizes culturais e formatos industriais sob um eixo diacrônico, aludindo à relação entre movimentos sociais e discursos públicos, apontando, em relação a estes últimos, a interligação entre os discursos hegemônicos e populares, como ocorre, por exemplo, com o gênero melodrama. A relação das matrizes culturais com as competências de recepção e com as lógicas de produção é marcada, respectivamente, pela sociabilidade (fundamento da práxis comunicativa; e as matrizes culturais dão contornos aos *habitus* que configuram as competências de recepção) e pela institucionalidade (mediação de interesses e poderes contraditórios que influenciam discursos, onde o Estado busca manter a ordem estabelecida e os cidadãos buscam direito e reconhecimento, reconstruindo continuamente o social). A lógica de produção remete à estrutura empresarial (que abarca também o nível econômico e ideológico), competência comunicativa (capacidade de conquistar público, audiência, fruidores ou consumidores) e competência tecnológica, que condiciona os formatos industriais. As ritualidades, em sua relação com os formatos industriais, se definem pela imposição de determinadas regras de ação. Entretanto, do ponto de vista da recepção, Martín-Barbero ressalta, assim como Umberto Eco, que o fruidor pode atribuir à mensagem um significado distinto do que havia pretendido o emissor. Portanto, as ritualidades dizem respeito tanto aos diferentes usos sociais dos meios quanto às diversas formas de sua leitura, dependendo do gosto, da formação intelectual, do gênero ou da classe social à qual pertence o consumidor. O receptor não é passivo. E a constituição do massivo

não significa, necessariamente, decadência cultural. Ao investigar a presença do povo na massa, Martín-Barbero não desconsidera a crítica à ideologia presente nos processos de constituição do massivo, também se opondo à idéia de pensamento único, segundo o qual a tecnologia seria o mediador entre o homem e o mundo. Para ele, na realidade, a tecnologia tem importante papel no sentido de tornar a sociedade um mercado. O pensamento único encontra um forte oponente nas mudanças pelas quais passam os mediadores socioculturais, tanto os tradicionais quanto os novos que emergem, atribuindo novos significados e novos usos sociais aos meios.

Outras concepções de imprensa também serão utilizadas, como, por exemplo, a de Bourdieu, segundo a qual existem intelectuais tanto na mídia de massa (a televisão apresenta o *fast thinker*, que possui uma resposta pronta e rápida a qualquer problema; Bourdieu utilizou a mesma lógica do *fast food* no plano da gastronomia) quanto na academia (que se organizou como um campo intelectual fechado, isto é, os acadêmicos se julgam pelos seus pares, apresentando uma posição de independência que o campo jornalístico não possui).

A intelectualidade de esquerda das décadas de 60 e 70 (período não abrangido por Nelson Werneck Sodré na obra *História da Imprensa no Brasil*) não conseguiu criar uma imprensa alternativa, intermediária, culta e para além do círculo fechado da academia, preenchendo o espaço entre esta e a imprensa burguesa. Bernardo Kucinski, em seu *A Síndrome da Antena Parabólica*, aponta para a contribuição da imprensa alternativa para o debate intelectual no Brasil, caso esta tivesse sobrevivido.

A metodologia de pesquisa compreende a leitura da bibliografia existente sobre o tema, a pesquisa documental e a transcrição de artigos, através da consulta ao acervo de Nelson Werneck Sodré na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional. Os vinte e cinco artigos transcritos, todos da autoria de Nelson Werneck, foram publicados nos jornais *Correio Paulistano* (onze artigos transcritos, de 1950 a 1955), *Diário de Notícias* (um artigo transcrito, de 1959), *O Semanário* (quatro artigos, dos anos de 1959, 1961 e 1962), *O Jornal da Semana* (um artigo, de 1960), *O Metropolitano* (um artigo, de 1962) e *O Corujão* (um artigo, de 1967), e nas revistas do *Arquivo Municipal* (um artigo, de 1950) e do *Clube Militar* (um artigo, de 1950). O conjunto de artigos selecionados também é composto por um trabalho encomendado do ano de 1967, e por três materiais avulsos, dos anos de 1952, 1956 e 1959. Para a escolha dos artigos foi necessária, durante cinco meses de pesquisa no acervo de Nelson Werneck Sodré na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, a leitura dos mesmos desde o ano de 1924 (ano em que Sodré inicia sua participação na imprensa) até o ano de 1969 (ao fim do qual se estabeleceu o recorte que abrange o período compreendido entre 1950 e 1969),

possuindo como critério de seleção a questão da democracia e da cultura nacional. Os artigos transcritos, em sua totalidade, foram escritos por Sodré nas décadas de 50 e 60, período no qual o autor apresenta maior preocupação e inquietude com a questão do nacionalismo e da democracia, dado o contexto (como foi dito anteriormente) da luta anticolonialista e da revolução brasileira na década de 50, e o problema da redemocratização na década de 60, mais especificamente, após o estabelecimento da ditadura de 1964.

A seleção dos documentos e dos autores, é importante destacar, se dá em função do momento presente. O pesquisador, como afirma Clifford Geertz, deve reconhecer seu posicionamento. O próprio pensamento, para o autor, é um ato moral e comprometido. Mariza Peirano também aponta para a importância da escolha dos autores com os quais se vai dialogar e para o reconhecimento, por parte do pesquisador, de seu lugar em uma linhagem de autores. Não se pode renunciar à teoria. Todos nós fomos orientados, e devido à orientação que recebemos, nos inserimos em uma linhagem e adquirimos um posicionamento (embora o orientando não deva ser uma cópia fiel do orientador). Considerando o que foi dito, pretende-se, desta forma, resgatar a visão de Nelson Werneck Sodré sobre a imprensa e os meios de massa no Brasil, utilizando os temas da cultura nacional e da democracia, com base no cruzamento de seus artigos para a imprensa com sua bibliografia sobre o tema, e no contraponto com os autores complementares acima referidos. Os diferentes discursos que emergem (cada um referido a um determinado contexto) devem dialogar entre si.

Nelson Werneck Sodré assinala que a manipulação consciente e inteligente das massas é um elemento importante na sociedade democrática, e, em defesa dos jornais de menor porte, destaca em seu *História da Imprensa no Brasil* uma importante observação que Machado de Assis escreveu para o periódico *O Espelho* (23 de outubro de 1859), apontando que o traço mais característico e essencial de um jornal é a discussão, e esta constitui a principal ameaça à ordem vigente.

Já em 1859, entretanto, com a sua extraordinária sagacidade de observação e clareza de análise, Machado de Assis enunciava esta conceituação lapidar: “Houve uma coisa que fez tremer as aristocracias, mais do que os movimentos populares; foi o jornal. [...] E o que é a discussão? A sentença de morte de todo status quo, de todos os falsos princípios dominantes. Desde que uma coisa é trazida à discussão, não tem legitimidade evidente, e nesse caso o choque de argumentação é uma probabilidade de queda. Ora, a discussão, que é a feição mais especial, o cunho mais vivo de um jornal, é o que não convém exatamente à organização desigual e sinuosa da sociedade. [...] Graças a Deus, se há alguma coisa a esperar é das inteligências proletárias, das classes ínfimas; das superiores, não. [...] Mas, não importa! Eu não creio no destino individual, mas aceito o destino coletivo da humanidade.”⁴

⁴ SODRÉ, Nelson Werneck - *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p.233

É importante destacar, por fim, que a dissertação se desenvolve do seguinte modo:

Tendo retratado o turbulento contexto histórico das décadas de 50 e 60, que serviu como pano de fundo para Nelson Werneck Sodré redigir seus artigos para a imprensa, e tendo resgatado as correntes de pensamento que influenciaram a visão de Sodré sobre a sociedade brasileira, explicitando o panorama vivido pelo autor, e após citar, também, alguns dos autores complementares que serão utilizados, nos capítulos 2 e 3, busco resgatar a questão do nacionalismo e da democracia na visão de Nelson Werneck, sendo que a segunda parte da dissertação trata mais especificamente da imprensa, ao passo que a terceira parte diz respeito aos meios de massa. A questão que permeia todos os capítulos é o problema da afirmação do nacional e do popular frente à homogeneidade e à padronização existentes na imprensa e nos meios de massa. A conclusão se destina à recapitulação e ao fechamento das idéias.

Vale ressaltar que a referência, em capítulos diferentes, à imprensa e aos meios de massa, obedece à divisão estabelecida por Nelson Werneck Sodré, em sua obra *História da Imprensa no Brasil*, entre estas formas de transmissão do pensamento, a despeito da interdependência entre tais técnicas.

2 NELSON WERNECK SODRÉ E A LUTA POR UMA IMPRENSA NACIONALISTA E DEMOCRÁTICA

A vida de cada época se reflete com muita nitidez no tipo de imprensa que tem vigência então, por força do simples consórcio que existe entre o jornal e a existência, em todas as suas manifestações. Como a imprensa foi inventada justamente para aproximar os homens e a vida social se caracteriza pela maior ou menor aproximação entre eles, pela força de difusão de conceitos, de opiniões, de costumes, em que a imprensa tem um papel de primeira ordem, é fácil compreender a associação que sempre existiu entre as características da imprensa e aquelas que dão fisionomia à sociedade em qualquer época.

*Nelson Werneck Sodré*⁵

A imprensa, em primeiro lugar, é definida por Sodré como difusão, estando este conceito estreitamente relacionado à sua noção de cultura nacional, que se caracteriza pela livre manifestação do que nos pertence, a livre manifestação do que reflete a realidade do país. O nacional, entretanto, só pode existir onde há uma nação independente, tanto política quanto economicamente. Em concordância com Nelson Werneck, Juarez Bahia afirma que todos os meios pelos quais a notícia chega ao público são denominados de jornalismo, que tem a natureza de intermediário da sociedade. O jornalismo, segundo este autor, se desenvolve somente onde há liberdade e respeito aos direitos individuais.

As técnicas de transmissão da cultura, mesmo após a autonomia política, permaneceram nas mãos dos que estavam vinculados ao domínio estrangeiro, na posse dos transplantados, que tinham como objetivo a permanência deste domínio. Para ele, a transplantação era a cópia, sem exame, de modelos externos, constituindo-se como a única solução somente em uma sociedade colonial. Isso não significa que não devemos absorver as criações externas unidas pelo signo da eternidade e dos valores humanos universais.

Nas palavras de Sodré:

Nenhum tema, como o da transplantação cultural, mereceu, entre nós, debates tão apaixonados. É possível afirmar que, desde os episódios da Independência, ele se constituiu no tema central. É possível também datar dessa época o aparecimento de dois pontos de vista opostos: num deles, colocavam-se os que só encontravam solução para o Brasil na cópia pura e simples de modelos externos, - modelos institucionais, modelos jurídicos, modelos ideológicos; no outro, os que invectivavam essa posição de subalternidade, pretendendo uma visão objetiva e realista para os problemas brasileiros. Desde então, ao longo de episódios históricos ou de controvérsias doutrinárias, as duas correntes se defrontaram, mantendo-se ambas, entretanto, e nisso idênticas, no campo idealista, embora pretendessem, particularmente a segunda, condições de realismo para as posições assumidas.⁶

⁵ Sodré, Nelson Werneck - Imprensa e técnica de transmissão. Correio Paulistano. 1 dez. 1953. (p.86) MS 550 n. 4

⁶ Sodré, Nelson Werneck - Pela elaboração da Cultura Nacional. Correio Paulistano. 10 abr. 1955. (p.21) MS 550 n.4

E complementa, explicitando sua posição sobre o problema:

“A formação dos grupos humanos exerce uma indiscutível preponderância na busca e na solução de seus problemas, de ordem política ou de qualquer ordem, não podendo, pois, a estrutura de cada um ser apertada em moldes traçados por escala distante.”⁷

O que vimos, no passado, mesmo da parte de alguns executantes que alcançaram notório virtuosismo técnico em suas criações, o que vemos ainda hoje, em muitos e muitos exemplos, é uma aplicação cuidadosa, minudente e atenta de figurinos exteriores, recebidos sem exame, sobre uma realidade inteiramente diversa.⁸

Um dos traços da formação colonial foi a primazia da ordem privada em detrimento da ordem pública. O surgimento da imprensa foi influenciado por esse predomínio do interesse privado. Por isso, o caráter provisório de muitos jornais brasileiros, movidos pela defesa de interesses pessoais, desaparecendo aqueles quando estes se resolviam. A estrutura de propriedade das empresas jornalísticas no Brasil, segundo Bernardo Kucinski, reproduz a estrutura oligárquica da propriedade da terra, partilhando esta de uma ideologia comum, com práticas hedonísticas e de favoritismo.

A violência de linguagem com o objetivo de destruir o adversário e conquistar o poder, característica dos pasquins do período regencial, foi um traço das precárias condições materiais e culturais de sua época. A imprensa tornava-se, assim, um violento meio de luta de interesses.

“Não encontrando a linguagem precisa, o caminho certo, a norma política adequada aos seus anseios, e a forma de organização a isso necessárias, derivavam para a vala comum da injúria, da difamação, do insulto repetido.”⁹

Em um ambiente em que a educação era precária e em que a maioria esmagadora da população era analfabeta, somente a linguagem injuriosa dos grupos em antagonismo seria compreensível. A linguagem impetuosa se apresentava como necessária em meio ao debate dos problemas, das doutrinas e das questões impostas pela época. A finalidade, além da pregação de idéias, era a supressão do adversário, bem como a posse do poder, este a serviço de idéias e de interesses pessoais, velados no discurso do patriotismo, segundo a visão, orientação ou tendência de cada grupo. A imprensa apenas adaptou-se a tais condições. Questões de ordem privada pretendiam se tornar questões públicas.

⁷ Sodré, Nelson Werneck - *Cultura e Realidade*. Correio Paulistano – 11 / jan. / 1950 (p. 1) MS 550 n.3

⁸ Sodré, Nelson Werneck - *Pela elaboração da Cultura Nacional*. Correio Paulistano. 10 abr. 1955. (p.21) MS 550 n.4

⁹ SODRÉ, Nelson Werneck - *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 157

Em relação aos pasquins do período da regência, observa Sodré:

O que se pretendia era o esmagamento do adversário, a destruição do oponente, a conquista do poder, da função pública, para melhor servir a interesses ou tendências que se podiam disfarçar com um patriotismo pouco denso, mas que ocultavam largos e profundos interesses privados, ameaçados por vezes, e repontando em revide e em competição em que todas as armas serviam e da qual saíria estraçalhado um dos adversários.¹⁰

O interesse pessoal ainda se encontra presente na imprensa dos dias atuais. Sodré aponta, em seu *História da Imprensa no Brasil*, que os jornais não dão primazia à política, mas ao fato político, que existe somente em áreas reduzidas, em áreas nas quais se encontram aqueles que participam da política e do poder. Estes espaços restritos são marcados por relações pessoais e pela linguagem virulenta da imprensa política (com o objetivo de oprimir a pessoa do adversário, e não sua política), linguagem esta similar, na forma, ao pasquim do século XIX, embora o conteúdo fosse distinto. O autor lembra ainda que a grande imprensa, particularmente o livro e o jornal, retrata diversas mazelas sem buscar suas causas, traço este que marca uma distorção e um distanciamento da realidade.

Já se abusava, então, dos mitos correntes, interesse da pátria, bem público, realidade brasileira, – mostrando que o mal era próprio da época, quanto à forma, a do pasquim, mas não quanto ao fundo, que esse está presente nos nossos dias, nesse curioso farisaísmo sob que se disfarçam os interesses mais desencontrados.¹¹

Juarez Bahia é partidário da idéia de que a pequena imprensa é a única que reflete o pensamento, a ação da sociedade brasileira e a reação do povo ao poder. A pequena imprensa de oposição, com seu caráter contestador e revolucionário, influenciou acontecimentos importantes de nossa história, como a campanha pela libertação dos escravos, a proclamação da República e o civilismo de Rui Barbosa. De forma semelhante a Sodré, Juarez Bahia afirma que a imprensa torna-se uma organização familiar sólida dominada por interesses particulares, submetendo-se à influência dos proprietários rurais. A imprensa artesanal, no final do século XIX, é quase inteiramente substituída pelas estruturas industriais de uma sociedade capitalista. Sodré complementa esse pensamento, ao destacar que muitos jornais de oposição tornam-se órgãos oficiais, o que demonstra a inviabilidade de manutenção dos pequenos jornais frente ao caráter de grande empresa assumido pela imprensa.

¹⁰ Sodré, Nelson Werneck - A pequena imprensa na regência e no império. Revista do Arquivo Municipal – jul. / ago. / 1950 (p. 47 a 54) MS 550 n.3

¹¹ *Idem.*

O jornal europeu, conforme afirma Juarez Bahia, era o modelo predominante em nossos jornais. No final do decênio de 1920, os grandes jornais incorporam o processo e a técnica do jornalismo norte-americano. Os interesses comerciais e industriais europeus também são substituídos pelos interesses dos EUA. Os pequenos jornais partidários são os únicos a advertir para o imperialismo do pós-guerra. Tanto Juarez Bahia quanto Nelson Werneck Sodré concordam que a industrialização da imprensa a afasta da realidade e do povo. Anteriormente, no entanto, conforme afirma Bahia, os jornalistas e publicistas acumulavam funções no jornal e no governo. Não havia limites à incompatibilidade ética (ou seja, a primazia dos interesses dos proprietários). A expansão da empresa jornalística marca o caminho para a profissionalização e a busca por um padrão ético. Regras e procedimentos devem se tornar regulares nas relações da imprensa com a sociedade e o poder. Os autores também concordam que existe uma concentração na empresa jornalística, onde se observa a existência de um pequeno número de grandes jornais e a homogeneidade entre estes, acompanhando o processo de oligopolização da economia. Nos anos 50 e 60 já se dá a formação de complexos de comunicação formados pela imprensa, pelo rádio e pela televisão. Estes complexos empresariais manipulam opiniões, destróem governos, enaltecem e derrubam nomes. Estas empresas, que, em muitos casos, englobam indústrias pertencentes a outros ramos, são, contudo, dependentes de gigantescas empresas estrangeiras, particularmente, as agências de notícias (que padronizam os jornais) e de publicidade (na medida em que a publicidade constitui, mais do que a venda avulsa, elemento de peso no balanço de uma empresa de jornal ou revista, passando o anunciante a ter mais voz do que o leitor na corrente de pensamento do jornal). O jornalismo, desta forma, passa de atividade artesanal a condicionante de comportamentos e atitudes dos indivíduos e da sociedade.

Os jornais comunitários gratuitos, conforme afirmam esses dois autores, têm origem artesanal e cobrem aspectos da vida social desprezados pela grande imprensa. O semanário dominical gratuito dá primazia às questões comunitárias. O grande jornal está conectado com a macronotícia, apresentando uma visão metropolitana da cidade. A tendência à concentração e ao monopólio acaba por descaracterizar a finalidade comunitária dos jornais de bairro. Estes, em muitos casos, são distribuídos como encartes pelo sistema de circulação paga, tornando-se parte integrante da edição principal. Esta forma de veiculação do jornalismo comunitário se utiliza da força de circulação de um título diário, mas limita o seu âmbito, uma vez que é parte da edição principal e se subordina à sua política editorial.

A opinião pública se orienta não pelas coisas em si, mas pelas feições que lhes são dadas, pelas imagens atribuídas pelos meios de comunicação. A mídia, conforme atesta Juarez

Bahia, dá o conteúdo das nossas opiniões.

Nesse sentido, Sodré observa:

O que é necessário assinalar é que a imprensa, em 1875, havia encontrado, na província de São Paulo, o seu caminho natural. Entrava a fazer parte de um sistema político e econômico que se interessava em mantê-la, em sustentá-la, em desenvolver as suas possibilidades, em servir-se dela como um meio de defesa natural de seus interesses. O jornal deixava de ser a aventura de um indivíduo idealista, ou de reduzido grupo de afoitos, para se constituir numa empresa, com todas as suas características, embora muitas ainda em estado embrionário. Constituindo-se dessa maneira, será o intérprete de um grupo, numeroso ou não, mas dotado de força financeira para sustentar o seu aparelhamento técnico, e terá de esforçar-se, por outro lado, para interessar o público, em que entra não só aquele grupo, mas camadas sucessivamente mais amplas de população que devem ser orientadas no sentido de aceitar aquela doutrina, aquelas idéias, aqueles princípios, como os seus ou, pelo menos como aqueles que devem prevalecer.¹²

O público, segundo Sodré, é orientado a aceitar as idéias, as correntes de opinião e os valores propagados e controlados pela classe dominante, interessada em distorcer a verdade a seu favor. A ideologia, para Marx e Engels, se constitui por uma falsa consciência elaborada pelos agentes intelectuais da classe dominante, que tem por resultado o mascaramento da natureza objetiva dos interesses materiais desta classe. A distorção ideológica, lembra Konder, pode se inserir também na desconfiança ou na relativização do conhecimento. O autor afirma que todo conhecimento é carregado de ideologia. No entanto, onde há ideologia também existe conhecimento, algo de válido que deve ser assimilado. O conhecimento só existe dentro da ideologia. Antonio Gramsci também vincula o conhecimento e a ideologia, dado que esta, na definição do autor, abrange a visão de mundo e os valores da classe dominante, que, presentes nas mais diversas manifestações culturais, e disseminados através de diferentes graus qualitativos (como a política, a filosofia, o senso comum, a religião e o folclore), realiza a integração de uma determinada sociedade. A estrutura ideológica é uma organização da sociedade civil, abarcando aquela a imprensa e os meios de massa, através dos quais se busca influenciar e mobilizar opiniões, de acordo com uma dada corrente de pensamento.

A questão da ideologia, segundo Marx, é uma questão teórica, mas que não encontra solução no plano da teoria. Sua solução está no plano da prática, no plano da práxis. A práxis é a atividade através da qual o ser humano se autorealiza, lutando contra os limites que lhe são impostos. Não há um ponto de chegada. É necessária sempre a construção de novas teorias e de novos conhecimentos. A questão da ideologia, desta forma, não possui uma solução definitiva. Sua resolução ocorre em cada contexto histórico particular.

¹² Sodré, Nelson Werneck - Imprensa Antiga. Correio Paulistano – 18 / mar. / 1951 (p. 30) MS 550 n.3

Antonio Gramsci parte da idéia de jornalismo integral, que tem como objetivo criar e satisfazer as necessidades de seu público, ampliando paulatinamente sua área de alcance. Os leitores são vistos a partir de dois elementos distintos, mas interligados: como elementos ideológicos, manipuláveis e moldáveis, e como elementos econômicos, que adquirem as publicações e fazem com que estas sejam adquiridas por outros. A empresa editorial é constituída por diversos tipos de livros e revistas, dirigidas a públicos de diferentes níveis culturais. Gramsci lembra que as revistas devem conter informações críticas sobre as publicações que contenham assuntos que interessem a um público com menor nível de cultura. Em relação aos colaboradores estrangeiros, o autor coloca que esta colaboração deve ser orgânica (não casual), sendo necessário, para isso, o conhecimento profundo tanto da cultura de origem quanto da cultura estrangeira com a qual se pretende colaborar e escrever. Este conhecimento profundo também é válido para o caso dos correspondentes do exterior. Os jornais, ao contrário do que se assiste, não devem estar, segundo Gramsci, a serviço de interesses particulares.

Gramsci utiliza o conceito de bloco histórico, que se constitui pela unidade entre a estrutura sócio-econômica e a superestrutura político-ideológica. A relação entre estes elementos é o seu ponto essencial, não havendo primazia de nenhum destes. O vínculo orgânico entre estrutura e superestrutura é realizado pelos intelectuais, que, solidários ou não à burguesia e com funções de organização, operam no nível superestrutural. O bloco histórico é o ponto de partida de uma análise de como um sistema de valores culturais (o que, como foi dito acima, o autor denomina de ideologia) se difunde e integra um sistema social. Este é integrado e tem unidade quando há um sistema hegemônico dirigido por uma classe fundamental que confia a gestão aos intelectuais. Somente desta forma pode-se afirmar a existência de um bloco histórico, conceito este que não pode ser separado do conceito de hegemonia do bloco intelectual. A superestrutura do bloco histórico é formada por duas esferas: a da sociedade política, que compreende o aparelho de Estado, e a da sociedade civil. Esta define a direção intelectual e moral de um sistema social. A sociedade política ou o Estado tem a função de coerção, sendo, nesse sentido, um prolongamento da sociedade civil, e possuindo um papel secundário no sistema hegemônico. As sociedades civil e política formam uma unidade dialética na qual consenso e coerção se alternam, mantendo relações recíprocas e permanentes. O Estado exerce seu domínio sobre os órgãos de opinião pública da sociedade civil, como o jornal, o rádio, o parlamento (órgão da sociedade política, e, também, da sociedade civil, com a função de expressar a opinião pública, combinando força e consenso, dado que a força se baseia no consenso da maioria), com o objetivo de suprimir divergências.

Gramsci aponta, inclusive, para uma estatização da sociedade civil, embora lembre que esta também pode exercer sua coerção sobre a sociedade política. Sociedade civil (hegemonia) e política (coerção) são duas faces do poder da classe dominante, possuindo, estes elementos, um vínculo variável.

O novo sistema hegemônico da classe operária, para derrubar o bloco dominante, deve solucionar o problema da diferenciação entre sociedade civil e sociedade política, unindo ambas, e tornando homogênea sua superestrutura, dado que para o bloco dominante, as diversas organizações da sociedade civil são fatores de ampliação de sua hegemonia. A homogeneidade da superestrutura dirigida pelo bloco operário, para Gramsci, se reflete no papel central do partido comunista e na ideologia marxista. O referido partido deve assumir o papel de sociedade civil e política do novo bloco hegemônico, dirigindo as ações militares de tomada do aparelho de Estado e exercendo a função de polícia do partido (tutela da nova ordem operária), e, também, por difundir uma nova ideologia e uma nova visão de mundo, isto é, o marxismo. O Estado-ético é somente uma etapa para a sociedade sem classes, com predomínio da sociedade civil. Gramsci prega o fim do Estado ou da sociedade política, dado que esta, após a extinção da classe dominante, tendo cumprido sua missão, perde sua razão de ser, reintegrando-se à sociedade civil.

A ideologia, o que, de acordo com Gramsci, corresponde à superestrutura, é o plano no qual os homens tomam consciência dos conflitos que ocorrem no nível da estrutura. Esta tem suas contradições resolvidas no plano superestrutural. Gramsci utiliza o conceito de bloco histórico como forma de evitar que se considere estrutura e superestrutura separadamente. O autor dá primazia, em seu conceito de hegemonia, à sociedade civil, que é onde ocorre a luta contra a classe dirigente. Segundo Gramsci, o grupo que controla a sociedade civil é o grupo hegemônico, disseminando este, principalmente através dos meios de comunicação, sua visão de mundo, logo, sua ideologia.

Nelson Werneck Sodré, estudioso do marxismo, também trabalha em seus artigos com a idéia de que, na sociedade de classes, as idéias dominantes são as idéias da classe dominante. A massa trabalhadora absorve a visão de mundo e as idéias políticas, jurídicas, filosóficas, religiosas e morais da classe dominante. Isso ocorre porque esta tem a propriedade dos meios de produ o material e espiritual, e, pela própria posi o e condi o econômica das classes dominadas, a ideologia das classes dominantes pode impor-se àquelas, sendo difundida pelo aparelho ideológico. A classe dominante produz e regula a distribui o de idéias de sua época.

Um segundo ponto destacado por Sodré é o de que a humanidade se coloca somente os problemas que pode resolver. O problema é colocado apenas quando as condições materiais de solução já existem ou têm a possibilidade de existir. O autor utiliza a concepção de Marx, que parte de indivíduos reais, de sua ação e de suas condições materiais e concretas, tanto as que os antecederam quanto as produzidas por sua ação. Os homens estabelecem relações de produção, criam, fazem sua história, e produzem suas representações e idéias, sendo estes homens reais, atuantes e condicionados por determinado nível de desenvolvimento das forças produtivas. Marx também parte da idéia de determinação em última instância pelo modo de produção e de autonomia relativa das superestruturas, dado que estas também exercem um papel decisivo na história. Os elementos da superestrutura (elementos jurídico, político, cultural) possuem uma relação de reflexo e vínculo com a base econômica e entre si mesmos, sendo estes elementos superestruturais e infraestruturais passíveis de mútua influência. A superestrutura também influi sobre a base econômica, assim como também pensa Gramsci. Os elementos da superestrutura (como o Estado burguês e as diversas formas ideológicas reacionárias impostas às massas), por um lado são formas da classe dominante fortalecer sua exploração e seu domínio sobre as classes dominadas (massas trabalhadoras e lumpenproletariado), e, por outro lado, as classes dominadas (proletariado) estabelecem organizações e ideologias revolucionárias (também exemplos de elementos da superestrutura) como meios de luta contra o Estado burguês e contra a ideologia reacionária da classe dominante, alcançando assim, sua liberdade. O proletariado não pode libertar-se da burguesia sem libertar, da exploração, da opressão e da luta de classes, toda a sociedade. Nelson Werneck também utiliza a concepção de Marx de que a consciência social tem caráter de classe. Cada classe cria suas concepções, idéias, teorias, hábitos e sentimentos que resultam de suas condições materiais e sociais de vida e estão em consonância com seus interesses de classe. A mudança na existência dos homens gera mudanças na consciência social.

A liberdade de pensamento, essencial aos homens de letras, segundo Sodré, só existe onde há autonomia econômica. A publicidade e a notícia são partes vitais dos veículos de comunicação. Conforme atesta Juarez Bahia, a provisão de recursos através da venda de espaço é a condição para a liberdade do veículo, isto é, a não submissão a poderes políticos ou econômicos. Vale destacar que a publicidade não é apenas venda de tempo ou de espaço. A presença de anúncios também deve adequar-se às qualidades do veículo. O espaço publicitário pode conter informações úteis, embora também sujeitas a distorções e manipulações. De qualquer modo, lembra Sodré em seus artigos para a imprensa, nossos homens de pensamento, em muitos casos, se encontram na situação de servir às correntes dos

aparelhamentos de transmissão ou perecer. Nesse sentido, Nelson Werneck, na obra *História da Imprensa no Brasil*, destaca um aspecto importante: anteriormente, no período de ascensão da burguesia, as campanhas pela liberdade de imprensa visavam, tão somente, a não intervenção do Estado. Com a emergência do capitalismo monopolista e do imperialismo, a campanha contra a censura imposta pelo Estado passou a ser apenas parte do problema da liberdade de imprensa. As grandes empresas jornalísticas, atualmente, se autocensuram. A imprensa torna-se, assim, instrumento de alienação, abandonando seu objetivo inicial, ou seja, o de refletir a realidade. O jornalismo, na visão de Juarez Bahia, não deve apenas registrar o que o governo emite, possuindo o direito de exercer a função de observador ou vigia da estrutura vigente. A industrialização, no entanto, acentua a relação do jornalismo com o poder político e econômico. Conforme foi dito, após os anos 50, a radiodifusão, a televisão e os grandes conglomerados de jornais e revistas levam ao desaparecimento da pequena imprensa de iniciativa individual. Os jornais deixam de ser numerosos e o teor democrático da imprensa diminui.

A matéria recomendada, segundo Juarez Bahia, restringe o direito de escolha dos editores. As recomendações fazem com que a imprensa manipule o que vai ser impresso, estando de acordo com o interesse dos grupos dominantes. Para o autor, o caráter de um veículo, sua qualidade de informar e sua credibilidade, são medidos pela sua independência, seu rigor, sua exatidão, sua responsabilidade e sua resistência a quaisquer pressões políticas e econômicas. A neutralidade é um mito, diante do espaço que cada veículo atribui à notícia em função de seus custos. Estes condicionantes não devem impedir, no entanto, uma postura ética e a busca da verdade por parte de jornalistas e editores.

Os grandes jornais, segundo Sodré, na obra *História da Imprensa no Brasil*, tornam-se volumosos catálogos de publicidade, sem qualquer compromisso com a informação, esta controlada, em nosso país, pelo imperialismo, mais precisamente, pelas agências estrangeiras de publicidade e distribuidoras de informações. Os proprietários dos jornais controlam seu conteúdo, em detrimento dos homens de letras, dos jornalistas e da classe trabalhadora. As matérias pagas, particularmente por agências norte-americanas, invadem os periódicos brasileiros, rejeitando qualquer posição que fosse contrária aos seus interesses.

A mídia brasileira, na visão de Bernardo Kucinski, possui um papel mais ideológico e de produção de um consenso do que informativo. O jornalista, no Brasil, é submetido a um modo autoritário de controle de sua produção, à falta de liberdade de expressão, à autocensura e a restrições no mercado de trabalho. Em concordância com os demais autores citados, Kucinski aponta para a falta de pluralismo da mídia brasileira, particularmente na cobertura

de assuntos decisivos para as elites dominantes ou nos quais estejam em jogo seus interesses. A produção do consenso se realiza pela elite dominante na esfera do poder, externamente à mídia, e imposto a esta, determinando um padrão de cobertura jornalística, apresentando-se este de forma mais intensa em momentos de ruptura ou em questões estratégicas. Com uma visão similar às demais, o autor coloca que a concentração da propriedade dos diversos tipos de mídia nas mãos de grupos específicos (em geral, os grupos familiares, o que reproduz a antiga estrutura de propriedade agrária); a ação simultânea de diferentes mídias, onde uma visão se sobrepõe a outras; e a relação entre jornalistas e grupos de pressão, são condições para a construção do consenso. Apesar das vitórias da luta pela democratização da mídia (pequenos jornais, canais de televisão e estações de rádio comunitárias), o maior obstáculo que se apresenta, para Kucinski, é o monopólio cruzado dos meios de comunicação e sua concentração em um pequeno número de grandes empresas.

O problema da informação se destaca no contexto da revolução brasileira. Isto porque, conforme afirma Nelson Werneck no artigo O Problema da Informação¹³, existe um grande abismo entre a opinião que o povo formula dos fatos e a apresentação dos mesmos pela imprensa, pelo rádio, pela televisão, pelo cinema e pelo teatro. O povo aprende mais da realidade do que dos meios de transmissão da informação, distanciando-se destes, sendo todos estes meios, segundo suas teses, subsidiários dos trustes, monopólios e grandes empresas publicitárias estrangeiras. A opinião é conduzida por interesses opostos aos do povo.

Através da leitura do capítulo inédito que consta na quarta edição (1999) da obra História da Imprensa no Brasil, no qual o autor mostra seu pensamento sobre a atual imprensa brasileira, pude constatar que Sodré reconhece que não houve tal distanciamento do público oriundo das camadas populares em relação aos meios de transmissão da informação, particularmente no que diz respeito aos meios de massa, dada a amplitude e o poder de difusão dada vez maior adquirido pelos mesmos, conforme pode-se observar na sociedade atual, e como o próprio autor atestou.

Os órgãos que constituem a grande imprensa brasileira reproduzem as informações do exterior veiculadas pelas agências internacionais de notícias; e as informações dos fatos que ocorrem no país são manipuladas por empresas estrangeiras aqui estabelecidas. O que se assiste, segundo Sodré, em concordância com os demais autores, é a homogeneidade entre os grandes jornais e a presença de interesses alheios aos do povo. O que interessa a este não é veiculado pelos meios de transmissão do pensamento, mas o que interessa às componentes

¹³ Sodré, Nelson Werneck - O problema da Informação. O Semanário. 16 ago. 1962. (p.107) MS 550 n.5

reacionárias do poder, que exercem o controle sobre o que deve chegar ao conhecimento do público.

Resta-nos, agora, enfrentar os problemas capitais que se nos deparam no caminho, com o espírito fortalecido pela crença nas possibilidades do nosso povo de aproveitar, em seu próprio benefício, as riquezas que possui, delas fazendo um elemento propulsor de seu desenvolvimento material, político, econômico e social. Só a convicção de que somos capazes de resolver, por nós mesmos, tais problemas, poderá fornecer os fundamentos da política nacionalista a que aspiramos e na qual está o insubstituível conteúdo de nossa sobrevivência nacional. A união em torno de tal idéia deve ser, pois, o ponto de partida de toda nossa atividade. Tanto mais quanto se traduzirá, na prática, pela união em torno do próprio Brasil e do respeito à vontade de seu povo, união que nos colocará em condições de fortalecer a estrutura democrática das instituições e conferir-lhe o sentido amplo que deve caracterizá-las. O processo democrático, como todo processo, longe de marcar-se pela pausa e pela estatística, é desenvolvimento progressivo, e nada tem de grave e chocante o fato de que os erros, os desacertos, as ilusões e os desvios sejam, pouco a pouco, eliminados. Só a prática constante do sistema é capaz de educar a coletividade para o uso dos seus direitos.¹⁴

Para Sodré, cultura e democracia são elementos indissociáveis.

Tudo aquilo que, na significação vulgar da palavra, – não em sua significação sociológica, – abrangemos com a denominação de cultura, as artes todas, as letras, a pesquisa e a divulgação científica, está intimamente ligado ao conceito comum de democracia, no sentido de que, no exame e julgamento da obra, não se indaga da origem de seu criador, e no sentido de que é indispensável proporcionar a todos os grupos humanos, e a cada personalidade separadamente, condições necessárias, e até indispensáveis, à plena expansão dos seus impulsos para a criação artística. Democracia e cultura, pois, são coisas sinônimas, inseparáveis, condicionadas por fatores idênticos e só desenvolvidas em conjunto.¹⁵

E continua:

Claro está que o povo não se interessa pelo existencialismo; ele tem problemas muito mais sérios e graves, problemas que não esperam, e só os fugitivos ou os iludidos, consciente ou inconscientemente, podem dar-se ao luxo de fingir que não têm problemas, e ao alto luxo de ignorar tais problemas no que diz respeito aos outros. [...] A arte é uma criação bilateral, dos que a concebem e dos que a recebem e são, na verdade, os que lhe dão o calor da vida. Quando o processo é unilateral, não existe arte, porque não existe qualquer coisa de importante, de ponderável e, principalmente, de generalizado sem a participação popular, sem a consagração do homem comum, daquele que não é gênio, não escreve, não pinta, não faz música mas também precisa, também tem necessidade, e muito mais do que em geral se pensa, de arte, de prazer espiritual; e está sempre pronto a admirar e a divulgar aquilo em que veja uma parcela de vida, da sua vida, do humano em suma.¹⁶

A segunda metade do século XIX marca o início da entrada de capitais estrangeiros no país, inicialmente através dos empréstimos externos. Os contratos das empresas estrangeiras

¹⁴ Sodré, Nelson Werneck - O processo democrático. Revista do Clube Militar – out. / 1950 (p. 82) MS 550 n.3

¹⁵ Sodré, Nelson Werneck - Cultura e democracia. Correio Paulistano – 1951 (p. 168 a 172) (obs.: este artigo não foi publicado) MS 550 n.3

¹⁶ Sodré, Nelson Werneck - Revistas e Jornais. Correio Paulistano – 15 / jun. / 1952 (p. 49) MS 550 n.3

especificam o monopólio na exploração e proíbem a oposição a quaisquer remessas de lucros para o exterior. Tal estado de coisas nos mostra que o caráter colonial de nossa economia persiste na República. Inserindo-se em nosso sistema de produção, as forças antinacionais pretendem erradicar o nacionalismo e o patriotismo, de forma a fazer prevalecerem seus interesses sobre os problemas de nosso país. A emergência de uma cultura nacional e de uma nação brasileira só será possível na medida em que houver a emancipação dos elementos coloniais, que, entretanto, subsistem, segundo Sodré.

Mas, a verdade é que, com o passar do tempo, chegamos ao momento em que nos apresentamos na posse de condições capazes de proporcionar o ambiente em que uma literatura nacional podia ter lugar. E ela começou a surgir, e sua caracterização se processou na medida em que nos foi possível a emancipação dos elementos coloniais. Isso aconteceu há pouco, muito depois da autonomia política, naturalmente. Porque os elementos coloniais vivem, ainda, em nossa intimidade, ainda lutamos contra eles e só chegaremos a constituir uma nação, em seu verdadeiro sentido, e a ter possibilidade, por isso, de elaborar uma literatura nacional, quando tivermos subjugado ou neutralizado, de maneira total, a influência daqueles elementos.

Se, através de tantos anos de esforço e de luta, conseguimos esboçar os processos de expressão de uma cultura autenticamente brasileira, oferecendo perspectivas até para o aparecimento e desenvolvimento, com altos e baixos inevitáveis, de uma literatura peculiar, que é uma das mais altas e apuradas expressões da vida de um povo, isso está longe de significar que o processo tenha chegado ao seu termo, e que possamos admitir, desde logo, a sua finalização. Muito ao contrário, o que vem se desenvolvendo, de alguns anos a esta parte, é um recuo nesse processo, retornando à vigência condições que tinham sido superadas e aparecendo, no quadro nacional, com características novas, os velhos elementos antinacionais, sob outras formas. É por isso, e só por isso que atravessamos uma fase de declínio literário, sob outras formas. O que acontece é, sem sombra de dúvida, uma generalizada e profunda descaracterização nacional, dentro de cujo ambiente a expressão literária se coloca, sofrendo as influências naturais da referida descaracterização.

Onde começa, sob cujas formas se processa tal descaracterização? Numa análise mais profunda, vamos encontrá-la na elaboração de condições gerais que enfraquecem tudo o que é nacional e estimulam aquilo que provém de fora e que tem interesse em manter-se, na nossa intimidade, e que só pode manter-se com o enfraquecimento dos elementos nacionais.¹⁷

Nelson Werneck estabelece que o nacional e o popular são termos sinônimos, dado que, para o autor, só é nacional o que é popular.

Como só é nacional aquilo que é popular, as manifestações centenárias só adquirem sentido na medida em que o povo, acreditando em suas lições e aproveitando-as, saiba extrair delas a experiência necessária aos dias presentes, quando se elabora, na sua verdadeira grandeza, com enormes dificuldades sem dúvida, mas com todos os seus traços, o que poderemos, sem deformação, conhecer como cultura nacional.¹⁸

Cultura nacional, nas palavras de Sodré:

“[...] é aquela que permanece em estreita, perfeita e constante comunicação com as raízes profundas do povo, aquela que se elabora na visão permanente da realidade, que lhe

¹⁷ Sodré, Nelson Werneck - Descaracterização Nacional. Correio Paulistano – 31 / ago. / 1952 (p. 77) MS 550 n.3

¹⁸ Sodré, Nelson Werneck - Cultura Nacional. Correio Paulistano. 19 mar. 1954. (p.16) MS 550 n.4

sofre a influência, que nela se unge e que dela se reveste, em todas as suas manifestações.”¹⁹

O esforço pela elaboração da cultura nacional deve ser conjugado à luta contra nossa submissão ao regime colonial. A cultura nacional, conforme já foi destacado, não é refratária a contribuições externas universais, e, por isso mesmo, comuns a todos os homens, a todos os povos ou grupos humanos.

Vale destacar que Nelson Werneck Sodré é aqui tratado como comunicador. Em seus artigos, o autor comunica ao seu público como interpretar a sociedade brasileira das décadas de 50 e 60. Entretanto, na decisão de convencer e de encorajar seus leitores a lutarem pela emergência da cultura nacional, ele acaba por enunciar as mesmas idéias em diferentes artigos. Desta forma, posso destacar alguns artigos nos quais ele afirma, repetidamente, os mesmos ideais:

Não é por acaso ainda que este momento é apropriado, sob todos os sentidos, para conferir impulso e liberdade à elaboração da cultura nacional. O colonialismo político findou, entre nós, há muito, e o colonialismo econômico entra em crise, aqui e por toda a parte. Vamos construindo, pouco a pouco, e certamente através de grandes dificuldades, uma economia de bases nacionais. Vamos incorporando, nesse trabalho constante e sem pausa, grandes camadas do nosso povo à tarefa imensa que empreendemos. Desvendamos segredos geográficos, pomos em vigência meios de exploração das riquezas já conhecidas, aproveitamos parte delas e, cada vez com maior amplitude, compreendemos a necessidade de nos apossarmos inteiramente daquilo que a natureza nos concedeu, enriquecendo o nosso patrimônio e associando o povo brasileiro nesse enriquecimento.²⁰

Explicitando a importância do popular e da cultura nacional, destaca, novamente Nelson Werneck Sodré:

O divórcio, que realmente existiu, e ainda existe em grande parte, entre os elementos dotados de capacidade artística, em todos os ramos e gêneros, e o público, isto é, a massa que deve assegurar, com o seu apreço, com a sua curiosidade, com a sua admiração, a afetividade de todo trabalho criador, explica-se, assim, pela forma artificial com que aqueles elementos procuraram, e ainda procuram, traduzir um pouco do que é especificamente nosso. Só é nacional o que é popular, e uma arte que não chega a ser popular não está em condições de traduzir, de forma alguma, o que corresponde à cultura nacional. Daí vemos a propriedade do nosso tempo, da fase que vamos atravessando, para a elaboração de uma cultura de traços nacionais, para a tradução, em termos originais, do que somos, do que sentimos e do que pensamos. E vemos como o único caminho para tornar fecundo o trabalho daquela elaboração está na aproximação entre os artistas, criadores em todos os campos da arte, e o povo, cuja capacidade para guardar e preservar o verdadeiro conteúdo do que é nacional constitui a nossa única fonte.²¹

A emergência da cultura nacional também se torna propícia pela decadência do poder

¹⁹ Sodré, Nelson Werneck - Pela elaboração da Cultura Nacional. Correio Paulistano. 10 abr. 1955. (p.21) MS 550 n.4

²⁰ *Idem.*

²¹ *Idem.*

dos latifundiários na terceira década do século XX, devido à ascensão da classe média e da classe trabalhadora, ambas com expressão cada vez maior nas atividades políticas.

Quando, mais adiante, a partir da terceira década do século XX, o domínio dos proprietários rurais começa a ser neutralizado por uma classe média cuja efetividade política é indisfarçável, e pela existência de uma classe trabalhadora que começa a aparecer no cenário político, criam-se as condições para o surgimento de uma crítica, de uma história, de uma ficção, de traços nacionais evidentes.²²

O nacionalismo tornou-se um imperativo desde o momento em que o poder começou a ser partilhado por uma camada da classe dominante que se gerou da lenta capitalização nacional e que se entregou a atividades industriais de preferência. É aquilo que, com alguma imprecisão, há os que chamem “burguesia nacional”. Ela não tem condições de lutar sozinha pela política que lhe convém, e tende mesmo a transigir, pela fraqueza em que ainda se encontra. É impulsionada, entretanto, por outras classes que, embora não dominantes, exercem hoje um grande papel político: a chamada classe média e principalmente o operariado, cuja consciência de classe se consolida acentuadamente nos últimos tempos.

Em termos políticos, mantido o regime democrático, nada se fará mais neste país sem apoio destas duas classes. Isto significa que o Brasil tem povo. Ora, é esta composição de forças, de classes diversas, e de classes que estão interessadas no nacionalismo, que faz deste o vetor principal do quadro em que vamos vivendo.

Cabe aqui ressaltar que mesmo na classe dominante de senhores de terras há hoje setores muito amplos que só encontram saída em determinados aspectos do nacionalismo, particularmente a defesa, no exterior, dos nossos produtos agrícolas, na feroz luta de preços com que nos pretendem transferir os ônus da inflação em áreas estrangeiras. Como todo esquema, este ressent-se da rigidez, naturalmente, e precisa ser tratado com flexibilidade, inclusive face a problemas concretos.²³

No mesmo artigo, também afirma:

[o nacionalismo] É uma necessidade histórica, no sentido de que só agora em nosso tempo, nesta etapa da história brasileira, poderia apresentar-se e encontrar solução. Cada sociedade cria os problemas que pode resolver. É uma opção, mas não entre duas ou mais soluções também viáveis porque, do ponto de vista do desenvolvimento brasileiro, não há outra solução possível e pacífica. Só o nacionalismo poderá resolver o problema brasileiro, hoje.²⁴

Ao responder à seguinte indagação de um leitor: “Onde está o nacional?”, pergunta esta que serviu de título para um artigo escrito para o jornal O Semanário, em 1959, Sodré retorna à questão do nacionalismo:

O nacional está, inclusive, na sua curiosidade, leitor. Se você se preocupa em procurá-lo é porque existe, porque há agora a necessidade de captá-lo, porque é o traço que diferencia a criação e lhe dá sentido. Existe há bastante tempo, embora a forma de que se revestiu

²² Sodré, Nelson Werneck - Estudo histórico – sociológico da cultura brasileira. Introdução aos problemas do Brasil. dez. 1956. (p.151 a 163). MS 550 n. 4

²³ Sodré, Nelson Werneck - Nacionalismo: único caminho que leva ao desenvolvimento. Diário de Notícias. 5 jul. 1959. (p.57, 58) MS 550 n.4

²⁴ *Idem.*

refletisse os tempos e as condições, e fosse leve ou superficial, para só agora afirmar-se e tornar-se nítida, clara, ostensiva, surgindo como figura geométrica, como um traço numa épura. Nos tempos do romantismo, quando copiamos, aqui, mal ou bem, não importa, velhos modelos e até velhíssimos temas, estava apenas na paisagem. Mas, ainda antes, ainda nos tempos coloniais, estava no secundário [...] Ora, dirá o leitor, mas isto não é possível, o Brasil era colônia, e como quer o senhor que haja alguma coisa nacional numa colônia? Leitor inteligente... Claro está que o nacional já existia, da forma como podia existir, isto é, pelo simples elogio da terra e da gente. Quando, depois de 1930, começaram os escritores a contar o que acontecia no Brasil, e naquilo que eles contavam, e naquilo que acontecia, o povo tinha um lugar, ainda que para sofrer, começou a definir-se amplamente o sentido nacional, e ocupou as letras. Os ficcionistas preocuparam-se ainda com o pitoresco, o pitoresco do cangaço, por exemplo, o pitoresco da seca, o pitoresco do engenho, mas abriram as portas da literatura ao povo, isto é, ao que é nacional. Hoje, quem não faz isso, faz concretismo. Onde está o nacional, pois, leitor amigo? Está no povo.²⁵

Nelson Werneck Sodré aponta mais uma razão para o fortalecimento do nacionalismo, assim como os obstáculos impostos a este pelas forças antinacionais, em artigo de 1959:

Por que nacionalismo? [...] Porque, agora, são as forças econômicas externas o mais poderoso obstáculo ao nosso desenvolvimento, e os seus aliados internos declinam em resistência, já não tutelam o país. [...] As forças antinacionais buscam, neste momento, minar a união entre as classes interessadas no nacionalismo, com uma política de desespero, que se define nas difíceis condições de vida do povo, lançando-o em reivindicações que podem separá-lo da burguesia nacional interessada no desenvolvimento. Daí os perigos de uma política econômica e financeira que gera as condições de incerteza e propicia as de subversão, e as anomalias de exportar capitais em um país faminto de capitais, de criar dificuldades ao aparelhamento das empresas que operam com capitais nacionais, de sistematizar a desesperança dos que têm direito de esperar tratamento igual senão preferencial, pelo simples fato de aqui viverem, investirem e trabalharem.²⁶

A cultura popular persiste, mas não emergiu e se tornou dominante, como previa Nelson Werneck. O imperialismo não chegou ao seu término, subsistindo nos dias atuais e reprimindo qualquer forma de oposição aos seus interesses, o que demonstra, como destaquei anteriormente, a inviabilidade de um processo gradual e pacífico para o estabelecimento do nacionalismo no país. O povo, por sua vez, jamais explorou nossas riquezas naturais apenas para seu próprio benefício e enriquecimento. Em relação a estas riquezas naturais, atualmente, o que se mostra, é a presença maciça de interesses e de capitais estrangeiros no país.

Por isso mesmo, apesar de afirmar o enfraquecimento das forças externas e de seus aliados internos, Sodré, em princípios da década de 60, reconhece que Jânio Quadros foi eleito por duas forças: a dos grupos econômicos estrangeiros, juntamente com seus agentes internos, que estabeleceram, dirigiram e financiaram a campanha, na qual a imprensa teve grande participação, e a do povo, força esta arregimentada através de promessas e de propagandas. O governo de Jânio se definiu por sua política econômica, sendo esta, segundo o

²⁵ Sodré, Nelson Werneck - Onde está o nacional. O Semanário. 19 a 25 set. 1959. (p.85) MS 550 n.4

²⁶ Sodré, Nelson Werneck - Nacionalismo é luta contra os inimigos do progresso. Avulso. 1959. MS 550 n.4

autor, antinacional e antidemocrática.

No concreto, pois, o Sr. Jânio Quadros definiu-se, e definiu-se com meridiana clareza, pelas medidas tomadas no campo da economia, definiu-se pela política econômica que adotou, política antinacional e antidemocrática. E adotou logo, depressa, com urgência, prontamente. Estas medidas estão, em sua parte mais válida, mais característica, mais profunda, nas célebres Instruções da SUMOC, a começar pela discutidíssima Instrução 204, em que se iniciava, no Brasil, a subordinação rápida, clara, inequívoca, às diretivas do Fundo Monetário Internacional, isto é, para maior clareza, ao imperialismo norte-americano. O Sr. Jânio Quadros não precisava fazer mais nada para definir o seu governo, - ele está definido desde a Instrução 204, e é preciso ser alguém ingênuo, ignorante ou traidor para admitir que, com essa definição no campo econômico, seja possível alguma coisa diferente disso em qualquer outro campo.

Mas o Sr. Jânio Quadros, e os que o acionam, não são, e seria erro supor que o fossem, uns ingênuos ou ignorantes. Estão jogando uma cartada decisiva, que exige, como a imprensa “sadia” não se cansa de proclamar, muita coragem. O que a Instrução 204 representa, e as que se seguiram confirmam, inclusive a Instrução 208, de data recente, representa um atentado tão grave aos interesses do Brasil que, realmente, seria necessária uma enorme “coragem” para adotar essa política de liquidação do país. Isto se tornaria claro, logo adiante, tão simplesmente pelos efeitos dessa desastrosa política econômica: não é preciso argumentos, basta comprar nas feiras, basta ter alguém de alimentar-se, e todos têm de alimentar-se. Ora, a opção, tão violenta, necessitava, desde logo, de uma contrapartida que atendesse à outra componente eleitoral, profundamente ferida, no caso. A contrapartida se distribuiu em várias iniciativas do governo, que podem, as principais, ser alinhadas assim: uma promessa de política externa independente, quanto ao comércio exterior pelo menos; uma promessa de reformas estruturais, - reforma agrária, lei antitruste, regulamentação da remessa de lucros, etc., - que colocasse em posição difícil as forças políticas, particularmente as parlamentares; mil promessas individuais, através de contratos, convites, formas variadas de suborno, desde o ostensivo, pelas nomeações burocráticas, até as que acalentam a vaidade humana.[...] Ora, é fácil verificar que, enquanto a política externa, de comércio, se concretiza em decisões da mais alta gravidade, que revelam absoluta submissão ao imperialismo, que hoje exerce um domínio total sobre a economia brasileira, a abertura de novos mercados e a ampliação de outros permanece no terreno dos entendimentos, e vem sendo convenientemente entravada e podada e retardada, não passando, assim, de mera perspectiva.²⁷

O que é preciso compreender com clareza, desde logo, é que a política econômica consubstanciada nas medidas monetárias tomadas pelo governo atual tornam absolutamente impossível uma política de comércio exterior independente, isto é, o estabelecimento de relações de troca, em volume apreciável, com as áreas socialistas do mundo. Não é apenas a moeda brasileira que está subordinada, que recebeu uma canga, nos acordos firmados pelo Ministro Mariani, depois que incitou a política que teve na Instrução 204 o seu marco inaugural: é também a política cambial, é também a política comercial, é também a política industrial. É, também, a política em seu sentido lato, o que abrange o regime, os partidos, as eleições, a representação, os direitos individuais, as garantias democráticas. E, aqui, chegamos ao ponto crucial do problema.²⁸

A política econômica antinacional e antipopular de Jânio Quadros gera a oposição e a resistência por parte do povo, o que resulta em repressões, censuras, e, conseqüentemente, no golpe de 1961.

A democracia, com as suas franquias, com as suas liberdades, com os seus direitos, é sufocante para aquela política econômica, e acabaria por derogá-la, sem a mínima dúvida. Mas aquela política econômica é a própria essência do governo Jânio Quadros, que dela não recuará, porque é o instrumento dos que aproveitam e impõem e defendem aquela política

²⁷ Sodré, Nelson Werneck - O golpe: sua teoria. O Semanário. (1961). (p.49) MS 550 n.5

²⁸ Sodré, Nelson Werneck - O golpe: sua prática. O Semanário. (1961). (p.51) MS 550 n.5

econômica. Não são os desejos de Quadros, Cordeiro, Denys, etc., que tornam o golpe possível e necessário, - desejos não contam – mas as necessidades de uma política em que o governo de que fazem parte essas figuras se envolveu, da qual não pode se desembaraçar e que o caracteriza. O golpe surge, assim, como consequência da política econômica, como imposição dela, como decorrência necessária, uma vez que o povo brasileiro não pode ser espoliado sem protesto, sem resistência, sem luta. Para prosseguir na política econômica que esposou, o governo necessita impedir os protestos, vencer as resistências, enfrentar as lutas. Dentro das normas democráticas, isso é impossível. Assim como a democracia é o clima que convém ao povo brasileiro, o clima que lhe assegura as condições de existência, o clima que lhe permite travar as lutas pela sua sobrevivência, - é o clima que não serve ao imperialismo, que o prejudica, que o impede de realizar as suas operações, que inutiliza os seus esforços, que o derrota. O golpe, assim, caracteriza-se antes pela sucessividade e pelo rigor crescente das ações atentatórias aos direitos constitucionais, até um ponto em que só a força domina e dita regras. É o que começamos a assistir e já vai num processo bem adiantado. Primazia do Executivo, que não dá importância nem ao Legislativo, nem ao Judiciário; atentados individuais, como as prisões do Recife, sem nenhuma forma legal; impedimento de manifestações públicas, como na Guanabara e São Paulo; prisões de grevistas, como em São Paulo; punição de emissora, como a Rádio Jornal do Brasil; fechamento do rádio e televisão, como ocorre agora, em que Lacerda fala em uma cadeia enorme, mas a ninguém é dado, nem a Amaral Neto, falar ou fazer restrição ao governo. Isto é o golpe. Até onde irá cabe ao povo brasileiro decidir.²⁹

Os candidatos populares, em período de eleições, não possuem espaço e horário nos meios de difusão, mais especificamente, a imprensa, o rádio e a televisão, controlados estes por empresas privadas que estão associadas a grandes trustes e monopólios estrangeiros.

Nelson Werneck aposta em alternativas emergenciais, enquanto a revolução brasileira não chega ao seu termo. Uma alternativa possível, a despeito das precárias condições materiais, seriam as organizações populares, dada a maior solidez da consciência que o povo possui de sua condição.

Uma outra alternativa proposta por Nelson Werneck Sodré é a criação de comícios, de jornais de menor porte, e de pequenos intervalos de tempo no rádio e na televisão, nos quais o povo possa ter voz e se expressar. Nesse sentido, o autor defende o retorno à pequena imprensa artesanal, como contraponto e como forma de resistência à manipulação da informação e à primazia dos interesses estranhos aos do povo, operadas pelas técnicas de difusão do pensamento. O imperialismo e o latifúndio, de qualquer modo, estão assistindo ao fim de seu domínio.

A afirmação acima mostra mais uma previsão equivocada de Nelson Werneck Sodré. Como afirmei anteriormente, o imperialismo não chegou ao seu termo. E o grande latifúndio, associado ao primeiro, também está presente na sociedade atual. O capitalismo trabalha, ainda nos dias de hoje, com grandes extensões de terras, se utilizando, na maioria dos casos, de trabalhadores desqualificados e mal remunerados. O modelo agro-exportador colonial persiste (a globalização e o neoliberalismo constituem um retorno à colonização, como afirmei na

²⁹ Sodré, Nelson Werneck - O golpe: sua prática. O Semanário. (1961). (p.51) MS 550 n.5

introdução) e a concentração de terras existente no ramo do agronegócio é equivalente à já referida concentração de empresas nos ramos da economia e da imprensa.

Nelson Werneck Sodré também denuncia o retraimento da democracia ao longo dos anos, e, em contrapartida, o aumento populacional brasileiro, a contração do regime democrático originando-se do fato de que a expansão do eleitorado não é proporcional a este aumento de nossa população. Os jornais da grande imprensa, por sua vez, em suas informações e propagandas, caracterizam-se, como já foi dito, pela uniformidade em suas posições. Sodré, desta forma, se pergunta se vivemos em um regime democrático.

A igualdade de representação eleitoral das diversas classes é uma das formas de se fazer avançar o processo de democratização do Brasil no início dos anos 60.

O voto do analfabeto, do cabo e do soldado é um dos meios mais eficazes de democratização do regime, já que a desigualdade de representação eleitoral das diversas classes da sociedade brasileira é um dos fatores que mais entravam este processo de democratização: a alta burguesia está inteiramente representada no congresso, isto é, todos os seus representantes têm direito a voto e votam em candidatos que defendam seus interesses. A classe média é apenas parcialmente representada, pois principalmente no interior conta com um número razoável de analfabetos. Já o camponês e o operário não têm representação no Congresso na proporção em que eles existem na nossa sociedade, porque são em maioria quase absoluta analfabetos, não tendo direito ao voto, e conseqüentemente são alheios à escolha de seus próprios dirigentes, mantendo-se assim à margem do processo de politização porque atravessa o país, e de democratização, no qual se empenham apenas as minorias mais esclarecidas.³⁰

O Brasil, em fins da década de 60, encontrava-se ainda submetido ao imperialismo norte-americano. A segurança assumiria primazia, em detrimento do desenvolvimento do país. Segurança, neste contexto, significava a manutenção dos interesses e do domínio imperialista no Brasil. Idéias que não seguissem tal conceito de segurança seriam denominadas de subversivas ou comunistas. O desenvolvimento, assim, assiste à sua inércia. E a única condição para o retorno ao desenvolvimento, após o golpe de 1964, é a redemocratização. Nesse sentido, Nelson Werneck Sodré define o golpe de abril de 1964 como a interrupção do processo democrático e do desenvolvimento do país. O contexto do golpe é marcado pela oposição entre uma composição de forças que lutava pelo nosso desenvolvimento e pelo processo democrático e uma composição que lutava pela estagnação do nosso desenvolvimento, esta última prevalecendo e derrotando as demais forças.

É importante lembrar, contudo, que os governos militares deram primazia ao desenvolvimento econômico e industrial apoiado no capital estrangeiro, buscando, também, combater a inflação. Esse “enriquecimento” do país, denominado de Milagre Econômico (1968-1973), entretanto, teve curta duração, já que impulsionou o aumento da dívida externa

³⁰ Sodré, Nelson Werneck - Democracia é seminário. O Metropolitano. 3 out. 1962. (p.115) MS 550 n.5

do país, esta cobrada pelos seus credores no contexto da crise econômica motivada pelo aumento do preço do petróleo, no início da década de 70. Desta forma, se tem a evasão dos capitais nacionais obtidos pela expansão industrial. Assim, posso concluir, diante desta constatação, que Nelson Werneck Sodré considerou que o desenvolvimento do país estagnou após a ditadura justamente por esta ter se apoiado em capitais estrangeiros. O nacionalismo, para o autor, é o único caminho que leva ao desenvolvimento (Nacionalismo: Único Caminho que Leva ao Desenvolvimento, é, inclusive, o título de um artigo de Sodré, datado de 1959, e já citado diversas vezes neste trabalho). E o nacionalismo não crê na importância crucial do capital estrangeiro.

O estabelecimento do golpe civil-militar, segundo Nelson Werneck, se deu através da composição de forças entre o imperialismo norte-americano; o latifúndio, ameaçado este pela possibilidade de reforma agrária; a burguesia, na qual se encontra a burguesia nacional; e grande parcela da pequena burguesia. O latifúndio, a burguesia e a pequena burguesia estavam interessados em uma ação de caráter transitório, somente para conter possíveis focos de agitação e manter seu domínio. O imperialismo, por sua vez, estava interessado também em manter seu poder, mas buscava realizar uma ação de caráter definitivo, alterando as estruturas do Estado. Esta segunda força saiu vitoriosa, consolidando-se o golpe em 08 de Abril de 1964, quando foi instituído o Ato Institucional número 1. A partir desta consolidação, a antiga composição de forças para o estabelecimento do golpe sofre uma ruptura. A burguesia e a pequena burguesia se distanciaram da força que ocuparia o poder. Não haviam sido beneficiadas pelo golpe, como pretendiam. Foram, antes, para o autor, vítimas do mesmo, como também ocorreu com os membros das classes populares. O desastre econômico e financeiro também contribuiu para o afastamento destas forças. As camadas populares tiveram expressão política praticamente nula neste processo. É importante destacar mais um equívoco de Nelson Werneck. O aparente crescimento econômico (apoiado nos capitais estrangeiros) citado anteriormente, se estendeu à burguesia e à pequena burguesia, beneficiando ambas. Somente as camadas populares viram seus ganhos diminuir em decorrência do aumento da concentração de renda.

A burguesia e a pequena burguesia não se uniram aos membros das camadas populares, temendo a possibilidade de protestos ou agitações por parte destes. Entretanto, em 1967, Nelson Werneck Sodré escreve um artigo³¹ afirmando que neste momento de nossa

³¹ Sodré, Nelson Werneck - Brasil, 1967: Situação e Perspectivas (com os subtítulos: Situação Internacional/ A Segurança e o Desenvolvimento/ Composição das Forças/ Processos e Objetivos/ Saída/ Perspectivas). O Corujão – Caderno Especial. Novembro de 1967. (p.184-185) MS 550 n.5

história já há uma composição de forças, formada tanto por membros do governo quanto pela oposição, que luta pela redemocratização do país, tendo como principal objetivo a erradicação de um regime que funciona a partir de Atos Institucionais e de uma legislação que limita os direitos dos cidadãos. Apesar da união entre forças reacionárias e progressistas, a luta pela redemocratização conhecerá o seu progresso, segundo Sodré, apenas com a condição de participação, na referida composição de forças, dos membros das classes populares, isto é, o operariado, e o campesinato. Tanto estes quanto os membros da burguesia e da pequena burguesia, têm o seu descontentamento contrabalançado pelo aumento do uso da força, da coerção e da repressão. Entretanto, quanto maior o uso da força, maior o descontentamento, a oposição, e os temores do imperialismo.

A oposição, no entanto, não possui, segundo Sodré, organização, dado que não havia um fundamento comum, uma finalidade comum de luta. Um dos grandes trunfos do imperialismo reside, justamente, na dispersão da oposição, buscando manter tal separação, veiculando, através dos meios de difusão do pensamento, a imagem das classes populares (indispensáveis na composição de forças do processo de redemocratização, processo que deve ser gradual e contínuo) à violência, ao descontrole, a ações desesperadas e ao fracasso, gerando descrédito ou temor por parte das demais forças de oposição.

“O descrédito tem efeitos ainda mais amplos: o de desestimular as formas de ação possíveis, aquelas que demandam esforço continuado, cotidiano, incansável, as que realmente somam, solidarizam, unem, conferem confiança, fazem crescer a composição de forças.”³²

A imprensa, o rádio e a televisão, juntamente com a publicidade, distanciam-se da realidade, ocupando seu espaço e seu tempo com banalidades. Os assuntos verdadeiramente importantes permanecem ocultos.

A grande imprensa (através da preparação publicitária), o rádio e a televisão impulsionaram o golpe de Abril de 1964, este sendo antinacional e antidemocrático, segundo Sodré em seu História da Imprensa no Brasil. Kucinski complementa afirmando que o regime autoritário, além da primazia à repressão física, contava com a mídia como instrumento acessório na tarefa de controle social. As informações, segundo o autor, circulavam internamente entre jornalistas e entre estes e os proprietários de jornal, de rádio e de televisão, e o que chega ao público é somente o que é considerado apropriado e adequado pelos

³² Sodré, Nelson Werneck - Brasil, 1967: Situação e Perspectivas (com os subtítulos: Situação Internacional/ A Segurança e o Desenvolvimento/ Composição das Forças/ Processos e Objetivos/ Saída/ Perspectivas). O Corujão – Caderno Especial. Novembro de 1967. (p.184-185) MS 550 n.5

jornalistas e pelos proprietários dos meios de comunicação. A autocensura foi o padrão de controle da informação durante a ditadura militar, dando origem a uma cultura jornalística em cujos traços predominam a referida busca da unanimidade e do consenso, o simulacro e a própria autocensura. Esta é definida por Kucinski como a supressão (total ou parcial) intencional da informação por parte do jornalista ou da empresa jornalística, com o objetivo de iludir ou desinformar o leitor. A autocensura não deixa marcas, isto é, não há sinais de controle da informação. Na autocensura, diferentemente da censura exógena do Estado, o jornalista não é só objeto, mas também agente da repressão.

A imprensa alternativa (anos 60 e 70), por sua vez, faz uma crítica do modelo econômico, e até mesmo do milagre econômico, em contraste com o louvor da grande imprensa. O modelo alternativo foi submetido à censura prévia, o que, de acordo com Kucinski, ocasionou prisões de jornalistas e apreensões de edições de jornais.

A imprensa alternativa é definida pelo autor como um lugar de reorganização política e ideológica das esquerdas no período da ditadura. Os jornais alternativos veicularam campanhas pela convocação da Assembléia Constituinte, e difundiram também propostas de criação de um partido de massas e possibilitaram a união de grupos de esquerda. O principal objetivo deste tipo de imprensa é a oposição ao regime civil-militar e ao capitalismo, pregando a posse coletiva dos meios de produção e a negação do lucro (que não era reaplicado), do ascetismo e da acumulação de capital.

Kucinski observa que a falta de pluralismo da mídia brasileira nos dias atuais se deve à não consolidação de muitos dos jornais alternativos dos anos 70 que, na visão do autor, foram uma espécie de sucessores dos pasquins do período da Regência e da imprensa anarquista (1880-1920) na criação de um espaço contra-hegemônico. A imprensa alternativa conhece seu auge entre os anos de 1975 e 1977, com a circulação dos mais destacados jornais alternativos: O Pasquim, Opinião, Movimento, Versus, Coojornal, De Fato e Repórter.

O retorno da atividade política clássica, no campo dos partidos e de seus jornais após a anistia, retirou da imprensa alternativa sua função de espaço de realização social-política. A ditadura por si só, lembra Kucinski, não explica este modelo alternativo, cujo objetivo não é somente a resistência ao regime autoritário de 64, mas a criação de um modelo político próprio e de uma contra hegemonia ideológica.

O modelo ético-político da imprensa alternativa, que tinha como componente básico o repúdio ao lucro e, em alguns jornais, até mesmo o desprezo por questões de administração, organização e comercialização, era intrinsecamente debilitante. A insistência numa distribuição nacional antieconômica, a incapacidade de formar bases grandes de leitores-assinantes, certo triunfalismo em relação aos efeitos da censura, debilitavam ainda mais os

jornais, fazendo deles cópias provisórias, frágeis, vulneráveis não só aos ataques de fora como às suas próprias contradições. Jornais alternativos de porte foram vítimas também de traços culturais ou formativos de protagonistas que não se propunham um novo ethos, uma nova prática, mais democrática. Ao contrário, a alienação também instalou-se nos jornais alternativos.[...] Tornava-se muito difícil, nessas condições, administrar divergências e rivalidades internas que iam surgindo com o desenvolvimento da conjuntura. Estabeleceu-se em muitos jornais um conflito ético insanável, uma crise daquele modelo ético-político, pela precariedade de seus elementos constitutivos.³³

Ao final do fenômeno imprensa alternativa, observa Kucinski, a articulação entre jornalismo e política havia passado para instituições como os sindicatos e os movimentos populares, estes pertencentes a uma nova geração e possuindo uma nova ética. Desta forma, os jornais alternativos sofrem desagregação e perda de sua essência. O jornalista, por sua vez, não é mais sujeito nem possui autonomia na grande imprensa, já que as decisões cabem ao presidente ou ao proprietário da instituição da qual participa.

Juarez Bahia, com uma visão semelhante à de Kucinski, também lembra que os jornais que estão à frente na resistência à ditadura foram suspensos. O autor define a censura existente no período do Estado Novo como a terceira fase da imprensa brasileira, conhecida como “regime da rolha”, estruturada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), a partir do ano de 1939. Em 1945, a nação acaba com a ditadura e a imprensa reconquista sua liberdade. Entretanto, o Ato Institucional número 2 (AI-2), de 1965, marca, novamente a violação da liberdade de imprensa. O Ato Institucional número 5 (AI-5), de 1968, estabelece a censura a qualquer manifestação do pensamento. A imprensa e os demais meios reconquistam sua liberdade somente após o fim do AI-5, nos anos 80.

Avisos escritos, ordens oficiais a jornais, revistas, rádios e emissoras de televisão, comunicados ditando o que deve ou o que não deve ser publicado, telefonemas, decretos e portarias, eram as formas utilizadas para controlar a opinião. O regime autoritário de 64, dando primazia ao capital estrangeiro em detrimento das empresas nacionais, ganhou força com a burguesia, com o imperialismo e com a oligarquia agrária, conforme afirma Juarez Bahia, em concordância com o pensamento de Nelson Werneck Sodré.

O regime militar, continua Bahia, impede a abertura política em nome do perigo comunista. A resistência dos jornais e dos jornalistas é sufocada pelo Estado através da censura. O AI-5 se caracteriza, justamente, pela cassação do credenciamento de jornalistas. Os editores devem selecionar previamente os profissionais da redação, sendo aqueles guiados pelos padrões dos órgãos de segurança. Juarez Bahia também é partidário da idéia de que a

³³ KUCINSKI, Bernardo. *A Síndrome da Antena Parabólica: A Ética no Jornalismo Brasileiro*. Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 193-194.

autocensura foi o que caracterizou a imprensa no período ditatorial, algo que se estende aos dias atuais. Acrescenta que a autocensura, sendo uma extensão e uma parte do corpo censorial, dispensa, em muitos casos, o trabalho da censura, sendo útil para quem exerce a coerção. No jornalismo impresso é onde se encontra a maior resistência ao autoritarismo, particularmente no jornal Correio da Manhã, que tinha ajudado na ascensão do regime militar em 1964, supondo estar sendo coerente com os direitos do povo e suas liberdades, mas sendo também o primeiro a se opor ao regime, defendendo a liberdade e a democracia.

Sodré observa que a questão da democracia torna-se ainda mais essencial. O único fundamento, o único objetivo comum capaz de unir e de organizar as forças que pertencem à oposição é a redemocratização, afirma o autor no artigo Brasil, 1967: Situação e Perspectivas:

Há, hoje, um denominador comum capaz de interessar e de motivar a ação das forças que se opõem à estrutura de poder vigente: o da redemocratização. Esse denominador comum tem condições de unir porque traduz o interesse, naturalmente heterogêneo e até às vezes antagônico, das forças que se podem compor. Elas estarão presentes na frente, e tenderão a organizar-se, na medida em que encontrem perspectivas assim agindo. Redemocratizar parece pouco, entretanto, a alguns setores desesperados; o objetivo parece modesto. Forças modestas, de organização modesta, só podem pretender objetivos modestos.[...] A esse conteúdo democrático é possível e deve-se acrescentar, sob determinadas condições, o conteúdo nacional. Se a ânsia pela redemocratização é o traço geral e dominante, na vida brasileira atual, há outro traço que aparece, também, em crescimento rápido, o traço nacional, isto é, o anseio pela afirmação do que existe de peculiar à nossa terra e à nossa gente em contraposição à infiltração e ação do imperialismo, quais questões são associadas, setores da frente devem, enquanto dela participam, em comum com outros, da luta pelo conteúdo democrático, levantar as reivindicações nacionais mais sentidas, e particularmente aquelas que cabem claramente no conceito de desenvolvimento e conseqüentemente contra os seus entraves, o latifúndio e o imperialismo.³⁴

As tônicas do ISEB eram os problemas do desenvolvimento e do nacionalismo. É importante frisar que nacionalismo e desenvolvimento não são termos sinônimos. O nacionalismo é o único caminho que leva ao desenvolvimento, mas o desenvolvimento não necessariamente leva ao nacionalismo. O desenvolvimento com a ampla participação de capitais estrangeiros, como o que se assistiu com o desenvolvimentismo brasileiro, está muito distante do que se conhece como nacionalismo. Os monopólios estrangeiros e seus mandatários internos detêm os lucros e benefícios, em detrimento das demais classes.

O desenvolvimento em bases nacionalistas apresenta-se, para Sodré, como uma necessidade fundamental, pois somente no período que compreende as décadas de 50 e 60, esta forma de desenvolvimento poderia se estabelecer e se consolidar. A sociedade cria apenas

³⁴ Sodré, Nelson Werneck - Brasil, 1967: Situação e Perspectivas (com os subtítulos: Situação Internacional/ A Segurança e o Desenvolvimento/ Composição das Forças/ Processos e Objetivos/ Saída/ Perspectivas). O Corujão – Caderno Especial. Novembro de 1967. (p.184-185) MS 550 n.5

os problemas que pode resolver, segundo Nelson Werneck. O autor também lembra que as tarefas primordiais do desenvolvimento em bases nacionalistas correspondem à capitalização, à industrialização e ao crescimento do mercado interno, através da absorção de uma grande parcela de brasileiros, particularmente, dos que vivem em regime de economia natural.

Não há nenhum país de economia nacional, isto é, autônomo, soberano, desenvolvido, que não tenha indústria desenvolvida. O que caracterizou, por séculos, a situação colonial brasileira e, de resto todo o colonialismo, foi o fato de determinadas áreas fornecerem alimentícios e matérias – primas a outras áreas, que lhes forneciam produtos acabados. Os preços dos alimentícios e matérias – primas, pressionados pelos mercados externos, foram sempre em declínio. Os preços dos produtos acabados vindos do exterior foram sempre em ascensão. O descompasso tornou-se demasiado evidente, conservando em pauperismo e atraso enormes áreas do mundo para que permanecesse imutável. Daí a necessidade da industrialização. Mas, nos países de passado colonial e aqui o termo tem sentido econômico, o problema do desenvolvimento industrial está indissolavelmente associado ao do mercado interno. E é este problema que coloca em primeiro plano a questão agrária, que tanto preocupa a nossa gente, agora. Sem que transformemos os milhões de brasileiros que vivem ou vegetam em regime de economia natural em consumidores não poderemos desenvolver a indústria nacional. É, assim, o desenvolvimento industrial a força mais interessada na questão agrária.

A integração de milhões de brasileiros no mercado interno é a tarefa fundamental do desenvolvimento, - mas do desenvolvimento em bases nacionalistas. [...] O capital não é estrangeiro pela precedência do exterior. É estrangeiro quando, aqui investido, carrega para o exterior não apenas lucros, em muitos casos legítimos, em termos econômicos e financeiros, mas capitais. Não se fixa. Trata-se de uma continuada burla, a que nos submetemos por longos anos e contra a qual começamos a protestar só em nossos dias. O Brasil abre os seus mercados ao capital que entra e se fixa; ele se torna brasileiro, ainda que os investidores sejam estrangeiros. O Brasil precisa, em alguns casos, mas não da maneira fundamental que apregoam os teóricos da economia clássica, de capitais, que, embora remetendo a juros justos impulsionem determinados setores econômicos. O que não é possível permitir mais é que capitais investidos aqui sejam reexportados, na totalidade, a curto prazo, e comecem a ser motivo de saída de lucros que não são proporcionados por eles, mas por capital nacional levantado no mercado interno de capitais, e por trabalho nacional. A respeito de capitais estrangeiros e da profunda burla que existe em fazer depender o desenvolvimento de sua contribuição é que se faz necessário um amplo esclarecimento. O nacionalismo não acredita no capital estrangeiro como mola fundamental do desenvolvimento, e isto está ficando cada vez mais claro até para os analfabetos. O que pode nos levar ao desenvolvimento são o capital nacional e principalmente o trabalho nacional, empregados na exploração dos recursos com que a natureza tão prodigamente nos dotou e de que vimos sendo espoliados há tantos anos.³⁵

O nacionalismo brasileiro não significa xenofobia, defendendo, antes, a cordialidade e a prática das relações comerciais com todas as áreas do planeta.

Não leva ao fascismo, nem ao isolamento, nem à contradição com o internacionalismo o nacionalismo brasileiro. Ele é apenas a saída de uma posição colonial, a transformação de uma economia com largos traços feudais e semi-feudais numa economia capitalista. Mas já em condições históricas que permitem evitar os ônus a que levou aquela transformação em outros países e em outra fase histórica. Inclusive os que levam à exploração de uma classe por outra, em termos antigos, e a tendência à guerra. Queremos a paz com todos os povos, que nos deixem em paz principalmente.³⁶

³⁵ Sodré, Nelson Werneck - Nacionalismo: único caminho que leva ao desenvolvimento. Diário de Notícias. 5 jul. 1959. (p.57, 58) MS 550 n.4

³⁶ *Idem.*

A tomada de consciência da distância entre áreas desenvolvidas e subdesenvolvidas se deu com o surgimento, no mundo, de uma alternativa socialista, o que poderia se apresentar como uma ameaça aos países desenvolvidos, afirma Nelson Werneck Sodré no artigo Nacionalismo e Desenvolvimento.³⁷

O desenvolvimento, particularmente no caso dos países subdesenvolvidos, corresponde à erradicação das estruturas arcaicas do período colonial, consistindo em ultrapassar as relações coloniais pré-capitalistas, através da plenitude das relações capitalistas e do socialismo. Nesse sentido, os países subdesenvolvidos (antigas áreas coloniais) passam por importantes mudanças, já que o mundo colonial, para Sodré, entra em declínio.

O principal fator propulsor de nosso desenvolvimento, segundo o autor, é a acumulação de capitais, tendo o Estado como instrumento arrecadador, responsável pela referida acumulação e pelos recursos que levariam ao desenvolvimento do país.

A Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), criada após a Segunda Guerra Mundial, representou um grande progresso no plano da teoria, onde se destaca a denúncia de relações assimétricas entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos, particularmente, a distribuição desigual dos lucros provenientes das atividades comerciais. A CEPAL defende o planejamento e a intervenção estatal na economia como condição indispensável para o nosso desenvolvimento. O Brasil, por este período, assistiu a um aumento, tanto do planejamento quanto da intervenção estatal na economia. O setor estatal, segundo Sodré, é imprescindível para o nosso desenvolvimento, desde que este seja em bases nacionais, de forma a não seguir o caminho do Plano de Metas e do Plano Trienal.

O Plano de Metas do governo Kubitschek, consistiu na utilização do Estado para conceder privilégios a monopólios estrangeiros, que exigem remuneração em moeda estrangeira, causando um retrocesso em nosso desenvolvimento, dada a eliminação paulatina da acumulação interna de capitais, e, conseqüentemente, retirando do desenvolvimento brasileiro seu caráter nacional. A inflação do país assume aspectos crescentes. O Plano Trienal, adotado pelo governo João Goulart em 1962, embora não tenha entrado em vigor, buscava manter o desenvolvimento e diminuir as altas taxas de inflação, provocando déficits no setor público e atendendo às demandas do setor privado. Velavam-se as transferências de renda para o exterior, na forma de juros e de lucros.

Em 1964, a economia brasileira atravessava uma fase de estagnação. Surgiram, assim,

³⁷ Sodré, Nelson Werneck - Nacionalismo e Desenvolvimento. Trabalho encomendado pela Universidade da Califórnia. Remetido a 27 de novembro de 1967. (p.186 a 219) (Conteúdo de 34 folhas) MS 550 n.5

duas correntes opostas com relação ao desenvolvimento.

Há um esquecimento essencial. É sobre o problema propositadamente esquecido, omitido, relegado a segundo plano, que nos deteremos, inicialmente, pois é o problema que permite distinguir desenvolvimento de nacionalismo, que é, no fim de contas, o tema de que nos ocupamos. Como a luta entre as duas forças, a nacional e a estrangeira se tornou aguda, surgiu o antagonismo entre uma corrente partidária do desenvolvimento a qualquer preço, pela exigência de alcançar determinados objetivos quantitativos de produção, e uma corrente que pretendia um desenvolvimento qualitativo, isto é, fundado na exploração das riquezas naturais do país em benefício de sua população e pelo crescimento de um parque industrial que acelerasse a acumulação interna, e pela reserva dessa acumulação, isto é, do mercado interno de capitais nacionais. Daí o contraste entre o desenvolvimento, tomado tão simplesmente, e o nacionalismo, que defende um desenvolvimento em bases nacionais. Esse contraste teve implicações políticas extensas e profundas e está presente em todos os aspectos da luta política, no Brasil.³⁸

Este antagonismo entre desenvolvimento e nacionalismo, marcado pelo contexto de luta entre capitalismo e socialismo, inseriu o Brasil em um quadro de impasse e de inquietação que, de acordo com Sodré, atingiu toda a área subdesenvolvida. A criação de uma CPI sobre o IBAD e sobre a imprensa estrangeira, a campanha radiofônica de Leonel Brizola sobre os empréstimos concedidos por instituições oficiais de crédito a empresas jornalísticas, o fracasso das corrupções eleitorais e o triunfo cada vez maior das forças democráticas, foram fatores que levaram o imperialismo a estabelecer a ditadura, através de um golpe civil-militar. Após a ditadura, a CPI foi extinta. Diversos jornais e revistas de oposição foram suspensos (o jornal Última Hora, por exemplo, teve sua redação invadida), já que a censura, como foi dito, se impôs sobre o rádio e a televisão. Jornalistas e parlamentares, particularmente os que tiveram relação com a criação da CPI, foram perseguidos e perderam seus mandatos, sendo substituídos por membros escolhidos pelo IBAD. A utilização da força suprimia quaisquer tipos de resistência por parte da oposição.

O regime autoritário de 64 significou, para Sodré, a manutenção do domínio das velhas estruturas.

As velhas estruturas, as internas como as externas, são forçadas a lançar mão de meios cirúrgicos, então: daí a implantação de uma ditadura, em 1964. Até que ponto essa terapêutica teve condições para solucionar o impasse? Não há dúvida de que, tornadas constantes algumas variáveis, todo problema tem sua solução simplificada: no Brasil, com o regime de força, eliminou-se a luta política e as possibilidades de protesto, enquanto se aplicava o milagroso processo de deter a inflação (contendo o poder aquisitivo, mas sem conter os preços), indicada como doença em si, resguardados os interesses das velhas estruturas, a interna e a externa, mais esta do que aquela. Mantidos, e agora pela violência, aqueles interesses, estava estabelecida a escolha: entre o desenvolvimento e a inflação, falso dilema então colocado – deter a inflação e manter o desenvolvimento – optou-se pela solução de deter a inflação, a pretexto de servir um conceito novo, o de segurança, de conteúdo eminentemente político. O desenvolvimento, em termos de nacionalismo, ameaçava a segurança do Brasil? Não, evidentemente; mas é certo que ameaçava a segurança dos

³⁸ Sodré, Nelson Werneck - Nacionalismo e Desenvolvimento. Trabalho encomendado pela Universidade da Califórnia. Remetido a 27 de novembro de 1967. (p.186 a 219) (Conteúdo de 34 folhas) MS 550 n.5

interesses das velhas estruturas, as que entravam o desenvolvimento, justamente.³⁹

A crise estrutural pela qual atravessava o país (o que exigiria a alteração de estruturas arcaicas ainda presentes) também se configura como uma das causas da ditadura de 1964 (esta buscava impedir as alterações estruturais), que, no entanto, assinalou um maior recuo de nossa economia, dado que, à crise estrutural existente, acrescenta-se uma administração incipiente.

Se a crise estava prenunciada há um decênio, antes de entrar em vigor o Plano de Metas do governo Kubitschek, antes do Plano Trienal do governo João Goulart, claro que não pode figurar como entre as responsabilidades da ditadura instalada em 1964. Muito ao contrário, a crise figura entre as causas da ditadura. Suas dimensões eram de tal ordem que alguns observadores, e não apenas os políticos, também os economistas, admitiam que a crise derivava de causas estruturais e que, em consequência, a expansão se esgotara dentro das possibilidades estabelecidas, só podendo ser retomada com a alteração das estruturas. O ano de 1964, em cujo fim do primeiro trimestre se instalou a ditadura no Brasil, registrou, e agora em termos significativos, senão alarmantes, um sério retrocesso na economia do país. A origem da queda não se deve apenas à conjuntura, mas a fatores ligados ao governo de força: má operação dos equipamentos, má administração, expurgo dos técnicos experientes por razões políticas. Qual a política econômica e financeira que agravou a crise, levando-a às bordas do desastre? Pode ser resumida em poucos itens e é bastante conhecida: contenção das despesas públicas, aumento da receita fiscal, restrição ao crédito para as atividades privadas, pressão para o congelamento dos salários, obtenção de recursos externos de financiamento e de investimento através da abertura de novas franquias e concessões ao capital estrangeiro, esforço pelo incremento das exportações. É a receita do FMI, tornada fórmula universal, distanciada das peculiaridades e das condições históricas de cada país.⁴⁰

Com relação à nossa imprensa, já em 1965, iniciou-se o processo de compra de jornais, de emissoras de rádio e de televisão, e de editoras de livros por grupos estrangeiros. Deste modo, segundo Sodré, se tem a passagem de uma imprensa controlada por agências estrangeiras de publicidade para o estabelecimento de uma imprensa estrangeira em nossas terras, sem a máscara de qualquer disfarce. Homens pertencentes à imprensa protestaram contra a indiferença das autoridades diante da presença de capitais estrangeiros na empresa jornalística, no rádio e na televisão, violando as leis do país e retirando da imprensa sua capacidade de refletir a realidade brasileira. Este protesto foi denominado de “Manifesto à Nação”, publicado pelo Correio da Manhã em 23 de janeiro de 1966. Pouco depois deste Manifesto, o mesmo jornal publica, a 25 de janeiro de 1966, a portaria que criou a Comissão de Investigação das denúncias sobre a penetração de grupos estrangeiros na imprensa, no rádio e na televisão.

A alternativa do nacionalismo para a crise estrutural, segundo Sodré, como foi dito, consiste na exploração de nossos próprios recursos, e que estes recursos sejam revertidos para

³⁹ Sodré, Nelson Werneck - Nacionalismo e Desenvolvimento. Trabalho encomendado pela Universidade da Califórnia. Remetido a 27 de novembro de 1967. (p.186 a 219) (Conteúdo de 34 folhas) MS 550 n.5

⁴⁰ *Idem.*

o povo; no investimento em nossas indústrias, nossas empresas, nossa acumulação de capital e no mercado interno, estes elementos devendo ter privilégio sobre as relações comerciais com o exterior; na modernização e no aumento da produtividade no âmbito da agricultura; na reafirmação do papel do Estado como promotor de nosso desenvolvimento, devendo este proteger nossa economia da desigual concorrência estrangeira, administrar o mercado interno, mobilizando recursos para o mesmo, impulsionar setores privados que estejam mais vinculados ao nosso desenvolvimento, e realizar investimentos nos setores básicos da economia. Tais medidas, contudo, serão viabilizadas, segundo Nelson Werneck, somente em um regime democrático, que garante a liberdade de expressão e os direitos dos cidadãos. A ditadura é definida por Sodré, no artigo Nacionalismo e Desenvolvimento, como a crise e o desastre do Brasil.

O movimento nacionalista, afirma Sodré no artigo Nacionalismo: Único Caminho que Leva ao Desenvolvimento, surgiu da corrente que lutava pelo monopólio estatal do petróleo, tendo o Jornal dos Debates como seu órgão oficial e possuindo como símbolo a campanha “O Petróleo é Nosso”. O imperialismo contou com o apoio das agências de publicidade para estabelecer uma campanha antinacionalista na imprensa, no sentido de inviabilizar a exploração estatal do petróleo. Os partidários da solução estatal eram rotulados de comunistas. A Petrobrás, no entanto, tornou-se lei em 1953. Geólogos norte-americanos procuravam “provar” a inexistência do petróleo no Brasil.

O nacionalismo, segundo Sodré, se tornará a política dominante no Brasil. O aparecimento desta política no cenário brasileiro, declara o autor em Nacionalismo é Luta Contra os Inimigos do Progresso, foi decorrente de condições concretas. O desenvolvimento da produção nacional, da indústria e da capitalização nacionais, bem como a ampliação de nosso mercado interno, tiveram impulso em decorrência das três pausas da pressão externa (Primeira Guerra Mundial, crise de 1929 e Segunda Guerra Mundial). A consolidação da classe trabalhadora e da burguesia, ambas as classes com interesses coincidentes, em meio à disputa entre investidores nacionais e estrangeiros pelo nosso mercado interno, também foram fatores propulsores do desenvolvimento do nacionalismo.

Nelson Werneck também acredita no caráter interdependente e indissociável entre democracia e nacionalismo. Em artigo de 1959, o autor afirma:

“[...] a manutenção do regime democrático é condição fundamental do desenvolvimento pelo nacionalismo. O regime de exceção só convém ao entreguismo, como a desordem, as rebeliões e outros subprodutos do colonialismo agora em agonia.”⁴¹

⁴¹ Sodré, Nelson Werneck - Nacionalismo: único caminho que leva ao desenvolvimento. Diário de Notícias. 5 jul. 1959.

E, ainda em 1959, declara novamente:

“[...] o nacionalismo é o próprio suporte do regime democrático, a garantia de sua continuidade.”⁴²

Uma solução urgente para a questão nacional, que foi apontada por Sodré, está vinculada às revistas infantis. Nestas, conforme denuncia Nelson Werneck, se veiculam histórias, tradições, valores, personagens e heróis que estão muito distantes do que se poderia conhecer como a nossa cultura nacional.

O alastramento da divulgação do “flan” norte-americano representa, na verdade, menos no que afeta aos aspectos morais, com o seu culto da fantasia mais deformada, do banditismo mais desenfreado e dos apelos sexuais mais abertos, mas pelo que afeta à divulgação de padrões e mitos estrangeiros, representa um dos aspectos mais tristes e mais amargos do largo e generalizado processo de descaracterização nacional que vamos atravessando, processo que atinge, no momento, o seu mais alto nível. O que vemos, nesse processo, naquilo que diz respeito às revistas infantis? A mais ampla e a mais profunda difusão, em camadas que o ensino didático não aparelhou suficientemente, de histórias, hábitos e motivos que estão muito longe de serem os nossos, e que são inteiramente diversos de tudo aquilo que é fundamental para a formação da nossa gente. Como são instrumentos de corrupção dos mais evidentes efeitos, tais histórias alimentam o culto de tradições, de feitos e de hábitos que estão muito distante de terem a mais remota ligação com as tradições, os feitos e os hábitos dos brasileiros. Se não podemos fornecer às crianças brasileiras um ensino primário razoável, que ao menos lhes poupemos o desvio, nitidamente antinacional, de se tornarem, pela formação do espírito, criaturas mais estrangeiras do que nacionais.

Se temos de permitir que aos adultos se forneça um alimento espiritual já adulterado na origem, que vem feito e acabado, e apenas se imprime no Brasil, e que não tem qualquer ligação conosco, pelo menos deveríamos estar em condições de poupar à infância deste país, em desabalado processo de descaracterização nacional, que tivessem de admirar e estimar, e até de imitar, não a Manuel Preto, a Negreiros, a Tiradentes, a Caneca, a Benjamin Constant, a Floriano, mas a Hopalong Cassidy, a Tom Mix, a Bob Winslow e quejandos; que a sua fantasia, em vez de distrair-se com os velhos contos universais de Andersen e de Grimm, se não lhes pudéssemos fornecer o lendário nacional, de Caramuru ao Anhanguera, ao menos não se falseie com a idiota pasmosa dos Super-Homens, do Capitão-América e dos Flash Gordon ...⁴³

Devemos romper, em suma, com tudo o que dificulta nosso desenvolvimento, e caminhar em direção a uma política nacionalista, que é o que se apresenta como novo no país.

Nas palavras de Nelson Werneck Sodré:

“Nós escolhemos o futuro. Nós não pretendemos perder o fio da história.”⁴⁴

(p.57, 58) MS 550 n.4

⁴² Sodré, Nelson Werneck - Nacionalismo é luta contra os inimigos do progresso. Avulso. 1959.

MS 550 n.4

⁴³ Sodré, Nelson Werneck - Descaracterização Nacional. Correio Paulistano – 31 / ago. / 1952 (p. 77) MS 550 n.3

⁴⁴ Sodré, Nelson Werneck - Nacionalismo é luta contra os inimigos do progresso. Avulso. 1959.

MS 550 n.4

3 MEIOS DE MASSA A SERVIÇO DA DESCARACTERIZAÇÃO NACIONAL

Após a Segunda Guerra Mundial, as influências culturais européias cedem lugar às norte-americanas. Para Nelson Werneck Sodré, tal influência ocorre principalmente no cinema, na música, no rádio e na televisão. Estes dois últimos meios e a grande imprensa são controlados por agências norte-americanas de notícias e de publicidade.

O controle dos meios de massa pela cultura estrangeira, ressaltava Sodré, está distorcendo os padrões culturais brasileiros. O cinema, a televisão, a música, entre outros, se apresentam como a formação de uma cultura que, para o autor, não é nacional, excluindo-a. A cultura brasileira possui espaço limitado. Entretanto, esta cultura vai acabar por se impor em sua luta. Quando o cinema, a televisão, o teatro, com suas peças importadas, e o rádio, com sua programação repetitiva e repleta de músicas também importadas, começarem a perder seu público, isso será um sinal de rejeição por uma cultura mecanizada e externa. Nelson Werneck Sodré retorna à afirmação de que não devemos nos fechar às criações de valor universal, que são patrimônios da humanidade. Não devemos opor obstáculos à cultura popular autêntica dos demais países, mas ao ruim que provém do exterior em doses maciças para distorcer nossa cultura ou lhe impor baixos padrões. Os produtos da indústria cultural, na concepção do autor, são nivelados por baixo, segundo padrões falsos. A cultura de massa é originalmente postiça. Esta começa a demonstrar sua falsidade e seu vazio de conteúdo humano, na visão de Sodré. Tais características não advêm do fato desta cultura ser estrangeira. A cultura nacional e popular, a despeito de seu espaço reduzido, não está em crise, e sobrevive.

Nelson Werneck sempre aponta para a possibilidade de se pensar em termos de uma cultura nacional-popular. Para ele, só é nacional o que é popular. Na década de 50, já há indícios de luta desta cultura nacional-popular para se libertar da cultura importada e dominante. O imperialismo não pode mais se contrapor ao nosso desenvolvimento, associando-se a ele. O aumento do mercado interno impulsionou nossa indústria. E o imperialismo disputa este mercado interno, apoiado em uma legislação que protege a indústria estrangeira.

O processo de descaracterização nacional assume um caráter mais efetivo e difuso com o cinema:

Através do cinema, o processo de descaracterização atinge camadas as mais amplas, porque abrange inclusive aquelas não favorecidas pelo ensino, dirigindo-se à percepção visual, e

gravando-se com fidelidade, pela reiteração constante. Somos obrigados, pelo cinema, a adquirir hábitos, tendências e sentimentos que não nos interessam, e que são habilmente manipulados por quem tem o mais vivo interesse em orientá-los. Nessa forma de arte, posta ao serviço não só de ideais como de lucros que não são os nossos, tornando-se uma indústria das mais lucrativas, beneficiada constantemente em acordos internacionais de importância, não entramos sequer com o cenário. O que nos é fornecido situa-se em ambientes, termos e tendências que estão longe de terem alguma significação para nós, e isso não ocorre apenas na produção melhor, aquela que se dirige a platéias de melhor compreensão, sendo o esforço exercido na produção destinada ao grande público, em que se mostra, diariamente, não a conquista do Brasil, pelos bandeirantes, mas a conquista do oeste americano; não a luta dos brasileiros do nordeste contra o invasor holandês, mas a luta dos norte-americanos contra as forças inglesas metropolitanas; não as rebeliões provinciais que caracterizaram a nossa formação, mas os aspectos mais singulares da guerra de Secessão. Nesse sentido, nossos heróis não são Antonio Raposo Tavares, ou Fernão Dias Pais, ou Henrique Dias, ou Camarão, ou Negreiros, ou Santo Pedroso, ou Bento Gonçalves mas Custer, Bufallo Bill, Grant, Washington, e tantas outras criaturas, certamente estimáveis, mas que não nos dizem respeito. Se ocorresse a apresentação, vez por outra, de tais episódios e cenários, e personagens, tudo estaria bem, porque nós nos interessamos em saber como vivem e viveram os outros povos. O problema está na apresentação sistemática, com exclusão absoluta do que é nosso. Em vez de nos utilizarmos de uma técnica tão importante de transmissão, em nossa gente, a nossa cultura, isto é a nossa história, como os nossos antepassados resolveram os seus problemas, e como tais problemas se apresentaram, o que aprendemos é como surgiram problemas para estrangeiros, e como estrangeiros os resolveram. Tudo isso fornecido de parceria com elementos de arte, como a música, inteiramente estranhos à nossa cultura e por isso mesmo às nossas preferências. Estaria certo, até alguma medida, se tal desvio, no fim de contas, nos proporcionasse lucros materiais que fossem destinados a fomentar outras técnicas, destinadas, por sua vez, a neutralizar as primeiras pela alimentação de divulgação de coisas nacionais. Mas nem isso acontece, uma vez que a evasão de rendas acarretada pelo cinema é das mais altas e nocivas.⁴⁵

Nelson Werneck destaca que fomos (e ainda somos) mercado consumidor de filmes estrangeiros, que apresentaram (e ainda apresentam) ampla influência em nossa cultura. A partir da Primeira Guerra Mundial, passamos a ser um dos maiores mercados da produção cinematográfica dos Estados Unidos, lugar antes ocupado pelos filmes europeus.

O cinema nacional mostra-se pouco desenvolvido, devido à nossa falta de capital. Acrescenta-se, ainda, que aos americanos não convinha a produção cinematográfica brasileira, dado que o Brasil estava entre os maiores mercados para os filmes de Hollywood.

A origem dos males, observa Sodré, estaria na penetração dos monopólios estrangeiros (em especial os norte-americanos) no cinema brasileiro, operando aqueles na distribuição e na divulgação dos filmes nacionais (dificultando esta última), e controlando parte da renda destes, adicionando-a aos seus lucros.

O autor aponta, como uma solução, a necessidade de regulamentação da importação de filmes estrangeiros. Estes veiculam, praticamente livres de tarifas e de impostos ou de acordos comerciais, mensagens culturais, políticas e ideológicas que podem, como foi dito, enfraquecer nossa cultura.

A radiodifusão, no Brasil, desenvolveu-se após a revolução de 30, superando o cinema

⁴⁵ Sodré, Nelson Werneck - Descaracterização Nacional. Correio Paulistano – 31 / ago. / 1952 (p. 77) MS 550 n.3

como instrumento de cultura de massa. Superou, também, a imprensa como veículo publicitário. A veiculação, pelo rádio, do futebol e da música popular, fez com que esse veículo crescesse e mobilizasse multidões, estendendo-se a todo o território nacional e tornando-se instrumento essencial para a universalização do gosto, dos costumes, e para a uniformização da língua falada. O rádio possibilitou a profissionalização e a fama de alguns (muitos provenientes de camadas populares ou do proletariado) que se dedicavam à música e ao esporte. Embora privilegiando somente alguns, o rádio buscava passar a idéia de que o mesmo poderia ocorrer com todos. Entretanto, o rádio logo tornou-se instrumento da iniciativa privada, perdendo sua característica de instrumento de cultura. Logo se assistiu à desordenada concessão de canais, sob critérios comerciais e políticos. A publicidade comercial, embora tenha transferido verbas do rádio para a televisão, ainda mantém parte importante destas verbas no rádio. Este persiste como principal veículo para a cultura de massa no Brasil.

Analisando as transformações que atingiram o rádio desde o seu surgimento, Sodré destaca:

A técnica radiofônica, nova entre nós, e nova no mundo, estaria destinada, no Brasil, conforme o pensamento idealista dos seus iniciadores, a desenvolver um trabalho que o ensino sistemático se mostrava impotente para atender, a divulgação, por toda a extensão nacional, do que fosse nosso, no sentido mais profundamente nosso, desde o ensino didático até a divulgação dos elementos culturais mais nitidamente brasileiros, do culto dos heróis aos conhecimentos da música. A técnica radiofônica, entretanto, movimentando grandes interesses materiais, e constituindo-se num poderosíssimo instrumento de divulgação, deturpou-se seriamente, de tal sorte que nem sequer no setor musical, chegou a fazer alguma coisa de ponderável em favor de uma cultura que se dizia ameaçada mas que, na verdade, está mesmo sossobrando ante o domínio maciço e a invasão avassalante de interesses e motivos já não apenas extra-nacionais, mas positivamente antinacionais. De permeio com o entorpecente da novela seriada, o que chega aos ouvidos de um povo inteiro são os elementos de uma arte rudimentar e falseada, posta em termos que não dizem coisa alguma à nossa gente. Sem falar na máquina de propaganda que, sendo intrínseca nesse meio de transmissão da cultura, nas condições em que vivemos, está totalmente a serviço de tudo o que, precisamente, se antepõe aos nossos interesses.⁴⁶

Nelson Werneck Sodré aponta também para a formação de conglomerados que englobam a televisão, o rádio e o jornal. A televisão também foi logo privatizada, e os canais que a convenção internacional destinou ao Brasil foram disputados com base no prestígio político. A televisão, conforme afirma Juarez Bahia, possui um baixo índice de divulgação cultural nacional. Isto porque, explica Nelson Werneck, as agências de publicidade, em sua maioria estrangeiras, centralizaram seus investimentos na televisão, dado que esta afirmava-se como um eficiente veículo publicitário. A televisão herdou do rádio o papel de veículo

⁴⁶ Sodré, Nelson Werneck - Descaracterização Nacional. Correio Paulistano – 31 / ago. / 1952 (p. 77) MS 550 n.3

musical, revelando enorme capacidade em criar e destruir ídolos. Tanto o rádio como a televisão servem a interesses estrangeiros e, também, à música estrangeira, veiculando, conforma atesta Sodré, não o que há de melhor de outro país, mas a música de massa, cuja imposição e repetição eliminaram, paulatinamente, a música brasileira da preferência popular.

Nelson Werneck Sodré explicita seu pensamento sobre os meios de transmissão do pensamento, particularmente a televisão, e como esta manipula e influencia o cotidiano das massas, principalmente nos períodos de campanha eleitoral:

Chega um homem do trabalho, liga a televisão, e recebe em cheio o efeito do apoio econômico dos trustes aos candidatos entreguistas: eles ocupam todos os horários, todas as estações, todos os dias Lacerda não tem pausa, vai de programa em programa de TV, e recebe a preciosa ajuda de Mendes de Moraes, que agora tirou a cortina e desvenda o seu “misterioso” dispositivo divisionista. Tudo isto a vinte contos por minuto, calculem quanto estão gastando os trustes nesta campanha sucessória, e quanto esperam cobrar depois das figuras a que estão fornecendo o mais amplo apoio que já os brasileiros assistiram. E nem só na TV, também no rádio e na imprensa. E não só no rádio e na imprensa; também nos cartazes e faixas. Pegue o leitor num lápis, numa hora de pausa, e calcule quanto está gastando a “oposição” nessa farra eleitoral, nesse luxo oriental de propaganda, nessa abundância de recursos. Estão em todas, e até na Continental, do deputado “trabalhista” Berardo, os horários são ocupados pelos homens que prometem vender este país em módicas prestações de bilhões. A ofensiva publicitária, comandada do exterior, é ostentosa, furibunda, avassaladora. Há nela apenas uma falha: supõe imbecil o eleitor brasileiro. E ainda o menos esperto terá notado essa suspeitíssima abundância de matéria paga, essa opulência dos antigos pobretões, dos “tostões” antigos, dos salvadores da pátria. Quando enfrentam o povo, o que raramente acontece, particularmente com o alcagoete Lacerda cuja refratariedade a tais contatos é notória, preferindo os ambientes fechados e cômodos, com assistência propícia e amiga, os efeitos saem ao contrário. É que o povo está de olhos abertos, e vendo que a ofensiva tem sua razão de ser: é preciso dar idéia de uma força que não existe, infundir a impressão falsa de poderio popular, obedecendo à técnica do “já ganhou”, do “vem aí”, que a realidade está desmentindo todos os dias, com a extraordinária ascensão das candidaturas nacionalistas e populares.

O entreguismo joga a sua última cartada, e por isso mesmo decisiva. Não morrerá, certamente, depois de 3 de outubro. Mas perderá qualquer condição para voltar, em 1965, com um candidato do tipo de Jânio. Em 1965, lembre-se JK. A verdade é que o povo está respondendo profundamente a pregação democrática e nacionalista, e os que jogam na vitória de Jânio, a esta hora, despedem-se de suas esperanças, sentem que se enganaram com a publicidade paga, que o eleitor toma outra direção, que os seus dias estão contados. E vemos criaturas que montaram todo o seu futuro, grande ou pequeno, curto ou longo, na vitória entreguista, começando a pesar cautelosamente, a procurar saídas hábeis, a manobrar em retraimento, deixando na arena aqueles em quem confiavam. Já candidatos a ministros de Jânio, cautamente, almoçam com Lott. E assim vamos assistindo a polarização do eleitorado, a favor do Brasil e contra o Brasil, mas os que estão a favor entendendo nitidamente o que o quadro apresenta, avolumando a cada dia as suas hostes, e permitindo que as previsões já admitam uma diferença esmagadora, varrendo do cenário os aventureiros fantasiados de “tostão” e que gastam em propaganda as vertiginosas somas que podem ser calculadas a bico de lápis por qualquer escolar.

E o cerne da vitória nacionalista está justamente no caminho democrático, e é isto que dá mais raiva aos trustes; é pelo voto que o governo brasileiro se fará nacionalista; é pelo voto que os advogados administrativos, os negociastas, os entreguistas, os vigaristas serão varridos do cenário político, com uma derrota contundente, que os reduzirá às suas proporções ínfimas, de meros agentes de forças econômicas externas, infelizes instrumentos da opressão e da espoliação. É um novo Brasil que surgirá das urnas, a 3 de outubro, sem o agachamento do Lafer, sem as torpezas do Sebastião, sem as vilanias de Jânio, sem as denúncias de Lacerda, sem cafajestismo e sem corrupção – mas aqui nos referimos à grande e não à pequena, a que se executa contra o país e seu povo, e não apenas contra indivíduos. Esta sopa vai acabar...⁴⁷

⁴⁷ Sodré, Nelson Werneck – Nacionalismo e democracia. O Jornal da Semana. 17 a 23 set. 1960. (p.80) MS 550 n.5

Sodré, obviamente, refere-se, no trecho do artigo transcrito acima, às eleições de 3 de outubro de 1960, na qual Jânio Quadros foi eleito presidente, obtendo a maior votação até então obtida no Brasil, vencendo o marechal Henrique Lott. O que caracterizou o governo de Jânio Quadros foi justamente a Instrução 204 da SUMOC (o que já foi destacado anteriormente, quando mencionei o artigo *O Golpe: Sua Teoria*⁴⁸), que é um marco na subordinação do Brasil ao imperialismo norte-americano. Pude constatar, desta forma, que não foi através do voto que o governo brasileiro se fez nacionalista, mesmo após a ampliação do direito de voto ao analfabeto (o que ocorreu no ano de 1985). Os entreguistas (favoráveis à presença maciça de capitais estrangeiros no país), ao contrário do que previa Nelson Werneck, não saíram do cenário político, e nem um novo Brasil ascendeu das urnas. Os candidatos nacionalistas, nos dias atuais, contrariando a utopia de Sodré, ainda possuem espaço reduzido nos meios de transmissão da informação.

No eixo da discussão, é importante explicitar outras visões sobre os meios de massa. A indústria cultural, na visão de Adorno e Horkheimer⁴⁹, é um esquema, um modelo, no qual todas as suas produções diriam a mesma coisa, padronizando, atrofiando a atividade intelectual e adestrando seus fruidores, ponto de vista próximo ao de Nelson Werneck Sodré. A segunda dimensão proposta por Adorno e Horkheimer, também similar ao pensamento de Sodré, é a degradação da cultura em indústria da diversão e do prazer, na qual se observa o mimetismo da organização, da mecanização e da seriação existentes na lógica do trabalho, buscando conformar e anular qualquer possibilidade de resistência por parte do indivíduo. A terceira dimensão proposta pelos autores, que corresponde à dessublimação da arte, seria uma outra forma de degradação da cultura. A arte desvincula-se do âmbito religioso perante a autonomia que o mercado lhe oferece. Nesse sentido, uma contradição pode ser destacada: a arte, negando inicialmente a lógica mercantil, acaba por ligar-se a esta, tornando-se mercadoria e distanciando-se da vida. No momento em que a arte integra-se inteiramente ao mercado, ela torna-se um bem da indústria cultural, reduzindo-se ao estilo, à estética e à reiteração da fórmula. A arte produzida pela indústria cultural se insere na vida cotidiana como algo dessublimado e acessível a todos.

A crítica, por parte de Adorno e Horkheimer, a indústria do prazer, provém, como

⁴⁸ Sodré, Nelson Werneck – *O golpe: sua teoria*. O Semanário. (1961). (p.49) MS 550 n.5

⁴⁹ ADORNO, Theodor W. ; HORKHEIMER, Max. *A Indústria Cultural: O Esclarecimento Como Mistificação das Massas*. In: *Dialética do Esclarecimento: Fragmentos Filosóficos*. Jorge Zahar. Rio de Janeiro, 1985.

ressaltam Martín-Barbero⁵⁰ e Umberto Eco⁵¹, de uma posição elitista e aristocrática, que corresponde a uma visão unitária da arte e a conseqüente negação da pluralidade estética e artística. O oposto da arte seria o pastiche ou o *kitsch* (expressão utilizada por ambos os autores), que busca conduzir as massas à excitação e à emoção, caracterizando-se também pela repetição desse estímulo e pela ausência de atividade intelectual, ao contrário da arte de vanguarda, que busca suscitar a comoção, através da qual o indivíduo se abre para uma verdadeira experiência estética. O estranhamento e o distanciamento são apontados como as únicas soluções para a arte se manter autônoma e não sucumbir aos interesses da indústria cultural.

Nelson Werneck Sodré, apresentando uma espécie de amálgama das idéias anteriores, concorda, e, ao mesmo tempo, distancia-se da visão elitista de Adorno e Horkheimer.

Embora haja uma parcela de verdade no conceito de que a generalização de uma obra importe em vulgaridade, ainda hoje, não é menos verdade que os escritores brasileiros, em regra, falam uma linguagem distante, ou se dirigem, premeditadamente, a um público reduzido, de cujo agrado esperam a consagração, e cujas sentenças julgam inapeláveis.⁵²

Umberto Eco aponta para as diversas fruições de uma mesma mensagem no interior de uma sociedade.

Eco também observa que a transmissão direta televisional influenciou a narrativa cinematográfica, fazendo com que esta considerasse a casualidade e os imponderáveis da vida cotidiana em detrimento da tradicional lei de economia do relato (o essencial em detrimento do casual). A transmissão direta televisional, no entanto, longe de retratar fielmente a realidade, se caracteriza pela organização e seleção dos dados da realidade apresentados, refletindo, desta forma, o ponto de vista e a personalidade do diretor de televisão, aproximando-se, ainda que de forma elementar, da arte e do relato cinematográfico. Embora se tenha afirmado a dissociação entre a televisão e a estética, continua Umberto Eco, em sua obra *Apocalípticos e Integrados*, a televisão gera necessidades, influencia os gostos, e, em conseqüência, as definições do que é belo, do que é estético, e do que é arte.

O espectador, segundo Gilbert Cohen-Séat, ao colocar-se diante da tela, passa do estado de fortuitismo inicial a estados psicológicos como o total distanciamento crítico, o

⁵⁰ MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos Meios às Mediações: Comunicação, Cultura e Hegemonia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

⁵¹ ECO, Umberto. *Apocalípticos e Integrados*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

⁵² Sodré, Nelson Werneck – Público. São Paulo. Correio Paulistano – 12 / mar. / 1951 (p 43) MS 550 n.3

juízo crítico, o abandono inadvertido, a evasão irresponsável, a participação (na participação total, ocorre o fenômeno denominado de indução pósteromotoriz, na qual o espectador é levado a “co-agir” com a ação representada), a fascinação ou ainda a própria hipnose (embora também se alude ao que se denomina de auto-hipnose, dado que o público tende a atribuir a uma determinada mensagem o significado desejado de forma inconsciente). É rara a possibilidade de vigilância crítica. Um espectador intelectualmente capacitado oscila entre a fraca vigilância e a participação, ao passo que as massas oscilam entre a participação e a fascinação.

Cohen-Séat também diferencia a comunicação em palavras e em imagens. No primeiro caso, o cérebro do receptor aciona seu campo semântico, e, de acordo com o contexto, isola a acepção adequada; no segundo caso, ao contrário, esta individuação não se realiza, pois a imagem comunica ao seu fruidor todo o seu complexo de significados e sentimentos. A transmissão direta televisiva também gera no telespectador uma falsa impressão de dramaticidade, de participação imediata, de sociabilidade e de diálogo com apresentadores de programas ou com famosos (entretanto, o público não perdoa quando percebe uma mentira).

A indústria cultural, segundo Eco, não mais busca média de gostos ou estatísticas, mas um determinado produto para um grupo específico, sugerindo (e tornando novamente a sugerir, podendo romper hábitos musicais, por exemplo, já que o plano da música é um fato técnico construtivo, e não um sentimentalismo irrefletido) a este o que deve desejar (ou acreditar que) deseja. Nesse sentido, a televisão assume a importante função de padronização de comportamentos, de pacificação, de controle e manutenção da ordem existente, o que também é afirmado por Nelson Werneck Sodré. Ainda em concordância com este autor, Umberto Eco, a despeito de afirmar tais elementos, ressalta que a televisão, em si, não é positiva ou negativa, mas depende do uso, da fruição que dela se pode fazer. Deve-se observar, segundo Eco, as possibilidades de cultura que a televisão oferece e complementá-las com a discussão, a denúncia, a participação e a reflexão crítica. Uma outra mudança também é importante para o autor: o homem da era contemporânea perdeu a noção de senso histórico, dado que ele passa a ter acesso a uma enorme massa de informações sobre “o que está acontecendo” (não importa mais a informação do dia anterior). Entretanto, esta consciência do que “está acontecendo” é um requisito da liberdade, convida os homens à participação, à influência no rumo dos acontecimentos e, em alguns casos, à revolução. Em relação à participação dos homens no fluxo dos acontecimentos, Umberto Eco apresenta, novamente, semelhança de argumentação com Nelson Werneck Sodré.

Essa perda do senso histórico é indubitavelmente grave, mas a informação sobre tudo quanto “está acontecendo” é sempre uma garantia de liberdade. Saber, como o escravo egípcio no fim acabava sabendo, ainda que dez anos depois, que uma coisa aconteceu, não me ajuda a modificá-la; mas saber o que está acontecendo faz-me sentir co-responsável pelo acontecimento. Um servo da gleba medieval não podia fazer nada para aprovar ou desaprovar a primeira cruzada, da qual tomava consciência anos depois; o cidadão da metrópole contemporânea, imediatamente em dia sobre a crise cubana, pode tomar partido por um ou por outro dos contendores e contribuir para determinar o curso dos acontecimentos com a sua manifestação pública, a petição ao jornal e, em certos casos, o voto ou a revolução.⁵³

A imagem, ressalta Eco, ao contrário da linguagem verbal, é construída visando as massas subjugadas. Embora a imagem visual possua, por um lado, uma natureza limitativa, irreflexiva e reacionária, por outro, permite veicular a cultura e possibilitar a descoberta de vestígios de antigas civilizações. Eco sugere, para a sociedade do futuro, um devido equilíbrio entre informações visuais e escritas, e o papel educativo que a televisão deve assumir, no sentido de ensinar os telespectadores a controlar e a identificar o limite entre o estado de atenção e o estado de hipnose.

Martín-Barbero, na mesma linha de raciocínio de Eco, reconhece a pluralidade de recepções e de fruições de uma mesma mensagem, a não passividade do receptor, e, além disso, busca resgatar a pluralidade cultural e o popular na história. A cultura popular surge, segundo o autor, durante a alta Idade Média, onde a ambivalente cultura folclórica camponesa se contrapõe à cultura erudita, racionalista e maniqueísta do clero. Diante da resistência popular, este último age de três formas: através da destruição de objetos materiais, da proibição de práticas e de rituais, e da alteração de mitologias. Esta oposição, entretanto, pode dar lugar a diálogos ou a trocas culturais.

Benjamin vê no estudo das margens (o que equivale à cultura popular) a possibilidade de emancipar o passado reprimido. Martín-Barbero busca, a partir deste autor, conciliar a massa e o popular.

Partindo da concepção de descontinuidade da realidade, Benjamin não utiliza o centro como método de pesquisa, mas se interessa pelas margens, tanto no campo da política quanto no da arte. Um paradoxo se destaca: Adorno e Habermas acusam Benjamin de não pensar as mediações, tratando fragmentariamente as diversas esferas sociais, quando, na realidade, o autor, de acordo com Barbero, foi o primeiro a pensar a mediação que possibilita pensar a relação entre as mudanças nas relações de produção e as transformações na cultura. Para Benjamin, só se pode compreender as massas através da experiência, o que vai de encontro à razão ilustrada, que concebe a experiência como algo velado e opaco. Acrescenta-se o fato de

⁵³ ECO, Umberto. *Apocalípticos e Integrados*. São Paulo: Perspectiva, 2001. p. 355.

que pensar o que está à margem é inconcebível para a dialética. Uma coisa é pensar e clarear as conexões entre determinados elementos. Outra, como faz Benjamin, é explicitar as relações entre o *kitsch* e arte de vanguarda (assim como Umberto Eco). Benjamin aponta para uma mudança na percepção, para uma nova sensibilidade das massas, que corresponde à conquista do sentido para o idêntico no mundo, o que significa o rompimento da aura e do invólucro existentes na obra de arte, facultando àquelas um novo modo de acesso e uma outra forma de ver as coisas, inclusive a vida cotidiana. Benjamin não é otimista quanto ao progresso tecnológico, mas sua análise utiliza a tecnologia como forma de anular hierarquias e privilégios, reduzir as distâncias e emancipar a arte. A nova recepção, que tem como paradigma a câmera fotográfica, é coletiva, baseando-se na dispersão, na imagem múltipla, na montagem e na junção entre prazer ou distração e atividade crítica, o que se contrapõe ao recolhimento característico da burguesia, na apreciação de uma cultura ou na leitura de um romance.

Benjamin alude à relação da massa com a cidade através da poesia de Baudelaire, que mostra esta mesma massa através de três imagens: a da conspiração, na qual as massas transitam entre a taberna e a barricada; a das pistas, aludindo à questão da identidade em meio às massas e às multidões amorfas, bem como à dificuldade de se encontrar pistas de um criminoso. Diante de tal quadro, a burguesia busca coesão e marcas identitárias internas, utilizando a arte como um de seus refúgios, e, por outro lado, aumentando seu controle sobre a massa, através de inúmeros registros e procedimentos de identificação. A terceira imagem é a da experiência da multidão, através da qual Engels observa uma combinação das forças, ao passo que revela, por outro lado, incômodo em relação à massa urbana, o que demonstra um provincianismo e um moralismo que o impossibilitam de analisar a questão da multidão. Baudelaire tem a visão da multidão como algo interno, dotado de um novo modo de sentir, embora isso não a desvincule de sua realidade. A massa, ressalta Benjamin, possui dois modos de existência: a primeira, como simples estatística; a segunda, como uma multidão concreta e dotada de direitos, o que o aproxima do pensamento de Nelson Werneck Sodré.

Edgar Morin se inspira em teorias norte-americanas e frankfurtianas, tendo como objetivo refutar a idéia de Adorno e Horkheimer de que a criação artística não pode ser conjugada à inovação tecnológica e industrial. A indústria cultural, define Morin, combina criação, individuação e variedade em meio ao conformismo padronizado.

Grande parte da *intelligentsia* criadora, para o autor, acaba por colocar suas esperanças em um sistema anticapitalista, já que a liberdade entre a padronização e a individualização pode permitir que os criadores de uma obra imponham suas condições.

A indústria cultural, na visão de Morin, possui uma variedade (em um jornal ou em um programa de televisão, por exemplo), que busca atender a todos os gostos para obter o máximo de consumo. Entretanto, esta variedade é sistematizada e homogeneizada por normas comuns. O estilo homogêneo se caracteriza, justamente, pela já referida clareza e pela simplicidade, que buscam tornar diversos conteúdos inteligíveis ao homem médio ideal.

A cultura de massa é impulsionada pelo duplo movimento do imaginário que copia o real e do real que assimila o imaginário. Esse sincretismo, continua Morin, se insere no objetivo de máximo consumo e é um dos principais traços da cultura de massa. Esta, a partir da década de 30, primeiro nos Estados Unidos e posteriormente nos demais países, incluindo também os meios impressos, busca o público universal, dirigindo-se a leitores, espectadores e ouvintes de todos os tipos, perfis, idades e categorias. A homogeneização da produção se estende à homogeneização do consumo.

Os diferentes gostos e as opções por determinadas estações de rádio ou programas de televisão indicam, para Morin, a existência de uma estratificação social. Entretanto, o que se assiste é o esmaecimento das fronteiras culturais no mercado dos meios de massa. As estratificações sociais são reconstruídas dentro desta nova cultura. No entanto, continua o autor, com um pensamento próximo ao de Umberto Eco e Martín-Barbero, os mesmos artigos são apreciados de diversas maneiras, de acordo com a classe à qual se pertence.

Edgar Morin demonstra a mesma preocupação de Nelson Werneck Sodré em relação à cultura nacional. Afirma o primeiro que a tendência à homogeneização e à veiculação de valores comuns, buscando padronizar gostos e interesses, é uma tendência cosmopolita, já que busca fortalecer uma cultura transnacional em detrimento de uma cultura nacional. A cultura industrial busca atingir o público mundial, através da possibilidade de adaptação dos temas locais (tornando-os cosmopolitas), dos idiomas, da eliminação de temas que possam causar choques ou dissensões (Bourdieu apresenta a mesma concepção quando se refere ao problema da televisão), e das produções cinematográficas que englobam diversos países.

Edgar Morin tem como foco o problema do denominador comum, do homem médio e universal (universal no sentido de que é um imaginário, um homem-criança que aprecia o jogo e o divertimento e do homem que possui uma base comum de inteligência e de razão perceptiva), que é um modelo ideal e abstrato, sincrético e múltiplo da cultura de massa.

A corrente cultural média limita a capacidade mais criativa, mas, ressalva Morin, encontrando aspectos positivos na cultura de massa, também restringe os padrões mais rudimentares. O termo mediocridade não é usado pelo autor com um significado pejorativo, designando, antes, a qualidade do que é médio. Desta forma, o que se situa em um nível

baixo, sobe, e o que poderia estar em um nível mais alto, desce.

A corrente média (que se torna a corrente principal da cultura de massa), de acordo com Morin, nivela, combina o padrão e o individual, mistura e homogeneiza, trazendo a primeiro plano o nível médio de cultura. A cultura de massa é definida pelo autor como a busca do denominador comum entre as diferentes idades, sexos, classes e nações, originando-se em uma sociedade onde se desenvolve uma humanidade média, com tipos e níveis de vida médios.

Por outro lado, destaca o autor, a posse de um código esotérico (e também a posse esotérica de um código em rápida evolução) e a moda, possibilitam a aristocratização, e, também, que a elite, durante determinado período de tempo, tenha o monopólio do que será democratizado de forma hierárquica. A elite ainda cultua os elementos por ela considerados originais e autênticos.

Em 1955, observa Morin, alguns traços da cultura de massas se modificam. O cinema deixa de ser a base deste modelo de cultura, esta perde sua unidade e se torna policêntrica, rompendo o campo dos meios de comunicação de massa e englobando o âmbito do lar e do clube de férias (lugares de inversão da lógica do trabalho).

Morin acredita em um retorno à idéia de revolução cultural, devendo esta contribuir para a reformulação das idéias de revolução e de cultura. Esta, para o autor, não deve mais ser considerada como um fenômeno superestrutural, conforme dito anteriormente, mas um conjunto de regras, normas e princípios pertencentes à infra-estrutura gerativa da sociedade, condicionando as ações humanas. A revolução, por sua vez, não significa, necessariamente, segundo ele, novamente indo de encontro aos autores citados anteriormente, a liquidação do capitalismo e da burguesia, dado que, após o nivelamento, uma nova classe dominante e uma nova estrutura de opressão iriam ressurgir com maior vigor, pois não houve revolução na infra-estrutura gerativa da sociedade, isto é, seus saberes, suas regras, seus valores, normas e modelos, enfim, sua cultura. Morin resgata a dimensão do acontecimento. Nesse sentido, também vale lembrar de Foucault, que desmonta a idéia do Estado como o centro a partir do qual o poder emana, afirmando que o poder é fluxo, é relacional e depende da cultura à qual se pertence. Martín-Barbero, ao citar os autores situacionistas e sua aproximação com o pensamento de Foucault, busca, justamente, denunciar a recusa do que provém da margem, a recusa do popular pela indústria cultural e pelo poder dominante, a recusa do poder proveniente de uma cultura específica, e a redução dos conflitos sociais à genérica expressão “conflito de classes”.

Gramsci também possui o importante papel de resgate do interesse das ciências sociais pela cultura popular. A classe dominante exerce sua hegemonia na medida em que também traduz os interesses das classes populares. O poder hegemônico está sempre sendo reconstituído, abarcando novos significados. O folclore, por sua vez, é dotado de uma concepção de mundo que se opõe à cultura oficial, e embora possua, por um lado, traços de degradação, tem, por outro, uma capacidade de resistência, de ação e de transformação.

Hoggart afirma que a mudança, no âmbito da indústria cultural, significa nada mais que a continuidade entre o novo e o velho, buscando, primordialmente, limitar a atividade intelectual de seus fruidores ao simples conformismo (como também pensa Nelson Werneck Sodré). As classes populares, no entanto, possuem seu modo (por vezes, inconsciente) de se opor à cultura massificada: através da leitura filtrada ou desviada, de suas reinterpretações (o que equivale a diferentes fruições), sem diluir, por isso mesmo, a sua identidade (Sodré não coloca a questão das diferentes fruições, mas aponta para a persistência da cultura popular).

A idéia que orienta o pensamento de Bourdieu, cita Martín-Barbero, é a de reprodução. Seu objetivo em relação a esta idéia é fazer uma análise do conceito de cultura de modo a tirá-la de sua submissão à superestrutura (pensamento próximo ao de Edgar Morin) e revelar seu caráter de classe. Este objetivo se refletiu no conceito de *habitus* de classe, sendo o *habitus* inicialmente definido como a interiorização das regras de conduta de uma cultura, interiorização esta que se perpetua nas práticas cotidianas. Bourdieu passa, posteriormente, a uma análise da competência cultural (esta se compõe de dois elementos: a distinção e o gosto), na qual o *habitus* passa a ser definido como um sistema de disposições que, presentes em experiências passadas, tornam-se referências dos mais diversos atos e percepções. Através destes *habitus* de classe, as ações cotidianas, aparentemente caóticas, passam a ser dotadas de lógica e sistematização, no qual se fundamenta a hegemonia, que “planeja” os gostos e os hábitos de acordo com a classe. Bourdieu também aponta para um etnocentrismo de classe, que consiste em colocar determinados valores e parâmetros como únicos e naturais (idéia próxima a de Nelson Werneck Sodré, isto é, o pensamento dominante é o da classe dominante) desconsiderando as diversas outras possibilidades e negando o gosto, a cultura ou a estética proveniente das demais classes.

As diferentes classes, segundo Bourdieu⁵⁴, se caracterizam pela luta simbólica para impor (como natural) sua definição e sua visão de mundo social, pretendendo obter o monopólio da violência simbólica legítima ou da produção ideológica legítima. O poder

⁵⁴ BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

simbólico é um poder invisível, que só pode ser exercido através da relação e da cumplicidade entre dominante e dominado (Sodré também aponta para a questão da cumplicidade, na qual os dominados defendem a ideologia que os subjagam). A ideologia, nesse sentido, está ao serviço de interesses particulares que pretendem, para Bourdieu (em concordância com os autores já citados), se apresentar como interesses universais.

O efeito ideológico é produzido pela cultura dominante através da dissimulação (isto é, eufemização), revela Bourdieu, da função de divisão na função de comunicação: a cultura que une (através da comunicação) é a mesma cultura que separa (instrumento de distinção) e que legitima as distinções, compelindo as demais culturas (denominadas subculturas) a se definirem pela sua distância em relação à cultura dominante.

Os sistemas simbólicos (como os meios de difusão da informação, por exemplo), enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento, cumprem sua função política de instrumentos de dominação ou de legitimação da mesma (pensamento semelhante ao de Sodré), que contribuem para manter a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica).

A violência simbólica nos meios de massa, particularmente na televisão, também se exerce com a cumplicidade dos dominantes e dos dominados (Nelson Werneck, como foi dito, também coloca esta questão da cumplicidade), na medida em que, tanto os primeiros quanto os segundos são inconscientes de seu domínio ou de sua submissão.

Em relação à televisão, Bourdieu⁵⁵ afirma que é importante falar e se expressar através deste meio de difusão da informação, mas sob certas condições, e, se possível, sob condições excepcionais: com um período de tempo ilimitado; sem a imposição de um determinado discurso; e sem haver repreensões em nome da técnica, da compreensão do público ou da moral. As condições particulares, segundo o autor, já dizem, por si mesmas, algo sobre as condições habituais de se falar na televisão.

Segundo Bourdieu, aceitar participar de um programa de televisão sem se preocupar se será possível dizer algo de importante, deixa claro que não há a intenção de se dizer alguma coisa, mas de se fazer ver e ser visto. A tela da televisão torna-se um espelho de Narciso.

A simples recusa de se participar em programas de televisão, não parece, ao autor, o melhor caminho. Em alguns casos, a participação na televisão é um dever, desde que esta ocorra em condições razoáveis. É necessário também levar em conta a especificidade da

⁵⁵ BOURDIEU, Pierre. *Sobre a Televisão* - Seguindo de A Influência do Jornalismo e dos Jogos Olímpicos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

televisão, que é um instrumento que possibilita atingir a todos. É necessário perguntar-se, então, se seu discurso se destina a atingir a todos, se merece, se pode, e se deve ser entendido por todos (telespectadores e críticos fazem a si próprios estas perguntas). O dever de qualquer pesquisador ou cientista é o de restituir a todos as contribuições de suas pesquisas. Entretanto, lembra Bourdieu, assim como os demais autores referidos acima, existem as censuras econômicas, como a figura do proprietário da emissora, dos anunciantes que pagam a publicidade, e das subvenções do Estado.

Nesse sentido, Bourdieu, também em paralelo com os autores referidos anteriormente, faz alusão à utilização, por parte da televisão, do que ele denomina de fatos ônibus. São fatos que não devem chocar ninguém, que levam ao consenso, que interessam a todos, mas que não tocam em nada de importante, como, por exemplo, as notícias de variedades. O tempo (que é raro e precioso na televisão) é empregado em futilidades, e muitos fatos importantes ficam ocultos. Os jornais impressos também se utilizam de fatos ônibus. Desta forma, o que se observa, denuncia Kucinski, é que existe uma distorção das manchetes em relação ao conteúdo das matérias (o povo, em geral, não lê o jornal, mas se atém às manchetes). Os apresentadores de televisão e de rádio, revela Bourdieu e Juarez Bahia, também se utilizam somente de manchetes de primeira página. Contudo, a televisão, segundo Bourdieu e Nelson Werneck Sodré, tem o monopólio de forma o das mentes de grande parcela da popula o.

Os jornalistas, para Bourdieu, selecionam aspectos particulares da realidade em fun o de categorias de percep o que lhe são próprias. O interesse primordial   pelo excepcional, pelo extraordinário, ou ainda, pelo extraordinário ordinário. Extraordinário, no sentido aqui referido, se refere não somente ao que   diferente do ordinário, mas, o que   diferente do que os demais telejornais dizem do ordinário ou dizem ordinariamente. A persegui o pelo furo de reportagem e a busca pela exclusividade resultam na uniformiza o e na banaliza o.

A televisão também apresenta uma rela o entre pensamento e velocidade, expressa no que Bourdieu denomina de *fast thinkers*. Os *fast thinkers* pensam por idéias feitas, aceitas por todos, banais, convencionais e comuns, de modo que o problema da recep o não se coloca.

Bourdieu observa, o que demonstra, novamente, um pensamento semelhante ao de Nelson Werneck Sodré, que o tempo, em um debate televisivo,   menor e controlado quando se trata de líderes grevistas ou sindicais, sob a capa de uma igualdade formal.

Os apresentadores de televisão, também denuncia Bourdieu, não fazem o trabalho de ajuda aos menos favorecidos, não lhes dando a palavra no momento certo ou esperado.

Os comunicadores, os agentes sociais e os próprios apresentadores de televisão, ressalva o autor, são marionetes de uma estrutura que deve ser desvelada, trazida   luz e

tornada consciente. Não há um sujeito desse trabalho de homogeneização, banalização e conformismo, isto é, ele jamais foi pensado ou desejado por qualquer pessoa, sendo ditado somente pela lógica da concorrência.

Bourdieu aponta ainda para uma falta de sanção no campo jornalístico. A única forma de crítica a este apresenta-se nos programas satíricos.

A visão do autor é a de que se os mecanismos estruturais do campo jornalístico se tornassem conscientes, poderia se lançar mão de ações também conscientes visando dominar estes mecanismos (como, por exemplo, o estabelecimento de alianças entre diferentes jornais com o objetivo de neutralizar a concorrência, que é um efeito estrutural). Bourdieu, desta forma, acredita na possibilidade de libertação pela tomada de consciência.

Bourdieu vai de encontro ao fato de que a televisão se utilize do alto índice de audiência para nivelar por baixo o direito de entrada no campo jornalístico. O autor se desvencilha do elitismo ao defender, por um lado, a elevação do direito de entrada nos campos de produção e, por outro lado, o fortalecimento do dever de saída, isto é, a generalização do acesso ao universal. Os produtores devem lutar por melhores condições de difusão, bem como pelo monopólio da propriedade destes meios de difusão (o monopólio dos instrumentos de difusão da informação pertence ao campo jornalístico). Devem lutar também pela melhor educação dos receptores (neste ponto, novamente, o pensamento de Bourdieu se aproxima do de Nelson Werneck Sodré), de modo que estes possam elevar o nível de recepção.

O campo jornalístico, em sua relação com os demais campos, produz uma visão específica do campo político. A televisão apresenta o receio de ser entediante e busca a diversão do público a qualquer custo, colocando a política (e também assuntos informativos, frutos da análise ou de maior elaboração) como um assunto desagradável, e, devendo, por isso mesmo, ser excluída dos horários de maior audiência, o que comumente se chama de horário nobre. Os jornalistas justificam tal conduta pelas expectativas do público.

A televisão não oferece apoio aos mortais (ou seja, não há apoio aos menos favorecidos, a que me referi acima). Na mesma medida, tem-se a impressão do jogo político como algo restrito aos profissionais, obedecendo a critérios de favoritismo, como diria Nelson Werneck Sodré, e buscando, assim, anular quaisquer formas de oposição e manter a ordem estabelecida. Bourdieu aponta para a necessidade de se acreditar na capacidade de resistência do povo.

Bourdieu nos lembra que não se deve aceitar acriticamente a posição de recusa da classe culta em relação à estética das classes populares. A utilização das categorias do juízo do

gosto e o sentido que se lhes dá depende dos pontos de vista individuais (que fazem parte de um contexto histórico e social), e, em muitos casos, contraditórios, de seus fruidores, afirma Bourdieu em semelhança ao pensamento de Umberto Eco e Martín-Barbero.

Partindo destas perspectivas, Martín-Barbero busca seguir o caminho do popular ao massivo, passando da compreensão da dominação à luta pela hegemonia. Conceber a indústria cultural ou a cultura massificada a partir da hegemonia significa romper com o positivismo tecnologicista, que limita a questão da comunicação a um problema de meios, e com o etnocentrismo culturalista, que correlaciona a cultura de massas à degradação da cultura. Essa ruptura significa não mais a sujeição das classes populares à classe culta, mas antes, o diálogo entre elas.

Martín-Barbero afirma que a pluralidade de culturas é substituída pela cultura nacional, fortalecendo, com isso, o poder central, isto é, o Estado. Isso significa que este autor concebe a cultura popular como sinônimo de diversidade e a cultura nacional como algo que leva à homogeneização e à padronização. Nelson Werneck Sodré apresenta uma concepção diferente, a despeito das semelhanças com o pensamento de Barbero. Para Sodré, o nacional está no povo. A noção de cultura nacional abarca, segundo ele, a diversidade da cultura popular. Desta forma, quando Nelson Werneck alude à cultura nacional, refere-se, também, à pluralidade da cultura popular. Nacional e popular são sinônimos.

A repressão política à cultura popular, afirma Martín-Barbero, se dá através da disseminação de diversos mecanismos, sendo estes convergentes ou até mesmo contraditórios. A primeira transformação corresponde à ruptura com o tempo cíclico (característico das culturas populares), que se fundamenta na festa, cujo ciclo ou repetição tem como função reiterar o sentimento de pertencimento da coletividade à sua comunidade, proporcionando momentos de efervescência, de alívio das tensões, e servindo também como um rito econômico ou de iniciação. A temporalidade característica da cultura popular é rompida através de dois processos: o de deformação, que converte as festas em espetáculo, denominando aquelas como pertencentes aos momentos de ócio, em oposição ao trabalho, e o de deslocamento, que, com o surgimento do relógio, torna a produção na fábrica a base sobre a qual o tempo linear será organizado, buscando controlar e disciplinar o corpo e a alma dos indivíduos.

A segunda transformação corresponde à mudança nos modos de transmissão do saber. Em primeiro lugar, a figura da bruxa sintetiza a cultura popular, que precisa ser suprimida, já que representa um mundo descentrado, horizontal e ambíguo, em contraste com o novo mundo racional, hierárquico e centralizado. A escola, nesse sentido, opera de acordo com dois

procedimentos: a educação como preenchimento de recipientes vazios e como eliminação de vícios e de superstições porventura transmitidos pelo âmbito familiar. A aprendizagem se dá de forma intelectualizada, distanciada de práticas e de rituais.

É importante destacar que a cultura popular passa por modificações, mas as apropriações, reapropriações e profanações da cultura tradicional, por parte do povo, também estão presentes. Nelson Werneck Sodré, nesse sentido, não atenta à questão das apropriações da cultura dominante por parte dos membros das camadas populares, lembrando somente do esmagamento da cultura popular pelo referido processo de descaracterização nacional.

O folhetim *Os Mistérios de Paris*, de Eugène Sue, exemplifica, segundo Martín-Barbero e Umberto Eco, a dialética entre a escrita do autor e os modos de fruição ou de leitura do público, e como esta dialética estrutura a história narrada no folhetim. Os leitores de origem popular entenderam tais histórias como a descrição de suas próprias condições de vida, de seus problemas, e como um convite ao levante (como as barricadas de 1848). Deste modo, o autor, que antes objetivava somente ressaltar o exotismo das vilas operárias, passa, posteriormente, a propor reformas populares.

A própria composição tipográfica, isto é, o maior tamanho da letra, o maior espaçamento entre estas, as palavras e as linhas, antes de ser um mero artifício comercial (cobrar um valor mais elevado pelo maior número de páginas), busca uma adequação ao mundo dos inexperientes leitores oriundos das classes populares.

Um outro ponto no qual pode-se encontrar traços do popular no texto escrito é através da fragmentação da leitura em episódios, capítulos e subcapítulos, partes e subpartes, constituindo-se unidades de leitura oferecidas periodicamente em quantidades que se ajustam à disponibilidade (de tempo e dinheiro) que os elementos das classes populares apresentam para a referida atividade. Outro aspecto também presente é o dispositivo de sedução, que se subdivide na organização por episódios e na estrutura aberta. A organização em episódios trabalha com base no sentimento de duração e no suspense. O sentimento de duração permite que os leitores se identifiquem com o personagem e acompanhem suas ações, misturando a ficção com o real, inserindo-se na história, e buscando, através de cartas ao autor, alterar o rumo dos acontecimentos. A estrutura aberta advém, justamente, desta flexibilidade. O suspense, por sua vez, consiste em manter a memória e o interesse do leitor na leitura do próximo episódio, devido a indagações decorrentes das informações limitadas contidas em cada episódio.

O conceito de massivo muda de sentido. No populismo, o massivo significava a presença das massas na cidade e sua relação com o Estado. No período do desenvolvimento

(décadas de 1950 e 60), o massivo passa a se referir aos meios de homogeneização e controle das massas. A televisão e o rádio (este, assim como a pequena imprensa, procurou mostrar a pluralidade e a diversidade cultural) assumem, destaca Barbero, na mesma linhagem interpretativa, um papel fundamental. A televisão, importando modelos e programas dos Estados Unidos, tem a função ideológica de eliminar diferenças (através da familiarização e da exotização) e padronizar comportamentos. Frente à pluralização promovida pelo rádio, emerge, nos anos 1980, a transnacionalização do massivo, no qual a organização do poder e a racionalidade de uma cultura, materializados em novas tecnologias, como a informática, buscando uma homogeneidade generalizada, se contrapõem à resistência da cultura popular, cuja memória não opera com base no acúmulo de informações, mas através de experiências e acontecimentos.

Carlos Monsiváis, cita Martín-Barbero, também se atém aos modos de fruição e de apropriação das massas diante do que lhes é ofertado, observando que estas não se transformam ideologicamente nem renunciam à sua identidade (a cultura popular sobrevive, como diria Nelson Werneck Sodré). O sentido atribuído aos meios assume particular importância, mais especificamente os provenientes de movimentos sociais originados em bairros populares, lugares de reconhecimento e de relações pessoais. Nestes, uma cultura popular e uma nova identidade são construídas, resultantes do movimento imigratório e do conseqüente intercruzamento cultural, da solidariedade herdada da vida rural e da originada pelas relações de trabalho, e das novas redes e espaços de sociabilidade.

A percepção da sociedade e do Estado como elementos dotados de complexidade e solidez, bem como a possibilidade de mobilidade social, conduz as classes populares ao deslocamento de sua posição política: do radicalismo anarquista ao sindicalismo reformista, no qual se defende somente uma sociedade mais bem estruturada e mais justa. Nas associações e nos movimentos populares não se questiona a existência de partidos políticos, mas o total monopólio que estes têm da política, seu distanciamento do povo, e sua exclusiva preocupação pela tomada do poder ou sua permanência nele. Martín-Barbero, novamente, demonstra uma visão próxima à de Sodré. A democracia não se resume somente a uma questão de maioria, mas também diz respeito à questão da diversidade e da pluralidade, que é o que define a cultura popular. A homogeneização e a padronização que suprimem os traços desta cultura não são provenientes somente da cultura de massa, mas também de uma razão política maniqueísta que despolitiza o que Hugo Hassman denominou de formas populares de esperança, de religiosidade e de melodramatismo.

A cultura, destaca Martín-Barbero, também deve ser concebida em sua natureza comunicativa, como produtora de significados. E o receptor por sua vez, não é um simples decodificador das mensagens do emissor, mas também um produtor. A política não deve separar a cultura das massas, da indústria cultural e dos meios massivos de comunicação.

Em relação à televisão, o mediacentrismo, que corresponde à perda da especificidade da mídia, integrando esta os planos da economia, da cultura e da política, está sendo superado na América Latina através dos movimentos sociais que tornam evidentes as mediações, ou seja, lugares através dos quais se constituem a materialidade social e a expressividade cultural da televisão. Martín-Barbero, desta forma, parte das mediações e propõem três lugares a partir dos quais ela se manifesta: a cotidianidade familiar, a temporalidade social e a competência cultural. Em relação à cotidianidade familiar, a televisão tem na família sua unidade básica de audiência, e esta, por sua vez, se reconhece na televisão. A família torna-se, desta forma, o principal âmbito de recepção, de fruição e de decodificação da televisão, ao mesmo tempo em que influencia a dinâmica televisiva.

A televisão se utiliza, segundo Barbero, de dois dispositivos: a simulação do contato, recorrendo à intermediários entre o cotidiano e a ficção, como os personagens e a linguagem coloquial (a linguagem verbal assume um papel de predominância), e a retórica do direto, dispositivo que coloca o discurso e a imagem televisivas no plano da proximidade e da familiaridade (gravação ao vivo, produção de uma sensação de imediatez, narrativa simples e clara).

A temporalidade social diz respeito à fragmentação, à seriação e à estética da repetição (que, à semelhança do folhetim do século XIX, conjuga a descontinuidade do tempo da narrativa com a continuidade do tempo narrado) presentes nos programas televisivos.

Em relação à competência cultural, a televisão, segundo o autor, é um dos meios que melhor representa a contradição presente no massivo: a eliminação das diferenças culturais, e a produção de uma matriz cultural que gera aversão por parte das elites. Para Benjamin, enquanto muitos se perguntam se a televisão é cultura, o próprio conceito de cultura está sendo transformado diante da produção e da reprodução televisivas.

Martín-Barbero também se concentra na relação entre o melodrama e a América Latina. O melodrama, em primeiro lugar, é o drama do reconhecimento, da luta por uma identidade, tendo como finalidade desvelar tudo o que se encontra oculto ou velado, e resgatar o peso que a sociabilidade primordial tem no mundo popular (a família, que medeia entre o tempo da história e o tempo da vida, a vizinhança e as relações de amizade). O autor se pergunta se a dimensão que o melodrama alcançou, nestes países, entre o povo, não está

relacionada ao desconhecimento, por parte das instituições políticas, desta forma primária de sociabilidade. O capitalismo não a aboliu, apenas a tornou anacrônica. Mas este anacronismo é o que constitui e dá sentido ao melodrama na América Latina, é o que realiza a mediação entre o tempo da vida, socialmente desvalorizado, mas culturalmente valioso, e o tempo da narrativa, que propicia o reconhecimento das classes populares. Martín-Barbero apresenta a hipótese de que o que sustenta a indústria cultural e estas narrativas não é somente a ideologia, mas a cultura, o imaginário e a memória popular.

O melodrama, de acordo com Benjamin, encontra-se próximo da narração (o melodrama de televisão está interligado com os contos e as lendas, com a literatura de cordel brasileira e com as crônicas cantadas; sua narrativa se baseia na continuidade, no desfecho indefinido no tempo e na vulnerabilidade aos acontecimentos reais) e da literatura dialógica, como propõe Bakhtin. A literatura dialógica ou o gênero carnavalesco (no caso do Brasil), presentes no melodrama corresponde às posições intercambiáveis do autor, do leitor e dos personagens, literatura na qual há a interferência do público.

A noção de cultura popular não remete, para Barbero, à idéia de degradação, de manipulação ou de essencialismo. O popular é dinâmico e está conflitivamente arraigado no massivo. Este por sua vez, abarca toda a vida social, gerando uma nova forma de sociabilidade, de luta e de hegemonia. Nesse sentido, o autor, referindo-se ao Brasil, percebe que, no interior da indústria cultural, os produtos atendem a demandas simbólicas heterogêneas, umas correspondendo à classe dominante, e outras, à classe dominada. Sunkel, que também se atém ao quanto do que configura as classes populares se encontra na cultura de massa ou na indústria cultural, refere-se à ativação de uma memória popular que é da ordem das matrizes culturais, e estas, por sua vez, são da ordem do residual, isto é, do que persistiu até os dias atuais.

A televisão, revela Martín-Barbero, trabalha pela homogeneidade cultural. No entanto, nas fendas desta homogeneização existem conflitos e contradições que tornam evidentes a não homogeneidade do campo e do mercado simbólico. Os programas cômicos se constituem como o espaço através do qual a televisão deixa entrever o povo, e os personagens, provenientes da mistura racial, com seu tipo físico, seu comportamento e sua fala, ridicularizando os membros da classe dominante, propiciam o reconhecimento e a identificação por parte dos membros das classes populares. O popular também está presente na ambientação (o bairro, o quarteirão, o botequim, estes sendo, em diversos casos, cenários de violência, ou ainda, pode-se mostrar o interior de uma casa), na linguagem e nas palavras, através das quais se opera uma revanche, uma desordem verbal (desorganização de

significados) contra uma ordem que coloca o povo à margem da vida social.

Nelson Werneck Sodré, a respeito desta presença do popular no massivo, nos diria que a cultura de massas pode absorver alguns elementos da cultura popular, mas esta possui espaço reduzido nos meios de difusão do pensamento.

É importante lembrar, como já havia destacado o autor, que em função da pobreza e do alto índice de analfabetismo da população brasileira, sua percepção da política e da sociedade advém, primordialmente, do rádio e da televisão. Estes exercem forte domínio sobre a formação do espaço público, sendo dominados, por sua vez, por empresas com fortes tendências monopolistas, obedecendo a critérios de favoritismo, e tornando-se os principais instrumentos de políticos conservadores e dos candidatos entreguistas financiados pelos monopólios estrangeiros.

Sodré propõe, em sua obra *Síntese de História da Cultura Brasileira*, como solução para esta descaracterização cultural promovida pelo imperialismo, o controle estatal do rádio e da televisão.

Surge como problema o uso dos meios de comunicação de massa; e isso dependerá sempre das condições a que o país estiver submetido. De maneira alguma o problema da cultura é autônomo; antes, mais do que qualquer outro, depende de condições estruturais e conjunturais. De acordo com tais condições é que poderá ser elaborada uma política cultural em relação aos meios de massa; não poderão permanecer na situação em que se encontram. Tanto quanto se possa prever, o controle estatal sobre o rádio e a televisão deverá surgir como exigência mínima. Na dependência do grau de aprofundamento da luta antiimperialista, será possível, ou não, a nacionalização das agências de publicidade e de notícias. A criação de condições que permitam o aparecimento de jornais diários populares, bem como as que permitam a comercialização do livro na medida das exigências do mercado, estão ligadas à correlação de forças que resultar do restabelecimento das garantias individuais e das liberdades democráticas.⁵⁶

Embora o imperialismo e o entreguismo não tenham chegado ao fim, e nem os meios de massa estejam, hoje, sob o controle estatal, Nelson Werneck Sodré faz a seguinte observação com relação à participação do povo na vida política do país, que pode servir de reflexão para o atual mundo em que vivemos:

O entreguismo se diverte com a idéia de que o estudante deve apenas estudar, e nisto pretende afirmar que “estudar” é fixar-se nos livros didáticos, fazer os exames, etc. Pretende, também, que aos militares cabe apenas fazer militância. Aos comerciários, fazer comércio. Aos operários, trabalhar. E assim por diante. A quem caberia fazer política? Aos entreguistas, naturalmente, porque detendo as funções que permitem, por portaria, alterar toda a vida econômica do país. Quando o fizessem, como fazem, e protestassem os comerciários, os operários, os militares, os estudantes, diriam: Não estudar, vão trabalhar, vão fazer militância,

⁵⁶ SODRÉ, Nelson Werneck. *Síntese de História da Cultura Brasileira*. 18.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. p.135-136.

e nos deixem em paz para fazer entreguismo. Eu digo aos estudantes: não os deixem em paz. Estudar não é apenas ler os livros didáticos e prestar exames. Estudar é também viver, assistir ao espetáculo e participar dele. É, principalmente, conhecer os problemas de seu país e participar de suas decisões. É ser nacionalista, em suma. O entreguismo está em agonia. Vamos dar-lhe a extrema-unção e sepultá-lo, sem permitir que empeste mais o Brasil. Nisto, cabe aos estudantes uma grande tarefa. Eles sabem disso, e estão participando dela.⁵⁷

⁵⁷ Sodré, Nelson Werneck – Nacionalismo: único caminho que leva ao desenvolvimento. Diário de Notícias. 5 jul. 1959. (p.57, 58) MS 550 n.4

4 CONCLUSÃO

Nelson Werneck Sodré e os autores citados apresentam problemas muito semelhantes em relação à questão da imprensa e dos meios de massa: os problemas da transplantação; da primazia da ordem privada em detrimento da ordem pública (a imprensa e os meios de massa, por sua vez, apenas adaptaram-se às imposições do meio), algo que se estende aos dias atuais; da submissão dos jornalistas e dos homens de pensamento ao poder das classes dominantes; e, principalmente, o problema da presença dos elementos coloniais e imperialistas, e a conseqüente descaracterização nacional, tanto na imprensa quanto nos meios de massa.

As soluções propostas para os problemas, já apresentadas, são convergentes: a defesa de um retorno à imprensa artesanal, dada a importância dos jornais de menor porte (Kucinski aponta para a maior pluralidade de nossas imprensas e os jornais alternativos tivessem sobrevivido), por estes possuírem maior capacidade para espelhar a realidade das classes populares e por fazerem frente à uniformidade entre os grandes jornais (embora, como denuncia Juarez Bahia, os jornais comunitários acabam por seguir a tendência à concentração na economia sob pena de sucumbir). Nelson Werneck Sodré coloca a revolução brasileira, a redemocratização (após o golpe de 1964), o controle estatal (inclusive no que diz respeito à imprensa, ao rádio e à televisão), o nacionalismo e a democracia como elementos imprescindíveis para o desenvolvimento em bases nacionais. Umberto Eco, Martín-Barbero, Bourdieu e Edgar Morin apontam para as diversas fruições, leituras e apropriações de uma mensagem no interior de uma sociedade, de forma que o fruidor não é passivo, e pode escapar, ainda que de modo ínfimo, ao consumo, que é o que caracteriza a indústria cultural (esta, por sua vez, afirma Martín-Barbero, também é passível de influências dos membros das classes populares). Bourdieu defende, ainda, que os mecanismos do campo jornalístico devem tornar-se conscientes (desta forma, haveria a possibilidade de libertação dos mesmos), assim como a necessidade de melhor difusão da informação e de maior nível e qualidade na educação do povo.

Os problemas apresentados e as soluções propostas pelos autores levam à conclusão de que nem a cultura da classe dominante, nem a cultura das classes populares, e nem os interesses imperialistas foram derrotados. Todos subsistem e persistem como forças paralelas, opostas e antagônicas (embora existam apropriações e reapropriações da cultura dominante por parte dos membros das classes populares, a elite decide o que será acessível a estes e “democratizado” de maneira hierárquica). O imperialismo não chegou ao fim, como previa

Nelson Werneck Sodré. O grande público continua a sofrer manipulações por parte da grande imprensa. Acrescenta-se ainda o fato de que os elementos antinacionais sempre retornam sob uma nova máscara, como atestou o próprio Nelson Werneck, ao analisar nossa história desde o período colonial. Sodré constatou também o caráter conservador e antidemocrático que assumiu a revolução brasileira no final da década de 80. A globalização e o neoliberalismo, como citei anteriormente, são, nos dias mais atuais, herdeiros da ideologia do colonialismo.

O povo, por seu lado, também possui seus mecanismos de resistência aos fatores que buscam servir de entrave à emergência da cultura nacional. E tais mecanismos não consistem somente na leitura filtrada ou desviada, nas diferentes fruições e apropriações de uma determinada mensagem. O reflexo da cultura popular é tão profundo que independe de quaisquer técnicas de transmissão do pensamento. Esta afirmação pode ser comprovada, ainda que de forma indireta, por Nelson Werneck Sodré:

“[...] haverá reflexos mais largos e mais profundos do que aqueles deixados pela música popular, pelas lendas populares, pelo cancionero? E não chegaram a aparecer em livro, via de regra, entretanto.”⁵⁸

⁵⁸ Sodré, Nelson Werneck – Público. São Paulo. Correio Paulistano – 12 / mar. / 1951 (p 43) MS 550 n.3

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Max. A Indústria Cultural: o Esclarecimento Como Mistificação das Massas. In: *Dialética do Esclarecimento: fragmentos Filosóficos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- BAHIA, Juarez. *Jornal, História e Técnica: história da Imprensa Brasileira*. São Paulo: Ática, 1990.
- _____. *Jornal, História e Técnica: as Técnicas do Jornalismo*. São Paulo: Ática, 1990.
- BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. Homenagem a Nelson Werneck Sodré. In: FERNANDES, Neusa; COELHO, Olíneo Gomes P. (Orgs). *História e Geografia Fluminense*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, 2008. p. 439 - 448.
- _____. *Memória e História do Nacionalismo: território, Povo e Cultura – Nelson Werneck Sodré e a Criação da Petrobrás*. São Leopoldo (RS): OIKOS Limitada, 2007.
- BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Nelson Werneck Sodré: O Homem e a Obra*. Rio de Janeiro, 1995. 30f.
- BOURDIEU, Pierre. *Sobre a Televisão: seguido de A Influência do Jornalismo e dos Jogos Olímpicos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- _____. *O Poder Simbólico*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- CUNHA, Paulo Ribeiro da. ; CABRAL, Fátima (Orgs). *Nelson Werneck Sodré: entre o Sabre e a Pena*. São Paulo: UNESP, 2006.
- ECO, Umberto. *Apocalípticos e Integrados*. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- _____. *Obra Aberta: forma e Indeterminação nas Poéticas Contemporâneas*. São Paulo: Perspectiva, 1971.
- FIORI, Giuseppe. *A vida de Antonio Gramsci*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- GEERTZ, Clifford. O Pensamento Como Ato Moral: Dimensões Éticas no Trabalho de Campo Antropológico nos Países Novos. In: *Nova Luz Sobre a Antropologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.
- KONDER, Leandro. *A Questão da Ideologia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- KUCINSKI, Bernardo. *A Síndrome da Antena Parabólica: a Ética no Jornalismo Brasileiro*. Fundação Perseu Abramo, 1998.
- _____. *Jornalistas e Revolucionários: nos Tempos da Imprensa Alternativa*. São Paulo:

Scritta Editorial. 1991.

KUPERMAN, Esther. *Da SUMOC ao Banco Central: consolidando as Bases para o Neoliberalismo no Brasil*. Rio de Janeiro : UERJ, 2008.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos Meios às Mediações: comunicação, Cultura e Hegemonia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

MORIN, Edgar. *Cultura de Massas no Século XX: neurose*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

_____. *Cultura de Massas no Século XX: necrose*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

PEIRANO, Mariza. A Teoria Viva: Reflexões Sobre a Orientação em Antropologia. In: *A Teoria Viva e Outros Ensaio de Antropologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o Bloco Histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SODRÉ, Nelson Werneck. *O Que Se Deve Ler Para Conhecer o Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

_____. *A Farsa do Neoliberalismo*. 3.ed . Rio de Janeiro: Graphia, 1996.

_____. *Panorama do Segundo Império*. 2.ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1998.

_____. *Formação Histórica do Brasil*. 13.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. *A República: uma Revisão Histórica*. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 1989.

_____. *A Ideologia do Colonialismo e Seus Reflexos no Pensamento Brasileiro*. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

_____. *Formação da Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1944.

_____. *Evolução Social do Brasil*. Porto Alegre: UFRGS, 1988.

_____. *Orientações do Pensamento Brasileiro*. Rio de Janeiro: Vecchi, 1952.

_____. *Revisão de Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1959.

_____. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

_____. *Ofício de Escritor: dialética da Literatura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

_____. *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Graphia, 2002.

_____. *Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro*. 2.ed. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e da Cultura, 1960.

_____. *A Luta pela Cultura*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. *Em Defesa da Cultura*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

_____. *Introdução à Revolução Brasileira*. 4.ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

_____. *Capitalismo e Revolução Burguesa no Brasil*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

_____. *História da Burguesia Brasileira*. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

_____. *A Revolução Burguesa Brasileira*. Belo Horizonte: Oficina do Livro, 1990.

_____. *Fundamentos do Materialismo Histórico*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. *Fundamentos do Materialismo Dialético*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. *Síntese de História da Cultura Brasileira*. 18.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

_____. *História e Materialismo Histórico no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Global, 1987.

Índices dos artigos de jornais e revistas *

SODRÉ, Nelson Werneck. Cultura e Realidade. Correio Paulistano – 11 / jan. / 1950 (p. 1) MS 550 n.3

_____. A pequena imprensa na regência e no império. Revista do Arquivo Municipal – jul. / ago. / 1950 (p. 47 a 54) MS 550 n.3

_____. O processo democrático. Revista do Clube Militar – out. / 1950 (p. 82) MS 550 n.3

_____. Imprensa Antiga. Correio Paulistano – 18 / mar. / 1951 (p. 30) MS 550 n.3

_____. Público. São Paulo. Correio Paulistano – 12 / mar. / 1951 (p. 43) MS 550 n.3

_____. A unidade do Mundo. Correio Paulistano – 18 / mar. / 1951 (p. 45) MS 550 n.3

_____. Cultura e democracia. Correio Paulistano – 1951 (p. 168 a 172) (obs.: este artigo não foi publicado) MS 550 n.3

_____. Revistas e Jornais. Correio Paulistano – 15 / jun. / 1952 (p. 49) MS 550 n.3

_____. Os Fundamentos do Nacionalismo. jul. / 1952 (p. 53 a 59) MS 550 n.3

_____. Descaracterização Nacional. Correio Paulistano – 31 / ago. / 1952 (p. 77) MS 550 n.3

_____. Crise da Cultura. (Para o Correio Paulistano / não foi publicado / 1952) (p. 122 a 126) MS 550 n.3

_____. Imprensa e técnica de transmissão. Correio Paulistano. 1 dez. 1953. (p.86) MS 550 n.4

_____. Cultura Nacional. Correio Paulistano. 19 mar. 1954. (p.16) MS 550 n.4

_____. Pela elaboração da Cultura Nacional. Correio Paulistano. 10 abr. 1955. (p.21) MS 550 n.4

_____. Estudo histórico – sociológico da cultura brasileira. Introdução aos problemas do Brasil. dez. 1956. (p.151 a 163). Ms 550 n.4

_____. Nacionalismo: único caminho que leva ao desenvolvimento. Diário de Notícias. 5 jul. 1959. (p.57, 58) MS 550 n.4

_____. Onde está o nacional. O Semanário. 19 a 25 set. 1959. (p.85) MS 550 n.4

_____. Nacionalismo é luta contra os inimigos do progresso. Avulso. 1959. MS 550 n.4

_____. Nacionalismo e democracia. O Jornal da Semana. 17 a 23 set. 1960. (p.80) MS 550 n.5

_____. O golpe: sua teoria. O Semanário. (1961). (p.49) MS 550 n.5

_____. O golpe: sua prática. O Semanário. (1961). (p.51) MS 550 n.5

_____. O problema da informação. O Semanário. 16 ago. 1962. (p.107) MS 550 n.5

_____. Democracia é seminário. O Metropolitano. 3 out. 1962. (p.115) MS 550 n.5

_____. Brasil, 1967: Situação e Perspectivas (com os subtítulos: Situação Internacional/ A Segurança e o Desenvolvimento/ Composição das Forças/ Processos e Objetivos/ Saída/ Perspectivas). O Corujão – Caderno Especial. Novembro de 1967. (p.184-185) MS 550 n.5

_____. Nacionalismo e Desenvolvimento. Trabalho encomendado pela Universidade da Califórnia. Remetido a 27 de novembro de 1967. (p.186 a 219) (Conteúdo de 34 folhas) MS 550 n.5

* Artigos transcritos através da consulta ao acervo de Nelson Werneck Sodré na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional.

Entrevista Consultada

PROENÇA, Ivan Cavalcanti. Entrevista concedida a profa. Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros (IFCH/UERJ). A entrevista foi realizada na ABI (Associação Brasileira de Imprensa) em 22 de agosto de 2005. Na ocasião, eu trabalhava como bolsista de iniciação científica da profa. Luitgarde, que coordenou o projeto de pesquisa Um Projeto de Brasil na Obra de Nelson Werneck Sodré.

ANEXOS

Artigos de Nelson Werneck Sodré *

DESCARACTERIZAÇÃO NACIONAL

A propósito de literatura, que é o nosso assunto específico, nós nos temos referido, constantemente, ao problema da caracterização, afirmando que só existe literatura nacional quando as obras, em sua generalidade, e não por exceções, refletem não apenas o ambiente e os personagens, mas também, o que é verdadeiramente importante, o clima do país, a sua cultura, a maneira de viver e de interpretar a vida de seus filhos. O mundo da cultura de um povo, o seu patrimônio comum, é a sua característica por excelência. Por isso mesmo é que a literatura dita exótica, aquela escrita por homens de outra cultura, sempre permaneceu, em toda parte, uma coisa secundária, indigna de incorporar-se ao patrimônio do país que forneceu o cenário e até mesmo os personagens. Em francês, os Loti e os Farrére são sublitteratura, evidentemente, pertencendo à classe singular e inexpressiva daquilo que pode chegar a ganhar notoriedade, mas não pertence ao povo em cuja língua tais livros foram escritos, sem chegar a pertencer, por outro lado, ao povo que forneceu os cenários e as figuras. Se isso é assim, tratando-se de escritores que fizeram literatura exótica, quer dizer daquilo que constitui o exotismo no próprio país, isto é, a literatura feita pelos filhos do país, mas sob influência de uma cultura estranha, alheia inteiramente à de sua gente. Foi isso, sem dúvida, o que fizeram os brasileiros, não por deficiência particular, mas por força de causas bem evidentes, por alguns séculos. E é por isso que só podemos admitir a existência de uma literatura brasileira em tempos muitos próximos, quando o escritor, escrevendo na nossa língua começa a criar, em cenários caracterizadamente brasileiros, jogando com personagens nitidamente ambientadas nesses cenários, dramas e problemas, postos em termos de ficção, que constituem, na realidade, dramas e problemas da nossa gente, – e que podem vir a ser os dramas e problemas do homem de todas as longitudes, mas postos na proporção e nas cores com que se apresentam ao nosso povo. Fora disso, é claro, não existe literatura nacional.

Foi natural que não estivéssemos, por alguns séculos, em condições de fazer uma literatura nacional. Isso não aconteceu porque fôssemos um povo inferior, nem porque o nosso clima fosse mais quente, como alguns tolos afirmaram e muitos tolos repetiram. Aconteceu por força de peculiaridades muito nítidas, de um modo geral pela nossa formação

colonial, no seu mais amplo sentido, na proporção em que essa formação colonial influenciou na elaboração da cultura brasileira e, portanto, na sua possibilidade e na sua forma de expressão. Mas, a verdade é que, com o passar do tempo, chegamos ao momento em que nos apresentamos na posse de condições capazes de proporcionar o ambiente em que uma literatura nacional podia ter lugar. E ela começou a surgir, e sua caracterização se processou na medida em que nos foi possível a emancipação dos elementos coloniais. Isso aconteceu há pouco, muito depois da autonomia política, naturalmente. Porque os elementos coloniais vivem, ainda, em nossa intimidade, ainda lutamos contra eles e só chegaremos a constituir uma nação, em seu verdadeiro sentido, e a ter possibilidade, por isso, de elaborar uma literatura nacional, quando tivermos subjugado ou neutralizado, de maneira total, a influência daqueles elementos.

Se, através de tantos anos de esforço e de luta, conseguimos esboçar os processos de expressão de uma cultura autenticamente brasileira, oferecendo perspectivas até para o aparecimento e desenvolvimento, com altos e baixos inevitáveis, de uma literatura peculiar, que é uma das mais altas e apuradas expressões da vida de um povo, isso está longe de significar que o processo tenha chegado ao seu termo, e que possamos admitir, desde logo, a sua finalização. Muito ao contrário, o que vem se desenvolvendo, de alguns anos a esta parte, é um recuo nesse processo, retornando à vigência condições que tinham sido superadas e aparecendo, no quadro nacional, com características novas, os velhos elementos antinacionais, sob outras formas. É por isso, e só por isso que atravessamos uma fase de declínio literário, de pausa evidente. O que acontece é, sem sombra de dúvida, uma generalizada e profunda descaracterização nacional, dentro de cujo ambiente a expressão literária se coloca, sofrendo as influências naturais da referida descaracterização.

Onde começa, sob cujas formas se processa tal descaracterização? Numa análise mais profunda, vamos encontrá-la na elaboração de condições gerais que enfraquecem tudo o que é nacional e estimulam aquilo que provém de fora e que tem interesse em manter-se, na nossa intimidade, e que só pode manter-se com o enfraquecimento dos elementos nacionais. Isto vai dito, de propósito, em termos genéricos, porque a análise em profundidade demandaria tempo e espaço, e não pertence ao domínio literário, embora interesse vivamente à literatura, como a todas as formas de vida e de expressão do nosso povo. Para verificar-se esse processo de descaracterização nacional, que tem todas as semelhanças com aqueles que, entre nós, vigoraram, nos tempos mais recuados do colonialismo político, quando a metrópole nos negava o direito à imprensa e ao livro, – que ela teria nos concedido se soubesse que estaríamos ao seu serviço, ao serviço de seus interesses, e que só nos negou por saber que constituiriam

elementos potenciais ou reais contra os seus próprios interesses, – para verificar a forma empregada pelos instrumentos materiais da descaracterização é necessário apreciar o desenvolvimento das técnicas de transmissão do pensamento e situar a serviço de que estão tais técnicas.

No domínio das técnicas de transmissão do pensamento há, evidentemente, velhas técnicas, que o progresso material aperfeiçoou, e novas técnicas, que o impulso das invenções trouxe e desenvolveu. Uma e outras assumem formas sistemáticas ou assistemáticas, conforme as suas características. Entre as formas sistemáticas, aquela que mais fundamenta afeta a transmissão da cultura é a que se liga ao ensino, processo didático de transmissão dos conhecimentos, não só conhecimentos universais, como os conhecimentos elementares daquilo que constitui a vida e a expressão do nosso povo. Não é preciso ser um especialista para constatar que, além de só abranger pequena parcela da população infantil do país, o ensino atravessa uma fase precária pela sua orientação e pelos seus processos, desde o primário até o superior, não sendo um de seus piores aspectos aquele que indica os programas a cumprir como sobrecarregados de matérias inúteis, em prejuízo de elementos necessários, forma costumeira de distrair a atenção e de desviar as aplicações dos que o sofrem. O dismantelo da máquina didática, que se denuncia todos os dias, e que aparece, com as cores mais fortes, nos concursos públicos e particulares que constantemente se realizam, aí está, para quem quiser verificar, e os pais verificam diariamente. Isto, sem entrar na análise de sua técnica de transmissão, e de seu conteúdo, em que haveria assunto, não para um artigo, mas para um tratado.

Há que observar, em seguida, as técnicas não sistemáticas, em que algumas, por se terem tornado um hábito, adquiriram, com o tempo, um caráter sistemático evidente: o cinema, o rádio, a imprensa e o livro. Através do cinema, o processo de descaracterização atinge camadas as mais amplas, porque abrange inclusive aquelas não favorecidas pelo ensino, dirigindo-se à percepção visual, e gravando-se com fidelidade, pela reiteração constante. Somos obrigados, pelo cinema, a adquirir hábitos, tendências e sentimentos que não nos interessam, e que são habilmente manipulados por quem tem o mais vivo interesse em orientá-los. Nessa forma de arte, posta ao serviço não só de ideais como de lucros que não são os nossos, tornando-se uma indústria das mais lucrativas, beneficiada constantemente em acordos internacionais de importância, não entramos sequer com o cenário. O que nos é fornecido situa-se em ambientes, termos e tendências que estão longe de terem alguma significação para nós, e isso não ocorre apenas na produção melhor, aquela que se dirige a platéias de melhor compreensão, sendo o esforço exercido na produção destinada ao grande

público, em que se mostra, diariamente, não a conquista do Brasil, pelos bandeirantes, mas a conquista do oeste americano; não a luta dos brasileiros do nordeste contra o invasor holandês, mas a luta dos norte-americanos contra as forças inglesas metropolitanas; não as rebeliões provinciais que caracterizaram a nossa formação, mas os aspectos mais singulares da guerra de cessão. Nesse sentido, nossos heróis não são Antonio Raposo Tavares, ou Fernão Dias Pais, ou Henrique Dias, ou Camarão, ou Negreiros, ou Santo Pedroso, ou Bento Gonçalves mas Custer, Bufallo Bill, Grant, Washington, e tantas outras criaturas, certamente estimáveis, mas que não nos dizem respeito. Se ocorresse a apresentação, vez por outra, de tais episódios e cenários, e personagens, tudo estaria bem, porque nós nos interessamos em saber como vivem e viveram os outros povos. O problema está na apresentação sistemática, com exclusão absoluta do que é nosso. Em vez de nos utilizarmos de uma técnica tão importante de transmissão, em nossa gente, a nossa cultura, isto é a nossa história, como os nossos antepassados resolveram os seus problemas, e como tais problemas se apresentaram, o que aprendemos é como surgiram problemas para estrangeiros, e como estrangeiros os resolveram. Tudo isso fornecido de parceria com elementos de arte, como a música, inteiramente estranhos à nossa cultura e por isso mesmo às nossas preferências. Estaria certo, até alguma medida, se tal desvio, no fim de contas, nos proporcionasse lucros materiais que fossem destinados a fomentar outras técnicas, destinadas, por sua vez, a neutralizar as primeiras pela alimentação de divulgação de coisas nacionais. Mas nem isso acontece, uma vez que a evasão de rendas acarretada pelo cinema é das mais altas e nocivas.

A técnica radiofônica, nova entre nós, e nova no mundo, estaria destinada, no Brasil, conforme o pensamento idealista dos seus iniciadores, a desenvolver um trabalho que o ensino sistemático se mostrava impotente para atender, a divulgação, por toda a extensão nacional, do que fosse nosso, no sentido mais profundamente nosso, desde o ensino didático até a divulgação dos elementos culturais mais nitidamente brasileiros, do culto dos heróis aos conhecimentos da música. A técnica radiofônica, entretanto, movimentando grandes interesses materiais, e constituindo-se num poderosíssimo instrumento de divulgação, deturpou-se seriamente, de tal sorte que nem sequer no setor musical, chegou a fazer alguma coisa de ponderável em favor de uma cultura que se dizia ameaçada mas que, na verdade, está mesmo sossobrando ante o domínio maciço e a invasão avassalante de interesses e motivos já não apenas extra-nacionais, mas positivamente antinacionais. De permeio com o entorpecente da novela seriada, o que chega aos ouvidos de um povo inteiro são os elementos de uma arte rudimentar e falseada, posta em termos que não dizem coisa alguma à nossa gente. Sem falar na máquina de propaganda que, sendo intrínseca nesse meio de transmissão da cultura, nas

condições em que vivemos, está totalmente a serviço de tudo o que, precisamente, se antepõe aos nossos interesses.

No que diz respeito ao livro, em que a invasão do “best-seller” constitui apenas um aspecto, e dos menos maléficos, o assunto demandaria demasiado espaço. Deixamos, também, de apreciar a evolução da imprensa, que deixou, de há muito, de ser aquilo que foi, com Cipriano Barata e Borges da Fonseca, quando o jornalista transportava o seu jornal às costas, fazendo-o independente pela precariedade mesma de sua técnica, para tornar-se a grande empresa comercial e industrial que se constitui, em nossos dias, com todas as suas deficiências, por isso mesmo, desviando-se do que é especificamente brasileiro para entregar-se ao culto do que nos é estranho, sem referir o problema da propaganda, em que caberiam as mesmas palavras relativas ao rádio. Queremos, apenas, e para finalizar, tocar em um ponto que já despertou a atenção geral, ligado à imprensa, e que é aquele que se prende às revistas infantis.

O alastramento da divulgação do “flan” norte-americano representa, na verdade, menos no que afeta aos aspectos morais, com o seu culto da fantasia mais deformada, do banditismo mais desenfreado e dos apelos sexuais mais abertos, mas pelo que afeta à divulgação de padrões e mitos estrangeiros, representa um dos aspectos mais tristes e mais amargos do largo e generalizado processo de descaracterização nacional que vamos atravessando, processo que atinge, no momento, o seu mais alto nível. O que vemos, nesse processo, naquilo que diz respeito às revistas infantis? A mais ampla e a mais profunda difusão, em camadas que o ensino didático não aparelhou suficientemente, de histórias, hábitos e motivos que estão muito longe de serem os nossos, e que são inteiramente diversos de tudo aquilo que é fundamental para a formação da nossa gente. Como são instrumentos de corrupção dos mais evidentes efeitos, tais histórias alimentam o culto de tradições, de feitos e de hábitos que estão muito distante de terem a mais remota ligação com as tradições, os feitos e os hábitos dos brasileiros. Se não podemos fornecer às crianças brasileiras em ensino primário razoável, que ao menos lhes poupemos o desvio, nitidamente antinacional, de se tornarem, pela formação do espírito, criaturas mais estrangeiras do que nacionais.

Se temos de permitir que aos adultos se forneça um alimento espiritual já adulterado na origem, que vem feito e acabado, e apenas se imprime no Brasil, e que não tem qualquer ligação conosco, pelo menos deveríamos estar em condições de poupar à infância deste país, em desabalado processo de descaracterização nacional, que tivessem de admirar e estimar, e até de imitar, não a Manuel Preto, a Negreiros, a Tiradentes, a Caneca, a Benjamin Constant, a Floriano, mas a Hopalong Cassidy, a Tom Mix, a Bob Winslow e quejandos; que a sua

fantasia, em vez de distrair-se com os velhos contos universais de Andersen e de Grimm, se não lhes pudéssemos fornecer o lendário nacional, de Caramuru ao Anhanguera, ao menos não se falseie com a idiota pasmosa dos Super-Homens, do Capitão-América e dos Flash Gordon ...

NACIONALISMO É LUTA CONTRA OS INIMIGOS DO PROGRESSO

Na segunda quinzena de março, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros reiniciou as suas atividades. Abrindo o curso regular, cujas tônicas, este ano, serão fornecidas pelos problemas do desenvolvimento e pelos problemas do nacionalismo, coube ao Coronel Nelson Werneck Sodré, que ali ocupa a cadeira de Formação Histórica Brasileira, pronunciar a aula inaugural que, por decisão da Congregação, versou sobre as “Raízes Históricas do nacionalismo”.

O NACIONALISMO COMO FATO HISTÓRICO

Começou o professor Nelson Werneck Sodré por mostrar que o aparecimento do Nacionalismo no quadro político brasileiro não foi um fato circunstancial, – “na vida das coletividades, disse, nada acontece por acaso, tudo tem o seu momento próprio e decorre de condições concretas”. Mencionou, em seguida, a resistência que opõem ao Nacionalismo os equivocados, os que, no seu dizer “perderam o fio da história”.

Entre estes equivocados, situou os especialistas, que se desumanizam pela especialização, e permanecem de olhos fechados para a realidade. Para mostrar as raízes históricas do Nacionalismo e situar o seu aparecimento adequado, o conferencista realizou três cortes no desenvolvimento da vida brasileira através do tempo: na época da Independência, na época da República, na época atual.

AS RAZÕES DA INDEPENDÊNCIA

Na época da Independência, esclareceu, o Brasil tinha uma população de quatro milhões de habitantes, dos quais um milhão e duzentos mil eram escravos. A economia brasileira apresentava zonas dispersas de produção, com as especiarias amazônicas, o algodão maranhense, o açúcar nordestino, que já sofria poderosa concorrência no mercado externo e atravessava uma crise, a pecuária sulina, em que o charco conquistava o reduzido mercado interno que a mineração; totalmente em ruínas, proporcionara. A sociedade brasileira se definia pelo domínio absoluto da classe dos senhores de terras e de escravos e pela existência de uma população livre sem direitos políticos e sem perspectivas econômicas. Os interesses

metropolitanos conjugavam-se com os da classe dominante, enquanto o açúcar teve posição de primazia nos mercados mundiais. Começaram a divergir, quando aquela posição decaiu, e a espoliação mineradora acentuou a divergência. Quando a Revolução Industrial exigiu a abertura dos mercados mantidos em clausura como os coloniais, coincidiram os interesses da classe dominante aqui e da burguesia européia em ascensão. Daí o papel da Inglaterra no processo de autonomia das áreas coloniais americanas. Ela pressiona pelo comércio livre e pelo trabalho livre, mas só o comércio livre interessa à classe dominante no Brasil. Surge a Independência, assim, conservando a estrutura colonial de produção, com um país sem povo.

AS RAZÕES DA REPÚBLICA

Na época da República, continua o conferencista, o quadro brasileiro já é muito diverso. O Brasil ascendia a catorze milhões de habitantes, e já não havia escravos. A economia sofrera profundas alterações: o açúcar fora alijado dos mercados externos, assistia-se o aparecimento da borracha com enormes esperanças e, principalmente, o café se tornara o produto fundamental, com absoluto predomínio e fornecendo os saldos na balança do comércio exterior. Não só crescera o mercado interno como a fisionomia nacional sofrera grandes alterações com a introdução das ferrovias, do telégrafo, do sistema bancário, dos portos, da vida urbana, já comportando a atividade mercantil específica e a divisão do trabalho e até mesmo atividades industriais apreciáveis. O ensaio pioneiro de Mauá mostrara, com o seu malogro, as resistências coloniais ainda vigentes. Mas haviam novas forças econômicas em jogo, particularmente ativas depois da extinção do tráfico negroiro.

A sociedade também não era mais a mesma. Persistia o domínio da classe dos senhores de terras, – mas estes já não eram senhores de escravos. Essa própria classe cindia-se, progressivamente, porque os interesses da lavoura canavieira, onde o mercado era estreito, não coincidiram com os da lavoura cafeeira, cujo surto motivara as transferências de capitais para a indústria, para os transportes e para o aparelhamento administrativo do país. Ao mesmo passo, definia-se uma classe média que disputaria um papel político e que se constituía especialmente nas cidades, recrutando os seus elementos nas atividades novas e reforçando-os com a contribuição militar. Há trabalhadores, agora. Os do campo estão submetidos a um regime de servidão ou semi-servidão que os inutiliza como consumidores; os da cidade vão, pouco apouco, tornando-se operários. O trabalho servil, pela fraca rentabilidade, fora liquidado e ocorre, então, a composição de forças entre a classe de senhores de terras ligados

à lavoura nova do café, capaz de progredir, com a classe média, em que os militares têm uma função importante. Daí decorre a República, sendo a monarquia “aposentada por inservível”.

Depois da República, a situação se recompõe nos moldes anteriores, lutando a classe dos senhores territoriais para expulsar do poder os elementos de classe média. Isso conturbou o poder de Deodoro e, principalmente, o de Floriano, em cuja figura o conferencista vê a representação típica da classe média. O que se instala no poder, unicamente, é a classe dos senhores territoriais, com os presidentes paulistas, restabelecendo, com Campos Sales, a política que lhes convém. Diz o professor Nelson Werneck Sodré: Esse alijamento se completa quando Campos Sales chega ao poder. Define-se, em seu governo, pela reforma dos empréstimos externos, com o serviço das dívidas previsto no “funding”, pela orientação financeira, que pretende paralisar o assustador desenvolvimento, para a época, de novas empresas – de que o episódio do encilhamento fora uma singular caricatura – e, particularmente, pela chamada “política dos governadores”, que consiste em entregar os Estados às oligarquias, para que os explorassem como fazenda particular”.

AS RAZÕES DO NACIONALISMO

O terceiro corte na análise histórica procedida pelo conferencista focaliza os nossos dias. Aprecia a pressão econômica externa, que cresce a cada dia, disputando o mercado brasileiro, obtendo concessões perto das quais aquela do início da segunda metade do século XIX que dera a uma ferrovia estrangeira o monopólio do transporte, por quase um século, entre o maior centro distribuidor e o maior porto exportador, era apenas amostra. Essa pressão, entretanto, sofre pausas, com a primeira guerra mundial, com a crise de 1929 e com a segunda guerra mundial. Nessas três pausas, a estrutura econômica interna se modifica, e o mercado interno é dominado pela produção nacional. As pausas permitiram, segundo o conferencista, “à capitalização nacional o transitório desafogo em que se vitalizou para enfrentar as pressões inexoráveis que se sucederam a cada uma. Essa capitalização operou-se particularmente pela possibilidade em montar um parque industrial de substituição de importações, com todos os reflexos que isso acarreta espontaneamente, e pela possibilidade em transferir recursos de um campo para outro, do campo agrícola para o campo industrial, do campo do café para o do algodão, etc”.

Do ponto de vista social, o fato mais importante é o irrompimento, no cenário nacional, de uma classe trabalhadora em que o operário define politicamente o seu papel e que

resiste à sistemática “socialização das perdas” que a classe dos senhores territoriais empreende. A disputa pelo mercado interno, entre o investidor nacional e os monopólios estrangeiros, faz com que se defina uma burguesia nacional, cujos interesses coincidem com os da maioria da população, agora, aproximando-se dos setenta milhões de habitantes. Nesse novo quadro econômico e social é que surge o Nacionalismo.

POR QUE NACIONALISMO?

“Por que nacionalismo?” – Interroga o conferencista. E responde. “Porque, agora, são as forças econômicas e a terna o mais poderoso obstáculo ao nosso desenvolvimento, e os seus aliados internos declinam em resistência, já não tutelam o país. Realizar-se nacionalmente, para um país de passado colonial, com estrutura econômica subordinada a interesses externos, corresponde a uma tarefa em muitos pontos idêntica àquela que os países europeus realizaram, no alvorecer da Idade Moderna, pela derrota dos remanescentes feudais e pelo avanço na capitalização”. Para acrescentar: “O Nacionalismo apresenta-se, assim, como libertação. É de seu conteúdo libertário que provém o teor apaixonado de que se reveste e que faz com que os seus opositores o vejam mais como paixão do que como política. Convém frisar, no caso, que não existe paixão do abstrato, e que o Nacionalismo traduz uma verdade – a verdade do quadro histórico, e a verdade é sempre concreta”.

Aprecia, depois, o aparecimento espontâneo dos fatores que levaram ao nacionalismo, como uma de suas fraquezas. Explica as diferenças entre o nacionalismo brasileiro e outras formas de nacionalismo, como aquelas que levaram ao fascismo e ao nazismo. Aqui, afirma, o Nacionalismo é o próprio suporte do regime democrático, a garantia de sua continuidade. Mostra, finalmente, que as forças antinacionais buscam, neste momento, minar a união entre as classes interessadas no Nacionalismo, com uma política de desespero, que se define nas difíceis condições de vida do povo, lançando-o em reivindicações que podem separá-lo da burguesia nacional interessada no desenvolvimento. Diz: “Daí os perigos de uma política econômica e financeira que gera as condições de incerteza e propicia as de subversão, e as anomalias de exportar capitais em um país faminto de capitais, de criar dificuldades ao aparelhamento das empresas que operam com capitais nacionais, de sistematizar a desesperança dos que têm direito de esperar tratamento igual senão preferencial, pelo simples fato de aqui viverem, investirem e trabalharem”.

Conclui, comparando o que é velho e o que é novo, no Brasil de hoje: “Novo é, pois, o povo. Nada ocorrerá mais sem a sua participação. Nova é a indústria nacional. Volta Redonda é o novo que altera a paisagem brasileira e a Petrobrás é o novo que afirma a nossa capacidade de realização sem interferências. Novo, em suma, é o Nacionalismo, que corresponde ao que nos impulsiona para a frente e rompe com o que nos entrava e entorpece. Entre o novo e o velho, a escolha não é difícil. Entre o passado e o futuro, a dúvida não existe. Nós escolhemos o futuro. Nós não pretendemos “perder o fio da história”.

BRASIL, 1967. SITUAÇÃO E PERSPECTIVAS

Três anos e meio decorridos sobre os acontecimentos de abril de 1964, quando o processo democrático, em nosso país, foi interrompido, permitem já estabelecer um balanço da situação. A necessidade desse balanço não deriva tanto do tempo decorrido quanto da constatação de mudanças que alteraram o quadro. Não são grandes mudanças, certamente. Isso leva algumas pessoas, preocupadas apenas com as grandes contradições, com objetivos finais, a desprezá-las. É uma atitude base científica: o conhecimento das mudanças, ainda que em escala quantitativa, o exame das contradições menores, e não apenas daquelas que marcam as inflexões da História, os seus momentos decisivos, é necessidade imperiosa. A atitude contrária importa em fatalismo, importa na espera, praticamente passiva, de que ocorram as grandes mudanças, as qualitativas, para eu então, e só então, se exerça a análise e se estabeleçam rumos. É convite à alienação.

Entre abril de 1964 e os dias que estamos vivendo houve mudanças, no quadro internacional, cuja influência na situação brasileira deve ser reconhecida como importante; houve mudanças no quadro interno, cuja importância pode ser discutida, mas cuja existência não pode ser negada. Cumpre examinar todas essas mudanças e as suas inevitáveis conexões. É preciso tomar consciência dessas mudanças, compreender-lhes a significação, o sentido, o alcance, a profundidade; sem isso, as formas de ação correm o risco, muito comum, entre nós, e não só entre nós, do descompasso entre o objetivo e o subjetivo, entre as condições reais e aquelas que supomos reais, levando a erros, desvios, incompreensões, dispersão de esforços e, algumas vezes, derrotas ou debilitamentos.

SITUAÇÃO INTERNACIONAL

Entre abril de 1964 e os dias que correm, ocorreram acontecimentos importantes no quadro internacional; outros, já em desenvolvimento sofreram alterações significativas. A guerra no Vietnã, por exemplo, já pertencia ao quadro real, em abril de 1964, mas é inegável que apresenta, hoje, aspectos diferentes; a crise do Oriente Médio estava em fase de pausa, em intervalo de características mais ou menos pacíficas, entrando em fase explosiva, com a agressão de Israel ao Egito, Síria e Jordânia; – o problema negro nos Estados Unidos, era um, naquele momento, é outro, agora, depois dos dias agitados de agosto de 1967. Se há o traço geral de turbulência – que caracteriza a fase de transição em que vivemos – surgiram aspectos

particulares que é preciso considerar com atenção. Até que ponto se refletem no Brasil os efeitos dos acontecimentos particulares que assinalam o quadro internacional, até que ponto influem em nossos destinos tais acontecimentos? Esta a indagação fundamental.

Partindo do geral para o particular, cumpre destacar a divisão óbvia entre o mundo socialista e o mundo capitalista; o período de que nos ocupamos tem como pano de fundo ainda essa divisão; ela permanecerá no palco por tempo que não é possível prever. O novo, a esse respeito, está no fato de que persiste e se avigora a possibilidade e continuar divisão, mas sem gerar, como solução, uma guerra, a guerra nuclear, que destruiria o mundo. Claro que o movimento pela paz, de que a política de coexistência pacífica representa a forma ativa, cresceu extraordinariamente, no período de que tratamos; tornou-se insustentável defender abertamente a saída pela guerra, a solução pela destruição do mundo; os que adotam a posição de defender uma saída assim desesperada disfarçam a pregação, afirmando, quando fazem a guerra, que a fazem para preservar a paz, e isto já é, por si só, o reconhecimento de que é insustentável a posição dos que adotam a saída pela guerra, essa posição já não se pode apresentar sem disfarces, é obrigada a travestir-se para poder ser defendida.

Mas há guerras ainda, evidentemente, as chamadas guerras localizadas, há atos de agressão militar; intervenções militares, luta armada, em algumas áreas do mundo. O problema tem consistido em mantê-las nesse caráter, de conflitos limitados; há, no mundo todo, o sentimento de deter a expansão desses conflitos, de impedir que se alastrem e que venham a se tornar origem do grande confronto destruidor. O fato é que a guerra tornou a guerra inexequível, em processo dialético: ela cresceu tanto, desenvolveu tanto os meios de morte que gerou o seu antípoda. Claro que existe sempre a possibilidade da aventura tresloucada, do impulso dementado; mas ninguém, hoje, ousa assumir a responsabilidade desse monstruoso crime, condenado pela opinião universal. Não existe a guerra, nas grandes proporções permitidas pelo avanço da ciência, mas existe a economia de guerra, decorrente da preparação para um conflito que o mundo teme e repudia. A economia de guerra coloca o problema da militarização da economia. Não há guerra, mas é preciso manter sempre em suspenso a sua ameaça, para possibilitar os gigantescos investimentos guerreiros e militares. Isso traz a primeiro plano o militarismo, cujas implicações econômicas e políticas são profundas. O quadro que se apresenta, no momento, é o dos índices crescentes da produção para fins bélicos, dos orçamentos militares descomedidos e, conseqüentemente, dos pesadíssimos ônus que trazem aos povos. Ao mesmo tempo, acompanhando esse processo, de que o complexo industrial-militar, no caso norte-americano é caracterização suprema, surge a militarização da política, que é apenas a forma nova que as tendências nazistas e fascistas

assumem, disfarçando-se. Ver apenas o lado negativo do problema é omitir e deformar as verdadeiras dimensões da realidade. Na medida mesmo em que se processa a militarização da economia e da política cresce e se alastra a resistência a essa expansão. O fato novo, no que diz respeito ao caso dos Estados Unidos, é a resistência cada vez mais acentuada ao processo de militarização, ao mesmo tempo que se desvendam os seus segredos: atrás dessa militarização, estão os grandes monopólios, está uma economia em crise. A militarização e as guerras localizadas são válvulas, as únicas que, nas condições do sistema vigente, aquela economia encontra, para atenuar, disfarçar ou transferir a crise. Isso é sintoma de desenvolvimento? Parece que não; é sintoma de debilitamento.

Vejamos de perto os conflitos localizados, ditos limitados. Em 1952, tivemos um deles – com graves reflexos no Brasil, aliás – o da Coreia. Falou-se muito no envio de tropas brasileiras para aquele país, onde os norte-americanos encontraram resistência tenaz à ocupação e, depois, à agressão; surgiu a resistência à idéia do envio de tropas, essa resistência foi encarada como subversiva, houve prisões, torturas, mortes, mas não se concretizou o envio de tropas. Os norte-americanos foram obrigados a aceitar negociações, o país ficou dividido, para manter a parte que lhes coube, tiveram de mantê-la sob ocupação. O nível atingido pela consciência popular, quanto ao problema em si, não foi dos mais altos.

Com a expulsão dos franceses do Vietnã, os norte-americanos julgaram-se herdeiros da situação: a resistência interna cresceu; o país estava já dividido, com a Coreia. O Vietnã tem sido para os norte-americanos, como um atoleiro, quanto mais se envolvem na ocupação e na guerra, mais se enterram. Qual a diferença entre as duas guerras localizadas, a da Coreia e a do Vietnã? A diferença está, particularmente, no grau de isolamento a que chegou o governo norte-americano; em relação à Coreia, tiveram condições de apresentar-se como salvadores; no mundo todo, houve parcelas grandes da opinião que acreditaram nisso. Não acontece o mesmo em relação ao Vietnã: a agressão norte-americana aparece, diante do mundo todo, criminosa. Mais grave do que isso: nos Estados Unidos, mesmo, a compreensão do fato assume proporções crescentes; de problema externo, o Vietnã tornou-se problema interno. Tudo isso vem a propósito do problema seguinte: o imperialismo está mais forte, mais prestigiado no mundo, mais acatado? A resposta é negativa: entre a guerra da Coreia e a guerra do Vietnã o mundo mudou muito. A condenação à agressão norte-americana é hoje, universal, abrangendo inclusive amplos setores da opinião norte-americana mesmo. Isto significa que, mesmo para travar guerras localizadas, as condições do imperialismo são menores do que antes. No Brasil, é possível atacar a política norte-americana no Vietnã, e nem se fala em enviar tropas brasileiras àquele país. Mudou o imperialismo? Não, – mudaram

as suas possibilidades, reduziram-se.

Este é um problema anterior aos episódios de abril de 1964, entretanto. Mas o Oriente Médio não é, como fase de choque militar, evidentemente. Que aconteceu no Oriente Médio? O imperialismo espoliou Israel, dando-lhe a tarefa importante de deter o processo de avanço democrático dos povos árabes vizinhos, particularmente o Egito e a Síria, – um dos aspectos mais importantes do desenvolvimento político em escala mundial. O problema do Oriente Médio não é visto com a mesma clareza pela opinião no mundo porque nele se inserem, e o desfiguram, aspectos formais e secundários, o do antisemitismo, o do direito de terem os judeus uma pátria territorial, por exemplo. Na medida em que o problema evolui, entretanto, os aspectos essenciais surgem em primeiro plano, desembaraçando-se dos aspectos formais: verifica-se a anomalia de possuir um povo pequeno poderio militar imenso que não tem ligação alguma com as suas reais possibilidades, como se verifica os laços que unem Israel a governos do tipo do da Alemanha Ocidental, em que os remanescentes nazistas, responsáveis pelos genocídios de judeus há bem pouco, dirigem o Estado. O problema do Oriente Médio apresenta-se, assim, como um dos aspectos mais evidentes da guerra fria. O objetivo da agressão israelense era deter o avanço democrático nos países árabes e romper a unidade entre eles, assegurando aos monopólios petrolíferos mantidos pelo imperialismo naquela área as condições de continuidade em seus lucros. Tais objetivos foram alcançados? A realidade é que não o foram: nem os regimes em mudança, no Egito e na Síria, foram derrubados, nem os monopólios petrolíferos conseguiram condições estáveis de exploração. Muito ao contrário: embora esteja longe de uma solidez significativa, o mundo árabe deu um passo à frente, no sentido da unidade, os regimes em desenvolvimento democrático consolidaram-se mais.

Derrotado no Vietnam, onde corre o risco de ter de levar o conflito aos países vizinhos, derrotado no Oriente Médio, onde perdeu posições, o imperialismo norte-americano verifica o impasse em que se colocou, e esse impasse tem reflexos cada vez mais profundos na política interna dos Estados Unidos, onde crescem aceleradamente as resistências a uma orientação desesperada, que só tem levado, através de guerras e ditaduras militares, a sucessivas derrotas e fracassos. Tudo isso se soma aos problemas e contradições, que se agravam com o tempo, em relação a aliados antigos, como a França, que assume, com firmeza, posição independente, recusando-se a partilhar das aventuras bélicas que os Estados Unidos empreendem no mundo e que lhe proporcionaram, até agora, apenas, o ódio do mundo. Às dificuldades políticas, somam-se, nos Estados Unidos, as dificuldades econômicas e financeiras, estreitamente entrelaçadas sempre: a desvalorização do dólar começa a exigir medidas, da parte dos que aceitam como moeda universal, o balanço de pagamentos apresenta

índices crescentes de sentido negativo, o abandono da parcela orçamentária destinada ao bem-estar de numerosas camadas da sociedade corresponde ao crescimento das parcelas orçamentárias destinadas às aventuras bélicas: o paupérrimo está financiando as derrotas.

O imperialismo norte-americano está mais forte? Não, ele está apenas mais desesperado. Daí a crescente pressão sobre as áreas que oferecem possibilidades mais amplas ao seu exercício, a América Latina com destaque especial. Trata-se de assegurar o domínio desse vastíssimo e empobrecido quintal: os recursos consumidos em aventuras como a do Vietnã são daqui retirados, em boa parte, e precisam crescer na medida em que as derrotas no mundo se somam e se avolumam. Daí a forma que assume, de algum tempo a esta parte, a intervenção norte-americana nos negócios internos dos países latino-americanos; a exigência de governos autoritários, de ditaduras militares, de submissão total. Algumas pessoas vêem apenas um dos lados do problema: como os Estados Unidos são, realmente, um país poderoso, sob muitos pontos de vista, particularmente o bélico, o aumento e o caráter ostensivo que a pressão imperialista apresenta leva tais pessoas ao desalento. Ao ver de observadores assim unilaterais, é de todo impossível resistir, por falta absoluta de condições, à brutal intervenção norte-americana. Outros, mais desesperados, opinam pela forma esquemática de uma retirada para o interior, para o campo, e pela organização de guerrilhas. Supõem que tal seja a forma de resistir, quando essa é precisamente a forma de ajudar, embora de maneira inconsciente, as ações intervencionistas norte-americanas.

Os órgãos de opinião colocam sempre em destaque, e não por coincidência, toda e qualquer tentativa de bandos armados que repontam, aqui e ali, no continente, enquanto omitem cuidadosamente as graves contradições que se aprofundam entre a ação imperialista e as forças nacionais de classes as mais diversas, contradições que constituem base objetiva muito mais sólida do que aquela que poderia constituir suporte para uma luta armada de caráter guerrilheiro, no continente. A verdade é que o imperialismo, já sem possibilidades de disfarçar as suas intervenções desmoralizada a tese de que elas se destinariam a “defender a democracia” – na medida em que, enfraquecida, se torna desesperado, encontra as resistências também enfraquecidas pela divisão nas forças que, unidas, teriam condições para enfrentá-lo, na América Latina.

A divisão no campo socialista, em escala mundial, decorrente dos rumos tomados pelo governo da China, representa inequívoco serviço prestado ao imperialismo. Seus reflexos em todo o mundo, correspondem ao enfraquecimento, em escala mundial, das possibilidades de resistência às intervenções do imperialismo. Na América Latina o fenômeno assumiu, ultimamente, aspecto caracterizado, com a realização da conferência da OLAS, em Havana.

Uma das condições que permitiram à revolução cubana continuar a desenvolver-se, apesar da gravíssima ameaça que a vizinhança e a disparidade de forças com o imperialismo norte-americano representam, foi sempre a solidariedade da opinião mundial, independente de posição ideológica, à base da tese de não-intervenção. Pois a conferência da OLAS – não até o ponto em que o noticiário de fontes imperialistas quis fazer crer – representou a tentativa, da parte de alguns participantes, de romper com essa tese, de rasgá-la, proclamando outra, a sua antípoda, a do direito de intervenção nos demais países do continente, para dispor as normas a que deveriam obedecer as forças que, neles, resistem ao imperialismo, fixando, inclusive, o caráter, o sentido e as formas de resistência. Tal tentativa de exportar a revolução antes ajuda do que resiste à intensa exportação da contra-revolução, que o imperialismo vem realizando, cada vez com mais violência e cada vez em caráter mais ostensivo.

É preciso considerar, em primeiro plano, que a necessidade em que o imperialismo se encontra de exportar a contra-revolução é antes um indício de fraqueza do que de força, é a confissão objetiva de que se reduzem, para ele, as condições de deixar a cargo, unicamente, das forças internas de cada país, o problema de deter o impulso pela libertação. Do mesmo modo, a tese de exportação da revolução, partindo de um foco orientador externo, que passa por cima das forças organizadas de cada país, empenhadas na resistência ao imperialismo, revela o desconhecimento de condições reais, a negação do processo revolucionário e, no fim de contas, uma confissão de fraqueza que não tem nenhuma razão de ser. De qualquer forma, como, em política, julgam-se os efeitos e não as intenções, essa intervenção representa um divisionismo que antes ajuda ao imperialismo do que a resistência a ele. O simplismo pseudorevolucionário vai mais longe quando chega a defender a tese de que os países socialistas não deveriam manter relações comerciais com os da América Latina, quando tais relações constituem uma das formas objetivas da coexistência pacífica. Esquecendo, por último, a importância política, o conteúdo revolucionário da paz, há mesmo criaturas desesperadas que acalentam a idéia de que caberia à União Soviética resolver cada um dos problemas que o mundo em transformação apresenta com a fórmula rudimentar de atirar uma bomba atômica. Claro que dispensa comentários uma posição desse teor, tão dementada quanto a dos “falcões” do imperialismo, que a defende também, com a diferença, no caso, de que a bomba atômica atirada seria norte-americana.

Cabem, aqui, algumas conclusões:

- o imperialismo está sendo derrotado no conjunto das lutas que se travam no mundo, embora alcance, ainda, vitórias parciais, aqui e ali;
- o desenvolvimento do processo de sua derrota não significa, de modo algum, que

tenha perdido a sua força, não devendo ser subestimado;

– as formas brutais de intervenção, o caráter ostensivo que assume, denunciam debilitamento e não fortalecimento do imperialismo;

– a divisão no campo socialista representa considerável entrave ao processo de liquidação do imperialismo em escala mundial;

– essa divisão provoca e fortalece a divisão, no campo interno de cada país vitimado pela agressão imperialista ou pela sua intervenção, das forças capazes de resistir;

– continuando o imperialismo norte-americano a representar o maior obstáculo ao desenvolvimento e à libertação dos povos, a luta contra ele deve unir todas as forças interessadas em derrotá-lo.

A SEGURANÇA E O DESENVOLVIMENTO

Para a análise do quadro interno brasileiro e das diferenças entre a situação de abril de 1964 e a atual, podemos partir, sem graves inconvenientes, de alguns conceitos e categorias de uso corrente na linguagem política entre nós. Os de segurança e de desenvolvimento, por exemplo. O governo passado, caracterizado particularmente pela orientação econômica e financeira do Sr. Roberto de Campos claro que estreitamente entrelaçados, punha ênfase no conceito de segurança face ao desenvolvimento. Em linhas gerais, o esquema de raciocínio político obedecia ao seguinte: o mundo está dividido em dois blocos, o capitalista e o socialista, o ocidental e o oriental; pertencendo ao bloco capitalista e ocidental (aqui se incluía, para adoçar a pílula, o conceito de cristão), o Brasil tem a sua sorte ligada à desse bloco comandado pelos Estados Unidos; em consequência, tudo o que fortalece os Estados Unidos deve ser aceito, tudo o que enfraquecer a posição dos Estados Unidos deve ser repudiado, orientação traduzida, com exemplar clareza nas palavras do nosso embaixador em Washington, quando disse: “O que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil”. Nos próprios Estados Unidos, certo dirigente político que, como tantos outros ali, era grande dirigente de monopólio, havia já esclarecido: “O que é bom para o General Motors, é bom para os Estados Unidos”. Ligar uma forma a outra não é difícil e está em perfeita consonância com a realidade; assim, seria verossímil afirmar, em generalização, que o que é bom para os grandes trustes e monopólios, é bom para o Brasil. Enunciado assim, entretanto, o princípio encontraria repulsa, porque ostensivo em seus propósitos e finalidades. A defesa de tais princípios deve ser sempre disfarçada o que é mais uma prova de que já não pode ser claramente apresentada, precisa disfarçar-se.

Em consequência, colocando ênfase no conceito de segurança, em detrimento do desenvolvimento – um e outro aqui mencionados como tais como os entendem os detentores do poder, em nosso País – o governo anterior obedeceu a uma política drástica que colocou os interesses do Brasil, mesmo tomando os interesses das classes que participavam ainda do poder como sendo os do nosso País, inteiramente a mercê dos interesses dos monopólios norte-americanos. Segurança, no caso, era o resguardo desses interesses, evitar que as suas ações fossem criticadas e menos ainda ameaçadas; era admitir que qualquer idéia contrária a tais interesses era subversiva e criminosos passíveis de ação policial, os que as defendessem. É evidente que, para obedecer a tais tendências, o desenvolvimento teria de ser inteiramente sacrificado ainda que considerado apenas e rudimentarmente como alcançar determinados índices de produção, tomados como brutos sem indagar da qualidade deles. Uma política dessa natureza não poderia ter outro resultado que não a estagnação, e a estagnação denunciou-se, em todos os planos.

O novo governo proclamou que colocaria a ênfase no desenvolvimento, sem descurar da segurança; prometeu empenhar-se no sentido de retomar um ritmo de crescimento econômico que constituiria, em certa fase, anterior ao golpe de abril de 1964 um dos aspectos mais importantes da vida brasileira. Foi suficiente a enunciação de tais idéias para criar antagonismo entre os poucos que defendiam a política econômico-financeira anterior e os muitos que defendiam a sua alteração.

Pouco depois de definida a diferença entre as duas orientações, o comandante da Escola Superior de Guerra fez uma declaração interessante: o mundo não estava dividido entre capitalismo e socialismo, mas entre desenvolvidos e subdesenvolvidos. Os exigentes não encontraram nada de importante nessa declaração, mesmo porque aquela autoridade reafirmava os perigos configurados nas guerrilhas.

Ora, havia incontestavelmente alguma diferença: a divisão do mundo agora adotada estava em consonância com a ênfase que o novo governo colocava no desenvolvimento e não na segurança. A referência às guerrilhas destinava-se a mostrar que o novo governo continuava atento ao problema da segurança, apesar de colocar a ênfase no do desenvolvimento.

É claro que declarações de princípios representam meras intenções. Mas o fato é que, no terreno concreto do plano das decisões, o novo governo desviou-se da fôrma metálica a que o anterior havia submetido o país. Em que ficou evidenciado esse desvio? Em relação aos operários? Não. Em relação aos camponeses? Não. Em relação a determinadas camadas ou grupos da classe média, como o dos estudantes? Também não. Os estudantes continuaram a

apanhar da política, para que ficasse bem claro que o problema da segurança continuava a ter importância para o novo governo. Os operários continuaram a ganhar menos, como os camponeses continuaram a ganhar pouco, quando ganhavam, para provar que no fundamental, a política anterior – de estabilizar à custa do salário estava de pé. Mas é incontestável que, no terreno tributário, no terreno fiscal, no terreno creditício, o novo governo aliviou a carga a que estava submetida a burguesia. Qual a diferença, então, entre a política do governo Castelo Branco e a política do governo Costa e Silva, no campo econômico e financeiro? A diferença pode ser encontrada na área da burguesia; o novo governo folgou essa área. Que razões teriam levado a isso? Uma razão evidente: a burguesia tem participação no governo Costa e Silva, exerce sobre ele uma influência muitíssimo maior do que a que exercia no governo anterior que quase a deixou, claro que a burguesia nacional, não aquela que se submeteu ao imperialismo, que a deixou praticamente de tanga.

Que significa, em termos concretos, colocar a ênfase no desenvolvimento, e não na segurança? Significa retirar da estagnação a produção brasileira, alargar o mercado, tonificar a atividade em todos os setores. As medidas do governo, no sentido de aliviar a carga da burguesia, serão suficientes para isso? Parece que não. Elas foram suficientes para permitir uma pausa, um desafogo, mas não são suficientes para a retomada dos índices de desenvolvimento. A burguesia, por isso, está pretendendo mais, está exigindo mais. E está deparando uma linha de resistência, que é o contorno dos limites em que o desenvolvimento esbarra com o imperialismo. E por isso surgem os problemas que começam a suscitar controvérsia e até escândalo: problemas ligados à nossa posição no GATT, problemas ligados à nossa posição ante o FMI, problemas ligados ao café e particularmente à sua industrialização interna, que deixa furioso o truste norte-americano do solúvel.

Conferir ênfase ao desenvolvimento é sem a menor dúvida, chocar-se com o imperialismo. Na mesma medida em que a burguesia mostra que as alterações até agora introduzidas na economia são insuficientes para permitir a expansão dos negócios, verifica que atingiu também ao limite em que tais alterações podem surgir de seu esforço isolado. Para enfrentar os problemas que o desenvolvimento apresenta é preciso, daqui por diante, travar uma luta em que, isoladamente, ela não tem condições para esperar triunfos. Apresenta-se então o quadro em que precisa constituir base política indispensável para as lutas que se abrem. Preliminarmente, para a constituição dessa base política, trata-se de alargar a área do salário. Ora, para tudo isso, em termos políticos, a estrutura montada com rigor e método, pelo governo anterior, que a elaborou visando a eternidade, representa trambolho de proporções intransponíveis. Para enfrentar o desenvolvimento é necessário, pois, alterar as

bases políticas em que repousa o poder, é indispensável alargá-las. E para alargá-las, toda a legislação levantada pelo governo anterior deve ser revista. Não é por acaso que começa a crescer de novo e agora com vigor o interesse a respeito da constituição de uma frente política capaz de solucionar o impasse a que o País foi conduzido. Não poderá o desenvolvimento ser retomado sem a redemocratização.

COMPOSIÇÃO DAS FORÇAS

A interrupção do processo democrático brasileiro, em abril de 1964, assinalou um momento de ruptura no equilíbrio das forças presentes no desenvolvimento da sociedade brasileira. O episódio assinalou, assim, o contraste entre o esforço malgrado para uma composição de forças, no sentido de assegurar aquele desenvolvimento esforço que malogrou, concretizado na formação de uma frente política, cujo programa estava em discussão, e uma composição de forças, no sentido de interromper o referido desenvolvimento, e que acabou por triunfar rapidamente. Derrotadas, politicamente, as forças que pretendiam a continuidade do processo democrático, foram derrotadas militarmente; a derrota provou o malogro na composição, o isolamento a que foram levadas as forças do avanço, as mais consequentes. A interrupção do processo democrático resultou da unidade episódica de forças bastante heterogêneas, cobertas por intensa propaganda, que obscureceu o verdadeiro caráter do golpe militar. Para a derrubada do governo conjugaram-se o imperialismo, que preparou longa e meticulosamente a operação cirúrgica do golpe militar, o latifúndio alarmadíssimo com o avanço da idéia de reforma agrária, a burguesia, na sua totalidade, inclusive a parcela nacional, temerosa da radicalização do processo político, e camadas numerosas da pequena burguesia. Algumas dessas forças estavam interessadas numa ação de caráter limitado, que se resumisse em deter a radicalização, em extirpar a “agitação”, em assegurar os privilégios de que desfrutavam; finda tal ação, tudo retornaria ao molde, como ocorrera em atos idênticos e anteriores. Outras, particularmente o imperialismo, estavam interessadas numa ação em profundidade, de caráter duradouro, afetando a estrutura do Estado que também lhes assegurasse os privilégios mas em caráter permanente, eterno se possível. Sabemos bem que acabou prevalecendo esta segunda e poderosa corrente: na realidade, o golpe militar assumiu seu caráter verdadeiro a 8 de abril, quando foi baixado o Ato Institucional número 1. A partir desse aprofundamento, a frente espontânea que resultara da composição de forças destinada a interromper o processo democrático, começou a sofrer desfalques.

Na análise do processo reversivo, de deterioração da frente formada para a ruptura do

processo democrático, não é preciso, evidentemente, considerar forças como a do operariado, ou do campesinato, que pertenciam ao lado oposto. Claro que, pela ação de presença, quando menos elas influíram no conjunto do processo de reversão, mas, como alvo predileto das forças que se haviam unido para o golpe militar, tiveram sua ação política reduzida ao mínimo e, assim, pouco apareceram no quadro em que começou a operar-se a referida reversão. As classes e camadas a que essa reversão esteve mais ligada foram a burguesia e particularmente a pequena burguesia. O fato é que parcelas e grupos numerosos e importantes de um e de outra se afastaram da frente que assumira o poder e lhe dava forma, a partir de 8 de abril. E na medida em que o caráter do movimento se revelava, na medida em que atendia aos privilégios e necessidades, não de todas as forças que havia se aliado para o golpe, mas apenas os de parte delas, com o imperialismo em destaque, as demais afastaram-se com maior celebridade. Burguesia e pequena burguesia se distanciaram aos poucos mas progressivamente, não como um todo mas através de parcelas, na medida em que o caráter do movimento se definiu e se acentuou. Verificaram terem sido vítimas, quando esperavam ser beneficiárias. Num primeiro tempo, pelo menos, conservaram-se no limbo: distanciando-se da frente a que haviam pertencido, não se aproximavam, por outro lado, das forças que haviam ajudado a derrotar, e cujo retorno temiam, apesar de tudo. Disso resultou a perplexidade e a confusão que o quadro político brasileiro apresentou, ao longo de muitos meses.

Não é possível raciocinar, em termos políticos, no Brasil, à base da divisão de abril de 1964; a divisão, agora é outra. Carece de significação, de um modo geral, a posição que indivíduos, personagens, forças tiveram em abril de 1964; isso não é uma culpa inextinguível, um pecado mortal. Para a avaliação das forças, nos dias atuais, há que considerar o comportamento e os interesses e necessidades dos indivíduos, pessoas e forças, nos dias atuais, e não antes.

Os que admitem a situação dos dias atuais como a de abril de 1964 e disso tiram todas as consequências, estão colaborando com a permanência do impasse em que nos colocamos, estão reforçando, claro que inconscientemente, na maioria dos casos, a situação que proclamam combater, que se dizem interessados em destruir.

A proposição de objetivos distantes e de reformas impossíveis, para as quais não há condições, para as quais não se dispõe de forças, representa, aliás, mera justificativa para a inação, na maioria dos casos, em vez de representar uma espécie de comprovação revolucionária. A insistência no erro e a violência de linguagem não provam coisa alguma; política não se faz à base de boas intenções, ou de boas idéias, mas a partir dos dados que a realidade apresenta, com o esforço para modificá-los, se eles nos desagradam. De qualquer

forma, a sanção da prática é inapelável.

A rígida política do governo anterior – que o novo governo não teve condições para alterar, em sua essência, embora tenha atenuado alguns de seus efeitos – acarretou a fragmentação da frente em que se compuseram as forças que interromperam o processo democrático, em abril de 1964. Muitas dessas forças desligaram-se daquela frente; outras encontraram saída na formação de um novo governo, o atual. Se dúvida houvesse aliás, a respeito de diferenças entre o anterior e o novo governo, bastaria, em regime de força, o fato de ter ocorrido mudança do detentor do Executivo para verificar que alguma existia, desde logo, e apenas se acentuou. Uma ditadura não muda o governante, a mudança, significa ausência de sólida unidade, de base firme. A consequência, positiva sob todos os aspectos, apresenta a dúvida, para forças que se dispuseram a abandonar a frente de abril de 1964: firmar acordo com a oposição, enfileirar-se com ela, participar da frente que se dispõe à redemocratização do país, ou acompanhar o novo governo e, participando dele, alcançar as alterações que terminem pela redemocratização? A perplexidade política atual deriva, na área política, dessa dúvida, de sorte que, tanto na área do governo como na área da oposição há pessoas, grupos e forças que se esforçam pela redemocratização. A falta de um nítido e ostensivo limite entre elas, as de dentro e as de fora do governo, proporciona a confusão aparente do quadro.

Uma frente, uma composição de forças, é heterogênea por definição; encerra contradições internas, gera a luta interna. Não há nisso tudo algo de novo. Enquanto a coesão, pelos objetivos comuns, excede a tendência à divisão, pela preponderância das contradições, a frente existe. Desde logo, é fácil verificar que sua duração é limitada, tão limitada quanto os seus objetivos, não se podendo marcar em termos de tempo. No momento existe, no Brasil, uma frente que se esforça pela redemocratização, uma composição de forças destinada ou interessada em destruir o regime estruturado à base dos Atos Institucionais e de uma legislação restritiva dos direitos políticos e individuais. Há uma defasagem entre a existência da frente e a sua organização; esta é que está em atraso. Uma das causas do atraso em sua organização está na dúvida diante do novo governo, em que há, também, forças interessadas na redemocratização, misturadas às que se opõem à redemocratização.

O quadro político estreitou no Brasil pela marginalização das forças mais importantes. O resultado aí está: no jogo de avanços e recuos, de acomodações e de incertezas, nas ações individuais, nos episódios que crescem e se apagam, sem resultados aparentes. Qual a razão disso? A razão está, precisamente, na ausência das forças, as que dão vigor real ao processo político, conferem-lhe o conteúdo mais profundo. Enquanto a atividade política permanecer,

como agora, apenas nas áreas da burguesia e da pequena burguesia, esforçando-se, no todo às vezes, por suas parcelas mais dinâmicas quase sempre, para superar o impasse e criar condições para a redemocratização, os traços serão estes mesmo; só a partir do momento em que reingressarem na arena forças das classes mais numerosas e menos favorecidas da sociedade brasileira o operariado e o campesinato o processo político se ativará e ganhará contorno mais nítido.

Enquanto perdurarem as condições vigentes, enquanto persistir a legislação que marginaliza e pune tais forças, o quadro político continuará oferecendo a sucessão de episódios com as características antes apontadas. A verdade, entretanto, é que o reingresso das forças populares mais poderosas na arena política só será possível quando se tiver rompido o instável equilíbrio em que vivemos, quando a luta pela redemocratização tiver atingido etapa mais avançada. Esperar, pois, de tais forças, ações e organização, como se dependesse isso de atos de vontade apenas, será esperar em vão; colocar objetivos só alcançáveis com a presença ativa delas, é trabalhar inutilmente, esperando o que a realidade não pode proporcionar.

O grande objetivo, nos dias que correm, é romper a camisa de força em que o país está metido, alcançar a redemocratização na certeza de que ela só será alcançada por conquistas sucessivas, por lances em que cada um se apóia no anterior, em consequência de árdua luta, em que as vitórias parciais só poderão ser alcançadas se a luta for travada por um conjunto de forças, por uma frente – e, aqui, não é demais mencionar que a “frente ampla”, de que a imprensa tanto trata é apenas uma das formas da frente necessária, aqui vista no geral. Antes do mais, é preciso considerar que não se pode de maneira alguma subestimar as forças que insistem em manter a atual estrutura de poder. Mesmo entre as forças que lutam para rompê-la há temores de que essa luta leve a consequências mais avançadas do que o simples rompimento, levem a um retorno à situação anterior a abril de 1964. Há sempre revolucionários que, no fundo, temem a revolução; que dizer daqueles que limitam seus anseios a alterações menores? Isso não quer dizer, de forma alguma, que essas alterações menores – no caso das conquistas que assinalam a redemocratização – careçam de importância. Muito ao contrário: elas têm grande importância, porque desequilibram o sistema de forças, geram uma nova correlação de forças, em nível mais alto.

PROCESSO E OBJETIVOS

Do ângulo objetivo, a estrutura de poder montada pelas forças que interromperam o processo democrático, em abril de 1964 perdeu, sucessivamente, alguns de seus componentes, enfraqueceu-se, estreitou sua base política, na medida em que levou o país à estagnação, na medida em que agravou extraordinariamente os problemas que se propunha resolver, na medida em que só apresentou resultados negativos, sem qualquer resultado positivo, na medida em que não satisfez mesmo os interesses das forças que a apoiavam de início e que, por isso, dela se foram desligando.

As vítimas do golpe militar de abril não se encontram somente na área dos derrotados por ele, dos que foram despojados do poder e do direito de defender os seus pontos de vista e até seus interesses; encontram-se também entre aqueles que participaram do golpe ativamente ou passivamente, pela ação ou pelo aplauso, e que foram gorados em suas esperanças, prejudicados em seus interesses, destruídos implacavelmente. Daí a rápida deterioração do poder e a necessidade de apelar para formas cada vez mais acentuadas de repressão e de coerção; daí a necessidade de dominar pela força e de empregar doses cada vez maiores de força. Mas nisso há sempre consequências, por um processo dialético; quanto mais força utilizada, maior a área de descontentamento, maiores as forças que se opõem.

Foi o desastre econômico e financeiro, mais do que outro qualquer aspecto, que acarretou a deterioração da estrutura de poder montada em abril de 1964 e completada em outubro do ano seguinte: esse desastre é que provocou a defecção de forças da burguesia e da pequena burguesia – e até de parte do latifúndio – que se haviam composto para o golpe militar. Provocou o que parece inacreditável, temores do imperialismo, receios de que o desastre ameaçasse os próprios alicerces de uma operação montada para durar.

Hoje, não são apenas os brasileiros que se preocupam em sair do impasse, o imperialismo também se preocupa com isso. A deterioração da estrutura de poder articulada com o golpe de abril e suas seqüelas teria sido mais rápida se, de outro lado, houvesse mais rapidez e mais visão por parte das forças que se opunham àquela estrutura, as antigas, as derrotadas, e as novas, aquelas que foram abandonando, sucessivamente, o apoio àquela estrutura. Mas o fato é que as forças que se opunham à estrutura de poder resultante do golpe militar não encontram formas de organização, porque não encontram nem mesmo uma base comum, objetivos comuns de luta: e algumas chegaram a repudiar a aceitação daquelas que, progressivamente, abandonavam o apoio à estrutura vigente do poder, cobrando-lhes o crime da participação nos atos de sua origem. A deterioração do poder, então, correspondeu à

divisão da oposição. Nunca, no Brasil, os descontentamentos foram tão profundos e tão generalizados. Nunca encontraram, também, mais dificuldades para somar-se, aliar-se, organizar-se. Não se tratava do choque de duas fraquezas. Resta dizer que tudo isso foi independente de atos de vontade de valor pessoal de personagens; foi a natural consequência de condições reais.

Daí a longa fase de confusão de perplexidades, de apatia a dispersão das ações, o desespero que marcava algumas, o radicalismo que se acentuava em determinadas áreas, a explosão de atos inconsequentes. A grande vitória do imperialismo, que é a força principal que escora a atual estrutura de poder, no Brasil, foi aquela divisão, aquela confusão, aquela perplexidade. A sua preocupação fundamental foi sempre a de tornar evidentes esses erros e até de propiciar o aparecimento de formas dispersivas, inócuas e desesperadas de reação e de organização. Seus poderosos órgãos de publicidade valorizam tais erros, fazem avultar o que não corresponde à realidade, indicam falsos caminhos, dão ampla cobertura ao que é menor e parcial. Pretensas guerrilhas são apresentadas como vastas organizações guerrilheiras; movimentos estudantis naturais são avultados como poderosas formas de reação. O que tem importância real fica omitido, reduzido, obscurecido, apagado. Há um esforço subliminar para confundir, para fazer destaque do menor, para induzir a falsas conclusões, para desmoralizar, até pelo elogio, pela aparência de cobertura, pela simulação de simpatia. Só agora as áreas de oposição começam a perceber, e nem todas, que os falsos guias são mais perigosos do que os adversários declarados e que há uma aliança tácita entre as posições ostensivamente radicais, que timbram em apresentar-se assim, e as posições do imperialismo, que delas se serve para a consecução de seus propósitos repressivos. Mais do que isso: na medida em que as ações desesperadas, com fracasso inevitável e inocuidade comprovada, levam o desânimo a determinadas áreas, alarmam outras, que passam a temer formar numa aliança com forças que aceitam ou podem aceitar aquelas ações, apresentadas não como atos isolados de minorias mas como a própria essência e a norma política de forças populares indispensáveis na composição da frente de redemocratização. O descrédito tem efeitos ainda mais amplos: o de desestimular as formas de ação possíveis, aquelas que demandam esforço continuado, cotidiano, incansável, as que realmente somam, solidarizam, unem, conferem confiança, fazem crescer a composição de forças.

SAÍDA

Há, hoje, um denominador comum capaz de interessar e de motivar a ação das forças que se opõem à estrutura de poder vigente: o da redemocratização. Esse denominador comum tem condições de unir porque traduz o interesse, naturalmente heterogêneo e até às vezes antagônico, das forças que se podem compor. Elas estarão presentes na frente, e tenderão a organizar-se, na medida em que encontrem perspectivas assim agindo. Redemocratizar parece pouco, entretanto, a alguns setores desesperados; o objetivo parece modesto. Forças modestas, de organização modesta, só podem pretender objetivos modestos.

Para os que vislumbram a necessidade, fundada em seus desejos e em formas idealistas de visão, quase sempre generosas e bem intencionadas, de abrir perspectivas para reformas profundas, a socialização por exemplo, ainda para estes e para os que pensam assim é indispensável atravessar a etapa da redemocratização, a abertura para a etapa seguinte, em que, em condições de liberdade, se possa considerar tais reformas. A todos é lícito ter ideais e desejos, esposá-los por afinidade de espírito, apaixonar-se por eles, com o calor de seus sentimentos. Mas a política é o jogo das condições reais e por isso é ciência; não se trata de colocar postulados, idéias e reivindicações que parecem justas a este ou aquele; trata-se de colocar as que unem forças, as que tornam a atividade política natural, em consonância com as condições que a realidade impõe e que são inexoráveis e independem de simples desejos, por mais altos e nobres que sejam. E trata-se, no fim de contas, de compreender que, uma conjuntura em que classes e camadas sociais, como o proletariado e o campesinato, estão marginalizadas, não pode aceitar um conteúdo que está diretamente na dependência da presença delas, de sua consciência e de sua organização.

De tudo isso decorre que o restabelecimento de condições democráticas na vida política brasileira depende da capacidade de as forças que se opõem à estrutura vigente se unirem em colocar o interesse comum acima das exigências particulares, em limitar o objetivo àquilo que interessa a todas e depende do esforço de todas. Assim, se o objetivo é a redemocratização, a frente é naturalmente heterogênea, compreende classes e camadas diversas. Uni-las não é fácil, mas todas têm interesse nessa união e nessa organização, há base objetiva para que ela surja e cresça. Está crescendo, aliás, diante de nós, superando dificuldades de toda natureza. Deve abranger formas diferentes de luta, desenvolver-se em todos os setores e campos, estudantil, intelectual, religioso, militar.

A esse conteúdo democrático é possível e deve-se acrescentar, sob determinadas condições, o conteúdo nacional. Se a ânsia pela redemocratização é o traço geral e dominante,

na vida brasileira atual, há outro traço que aparece, também, em crescimento rápido, o traço nacional, isto é, o anseio pela afirmação do que existe de peculiar à nossa terra e à nossa gente em contraposição à infiltração e ação do imperialismo, quais questões são associadas, setores da frente devem, enquanto dela participam, em comum com outros, da luta pelo conteúdo democrático, levantar as reivindicações nacionais mais sentidas, e particularmente aquelas que cabem claramente no conceito de desenvolvimento e conseqüentemente contra os seus entraves, o latifúndio e o imperialismo.

PERSPECTIVAS

É imprevisível determinar o desenvolvimento de um processo político complexo como aquele que estamos vivendo, no Brasil atual. A realidade muda a cada dia, exigindo reexame dos problemas e da conjuntura. Há um princípio, frequentemente esquecido, que nos ensina ser mais proveitoso, em política, dar um passo à frente com mil do que dar mil passos à frente com um. Isto significa que é inútil o esforço que atinge e convence a poucos: política é problema de milhões. Quando milhões dão um passo à frente, este é um fato político; quando uma pessoa dá mil passos à frente, este é um dado biográfico.

Assim, um movimento estudantil sólido e fecundo é aquele que congrega, realmente, a maioria dos estudantes; um movimento operário poderoso é o que funciona pela participação ativa de milhões de operários; um movimento intelectual dinâmico e eficaz é aquele em que estão interessados quase todos os intelectuais. O fato de, em cada setor existirem minorias esclarecidas não da atividade profissional ou social, fundamenta a colocação, por elas, de objetivos que só elas têm condições de aceitar.

Sempre que, nos movimentos políticos, predomina, como na vida brasileira atual, a componente burguesa, como a pequena burguesia, acontece a radicalização, a sectarização, isto é, a colocação de objetivos demasiado distantes, como imediatos, a ânsia em acelerar o processo histórico pela introdução de atos de vontade, ora lúcidos, ora heróicos, ora desmedidos, na suposição quase sempre honesta de que seja isso suficiente para determinar o avanço ou, quando menos, fazer surgir a centelha capaz de determinar o incêndio. Esses esforços inadequados, entretanto, quase sempre reveladores de desespero e, portanto, de fraqueza carecem de sentido, pela sua incompatibilidade com as condições que a realidade apresenta.

Os esforços parcelados, de dimensões modestas, devem e podem ser procurados e alcançados em todos os domínios; havendo, pois, sob a linha geral do esforço pela

democratização, a luta parcial e especial em cada campo de atividade, mas sempre associando o particular ao universal, e jamais pretendendo fazer com que o particular seja generalizado, tornando-se obrigatório para todos os campos. Há lutas que só os estudantes podem travar, e no campo especial em que vivem; devem obedecer às condições específicas e atuais do movimento estudantil. O mesmo se deve observar em todos os outros campos. As fontes mais autênticas do pensamento reacionário costumam afirmar que aos estudantes cabe apenas estudar. É fácil desmascarar a falsidade e a malícia dessa afirmação. Mas o fato é que os estudantes devem estudar, também e principalmente. A vida política brasileira, de alguns lustros a esta parte, com as suas idas e vindas, vitórias e derrotas, altos e baixos, não apenas tem comprovado o fato indiscutível de que a marcha da História é cheia de curvas e zigzagues, mas que conhecemos pouco o nosso país, de tal forma que os fenômenos políticos têm muitas vezes formas surpreendentes e até inesperadas. Isso não significa que não tenham as suas causas, de que não sejam previsíveis. Significa que não conhecemos tais causas, que não fomos capazes de prevêê-los. Significa que conhecemos menos o nosso país do que deveríamos conhecê-lo. Aos estudantes, especificamente, cabe grande parcela da responsabilidade de estudar o Brasil, de analisar a sua realidade, de pesquisar, de discutir, de definir ainda que provisoriamente, as grandes linhas do nosso desenvolvimento. As parcelas intelectuais têm a grave responsabilidade, diante das classes e camadas sociais privadas do acesso à educação e à cultura, de elaborar os conhecimentos teóricos: se elas falham, nesse sentido, demitem-se de suas funções essenciais.

De modo geral, visto o problema em conjunto, a estrutura de poder vigente está mais poderosa hoje ou menos poderosa do que em abril de 1964. Parece que a resposta adequada, a que corresponde à realidade, é a de que está muito menos poderosa. As condições de luta são, no Brasil, hoje, mais difíceis ou mais fáceis do que em abril de 1964? A resposta adequada parece a de que são mais fáceis. O que não importa, de modo algum, em subestima dos adversários, mas em justa avaliação de sua força.

Nas fases em que se abrem perspectivas para a luta pela redemocratização, há razões mais sérias ainda do que antes para que todos os cuidados sejam voltados para prevenir os erros. As condições objetivas são tão favoráveis, colocaram de tal sorte fatores positivos para a formação de ampla frente na luta pela redemocratização, que os erros representam atirar fora aquilo que resultou precisamente dos erros do adversário. Crescem as forças democráticas e nacionais, organizam-se pouco a pouco. Nosso povo continua a sofrer, mas as perspectivas que se apresentam são favoráveis ao cumprimento da tarefa fundamental. Há que aproveitá-las, com humildade, pertinácia e modéstia, porque venceremos.

* Apesar de ter transcrito vinte e cinco artigos de Nelson Werneck Sodré, selecionei somente os três artigos acima por estes expressarem de forma mais clara os argumentos centrais do autor.

